

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE ARTES  
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS

**AS ARTES INDÍGENAS NO ENSINO BÁSICO:  
EXPERIÊNCIAS DESCOLONIZADORAS**

Danielle Monteiro Correa Amorim  
Brasília, 2015

**AS ARTES INDÍGENAS NO ENSINO BÁSICO:  
EXPERIÊNCIAS DESCOLONIZADORAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Artes Plásticas, habilitação em Licenciatura, do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Maria del Rosário Tatiana Fernández Méndez.

Danielle Monteiro Correa Amorim  
Brasília, 2015

Em reverência às sabedorias, histórias, lutas e resistências dos povos nativos das Américas. Salve a força dos indígenas e seus caboclos/as de Umbanda.

Oxóssi reina de norte a sul!

## **AGRADEÇO**

À Tatiana que atenciosamente, durante suas aulas e orientações, permitia que eu conhecesse, explorasse e me encantasse com os diversos referenciais da história da arte, despertando em mim o pensamento crítico e o sentimento de possibilidade de participação nela.

Aos indígenas Álvaro Tukano, Osvaldo Xukuru, Aldenora Pimentel, Poran Potiguara, Braulina Baniwa, Marília Enike, Valéria Paye e Daiana Saira por todos os conhecimentos e inspirações à mim transmitidos; essenciais para a realização da pesquisa.

Ao suporte, carinho e amor que recebo de meus guias espirituais, familiares e amigos.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

<b>1. O ENSINO NO PANORAMA INTERCULTURAL.....</b>	<b>07</b>
1.1 Pressupostos da lei.....	07
1.1 A experiência do mundo: Antes para ver do que para ser vista.....	09
<b>2. INVESTIGANDO CAMINHOS PARA O ENCONTRO COM AS</b>	
<b>ESTÉTICAS INDÍGENAS.....</b>	<b>17</b>
<b>3. EXPLORANDO PARA CONHECER E DIALOGANDO PARA</b>	
<b>INSPIRAR.....</b>	<b>21</b>
3.1 Visita às escolas públicas.....	21
3.2 Aprendendo com os indígenas.....	26
3.3 Sobre a origem do problema, o poder do discurso e alguns artifícios úteis.....	31
<b>4. DESCOLONIZAR O PENSAMENTO PARA O APROXIMAR DA ARTE.....</b>	<b>38</b>

REFERENCIAS

ANEXOS

## INTRODUÇÃO

Impregnada de concepções cosmológicas e narrativas mitológicas, as estéticas indígenas evidenciam a faculdade latente de seus artefatos no intercâmbio entre os mundos e seus seres; além de revelarem aspectos de suas construções identitárias e comunitárias, participam de forma ativa com e para a vida em comunidade. A pesquisa surge da inquietação provocada pelo poder de diálogo que esses artefatos representam e são, por sua capacidade de agente catalizador, reconciliador e utilitário dos diferentes componentes do cosmo. Eles constroem, controlam fluxos e são exemplos do que John Dewey aponta como uma experiência estética singular, aquela em que a satisfação sensorial não acontece por si só, mas à todo processo de que resulta. Este princípio é de grande valia para o desenvolvimento das histórias e culturas indígenas nas escolas, ensino obrigatório por lei e que enfatiza a área da educação artística. Tendo em vista que o tema abordado dentro desse conteúdo será desenvolvido em ambiente escolar – um novo contexto com percepções e configurações diferentes das quais se originam – de que forma a prática do professor deve abordar a temática para que a experiência singular seja estendida até essa nova atmosfera com o intuito de proporcionar sua compreensão e vivência por parte dos alunos?

Para o desenvolvimento de tal questão, no primeiro capítulo apresento os fundamentos conceituais, estudos e considerações iniciais que instigaram à realização da pesquisa: a lei, a arte, as estéticas indígenas e a experiências dessas duas últimas. Em seguida esclareço a metodologia de entrevistas empregada: consulta à professores da rede pública para uma análise inicial de como essas estéticas estão sendo desenvolvidas nos ambientes escolares e, num segundo momento, com estudantes indígenas da Universidade de Brasília para que pudessem nos nortear sobre pontos problemáticos e assertivos da prática pedagógica que aborde suas culturas. No decorrer dessas conversas a pesquisa desenhou um novo caminho – que foi esboçado no capítulo destinado às informações obtidas nas entrevistas – já que aquele que inicialmente parecia ser o ideal para a metodologia se mostrou ineficaz e inaplicável. A questão necessitava de uma abordagem mais complexa que problematizasse o discurso e os referenciais adotados nos sistemas de ensino a partir do pensamento reflexivo que considerasse nossa história – enquanto um país colonizado –, as histórias criadas sobre ela e aqueles que as contam. A pesquisa tem sua trajetória delineada, então, pela necessidade de abertura do debate com a inclusão do discurso desses atores sociais que tiveram suas vozes silenciadas.

## **1. O ENSINO NO PANORAMA INTERCULTURAL.**

Tendo em vista a percepção descontextualizada, estagnada e homogênea com que os povos indígenas são vistos de forma geral pela população, encontramos também no ambiente escolar narrativas marcadas pela dominação cultural que se conectam às heranças colonizadoras: a noção do “eu” e do “outro” fundamentada na tradição hegemônica do homem branco europeu, onde o *outro* assume posição de subordinação, aquele que não é civilizado. Como forma de combate a perpetuação dessa tradição a escola deve se tornar uma ferramenta para a desconstrução dessas visões distorcidas e para a conscientização da sociedade acerca das questões indígenas. É de extrema importância para a mudança desse paradigma o conhecimento da existência da Lei 11.645 (BRASIL, 2008), e para que sua efetivação ocorra o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem a construção de outros referenciais teóricos que tragam novos desdobramentos e articulações acerca das culturas e histórias desses povos. É necessário reconhecer as dificuldades encontradas na transposição do abismo existente entre a lei e sua aplicação nas salas de aula, dentre elas a carência de materiais teóricos que tenham como foco as questões indígenas – um obstáculo para qualificação de professores e produção de materiais didáticos – além do desinteresse e pouco-caso com que habitualmente esses povos foram e são tratados ao longo da história.

### **1.1 Pressupostos da lei.**

Em decorrência das reivindicações dos movimentos indígenas e negros em busca do reconhecimento de suas participações na construção da sociedade brasileira, é promulgada a Lei 11.645, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao instaurar a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas desses dois grupos étnicos desde o ensino fundamental ao médio, incluindo estabelecimentos de ensino público e privado. Essa Lei surge no contexto de reivindicações em prol de políticas afirmativas que reconhecessem e valorizassem a participação dessas matrizes étnicas na formação do país – participação que desde o período colonial, com consequências na contemporaneidade, foi descuidada e menosprezada em prol da valorização da cultura branca europeia. Essa lei tem suas origens após as críticas feitas à Lei 10.639 (BRASIL, 2003), que também surge no contexto de reivindicações pelo reconhecimento da

pluralidade, mas que envolve apenas as questões afro-brasileiras, negligenciando as demandas indígenas. A crítica a essa lei deu início a mobilização da comunidade indígena que não havia sido contemplada. Desenvolve-se então o Projeto de Lei 433/2003 (BRASIL, 2003), que visava à inclusão das temáticas indígenas ao lado das afro-brasileiras. Após cinco anos de tramitação o projeto de lei é transformado na Lei 11.645 que aponta:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008).

O ensino dos conteúdos acima citados deve acontecer ao longo de todo o currículo escolar, e têm como intuito o esclarecimento das questões étnicas com um ensino que trate suas histórias, culturas, lutas e contribuições a partir de uma abordagem renovada dessas temáticas que não tenha como base construções históricas preconceituosas ligadas à tradição colonizadora. Dessa forma a lei tem como objetivo ser um mecanismo para o combate às discriminações étnico-raciais na sociedade tendo como palco os ambientes de ensino, contribuindo para uma forma mais justa de convivência social a partir do reconhecimento, da valorização e do respeito ao outro e às suas diferenças. Neste mecanismo a arte-educação se torna uma ferramenta importante, pois a arte representa um dos meios de expressão dessas culturas, campo que comporta especificidades que não podem ser transmitidas em outras formas de conhecimento, como aponta Ana Mae Barbosa:

Através da poesia, dos gestos, da imagem, as artes falam aquilo que a história, a sociologia, a antropologia etc, não podem dizer porque elas usam outros tipos de linguagem, a discursiva e a científica, que sozinhas não são capazes de decodificar nuances culturais. (BARBOSA, 1998, p. 16)

Além de revelarem esses nuances culturais que possibilitam o conhecimento mais rico de uma determinada cultura, de forma mais ampla demonstram quão diversificadas são as formas de estar no mundo, de ver, interagir e produzir nele. As especificidades expressas nas estéticas indígenas representam anos de desenvolvimento tecnológico<sup>1</sup> em harmonia com o seu contexto, com a função a ser exercida e com os

---

<sup>1</sup>Entender que a tecnologia não se resume a eletrônica, e sim corresponde a técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos de um ou mais ofícios ou domínios aplicados na transformação de recursos, com

valores da sociedade em que está inserida. É importante lembrar de forma rápida que a construção do conceito de *arte* está vinculada a processos históricos, ideias e interesses específicos, frutos de uma construção ocidental moderna. Nas produções estéticas anteriores à modernidade e também nas sociedades não-ocidentais, a ideia de arte como tradicionalmente a concebemos não existe. Nesses outros contextos o fazer artístico está mais relacionado à ideia de uma habilidade no desenvolvimento técnico de algo que desempenha alguma função para a vida prática, seja ela para a instrução de uma narrativa religiosa ou para a apreciação do belo nos objetos da vida cotidiana.

Atualmente algumas dessas produções indígenas foram incorporadas aos acervos dos museus, onde são definidas e exibidas como arte, pelo entendimento de que o fato de não compartilharem das mesmas concepções sobre a estética e o belo não significa que estas não possuam suas formas de criá-los e defini-los. Porém, longe de uma assimilação pacífica, as interpretações inadequadas oriundas da hegemônica tradição ocidental de *arte* se manifestam revelando ainda valores extremamente eurocêntricos, muitas vezes ainda fundamentadas em noções evolucionistas que produzem distorções na apreciação das produções indígenas. Essa prática pode ser reconhecida na leitura dessas estéticas a partir de pressupostos e valores que não lhes competem, como o erro, por exemplo, na necessidade de sua classificação na dicotomia arte/artesanato, onde geralmente é qualificada como pertencente a este segundo grupo, frequentemente visto como produções ligadas à tradições estagnadas, sendo associadas a um modo de vida atrasado (VELTHEN p.47). É de extrema importância para a discussão dessas manifestações a tentativa de aproximação dos nossos pensamentos aos sistemas do qual fazem parte, como forma de evitar julgamentos que não sejam pertinentes a elas. Nas considerações básicas para isso estão os entendimentos de que nessas sociedades os objetos valorizados são aqueles onde a forma, a decoração e a função estão interligadas, que eles participam de forma ativa na vida cotidiana e comunitária.

## **1.2 A experiência do mundo: Antes para ver do que para ser vista.**

Rotuladas como *arte indígena* de forma simplificada e sem considerar as especificidades de cada etnia, é importante evitarmos esse tipo de generalização. As

---

inúmeras finalidades, da atividade humana. Dessa forma arco e flechas são exemplos de tecnologias de caça, assim como canoas são tecnologias de transporte, etc.

etnografias são amostras da grande variedade dessas culturas, onde cada uma delas revela sua leitura, interação e produção do mundo a partir de conhecimentos complexos. Considerando então essas singularidades é mais apropriado o seu uso no plural: *artes indígenas*. Além das multiplicidades esboçadas por essas singularidades, que são fruto das mais diversas concepções e relações com o mundo, há também de se somar que os meios de manifestação destas são inúmeros e não estão restritas à materialidade do objeto. Incluídos a estes, que de forma geral possuem mais visibilidade – como a cestaria, a plumária e a cerâmica –, a experiência estética também acontece por meio de expressões de caráter efêmero, como as performances de dança, canto, na culinária, ornamentação corporal, e de forma mais ampla ainda pode ser encontrada na organização das aldeias. Somadas todas as suas especificidades as estéticas de cada etnia resultam em expressões diferenciadas que podem ser encaradas como um *estilo próprio*, demonstrando suas ideologias, crenças e estruturas sociais, ressaltando seus valores e a importância da vida comunitária:

Assim diversas culturas privilegiam conceitos e representações mais especificamente ligados às relações estabelecidas entre indivíduos e grupos em sociedade, ao passo que outras optam por representar entidades sobrenaturais e conceitos cosmológicos. (VELTHEM, 2003, p.51)

É neste último caráter que o trabalho se debruça. Vivemos num tempo em que o paradigma racionalista que se instalou durante a idade moderna, com ênfase na ciência e na lógica, onde o mundo é compreendido como um sistema mecânico de relações fragmentadas, não consegue mais atender as demandas da humanidade. Neste paradigma a visão do mundo se isolou do cosmo e a vida passou a ser encarada de forma compartimentalizada em recortes temáticos e funcionais, cada um deles encarado como auto-suficiente. A insuficiência desse pensamento manifesta-se, por exemplo, em problemas sociais e ambientais que evidenciam a necessidade de retomada do sentido de conexão na vida para uma existência mais responsável e rica no mundo. Nessa retomada cabe à escola o exercício de transcender essas fronteiras, apresentando aos alunos uma lógica de ensino mais integrada e sensível diante da natureza. Seguindo neste sentido, a Educação Holística, proposta por Yus, defende que:

Estimulando um sentido profundo de ligação com os demais e com a Terra em todas as suas dimensões, a educação holística promove um sentido de responsabilidade consigo mesmo, com os demais e com o planeta. Acreditamos que essa responsabilidade tem um sentido de conexão e de crescimento. (YUS, 2002, p.264).

Com o empenho de promover esse estímulo, as estéticas indígenas em comunhão com o cosmo, se apresentam como um conteúdo extremamente adequado a este intuito. Essas estéticas espiritualizadas possibilitam a visualização do que é oculto, dos domínios invisíveis e daqueles que os habitam. Anne Cauquelin (2011, p.73) afirma que a estética é uma ciência dos acessos aos mundos possíveis. Os mitos transmitem conhecimentos que, somados aos sonhos e as visões, configuram um arcabouço teórico e imagético dos diferentes espaços cosmológicos. O conhecimento destes espaços que são articulados ao “mundo” concreto, numa multiplicidade simultânea, é importante tanto para o conhecimento destes, como também para o autoconhecimento da condição humana. Coexistem e compõem o cosmo diferentes domínios que são as moradas dos seres sobrenaturais como, por exemplo, o das águas profundas dos rios e o da copa das árvores<sup>2</sup>.

A estética dos artefatos materializa aparências ocultas, possibilitando o olhar de padrões invisíveis aos olhos físicos e trazendo espaços do cosmo para a realidade concreta. Assumem também o papel de referencial imagético desses espaços – bem como os mitos, os sonhos/visões e os rituais – porém presentes concretamente no seio da comunidade, participando da vida cotidiana de forma objetiva e imediata. A partir da integração com o mundo empírico esses artefatos confirmam redes complexas de relações entre os habitantes das diversas esferas do universo; tornam-se uma ferramenta de mediação que as controla, ordena e as apazigua para que tempos e domínios míticos sejam reintroduzidos harmonicamente no seio da sociedade. Sobre a necessidade da materialização para o olhar Marsílio Ficino<sup>3</sup> discorre:

Mas o olho e o espírito, que são como espelhos, podem receber as imagens somente na presença dos corpos e as perdem quando eles se ausentam

---

<sup>2</sup> Sobre os domínios do cosmo e seus seres sobrenaturais ver Seção 1 do Anexo; Velthem, 2003; Costa, 1988; Kumu, 1980; Krenak 1992.

<sup>3</sup> Filósofo italiano da renascença, desenvolvia seu pensamento aproximando o platonismo ao cristianismo, nesse sentido as manifestações humanas, inclusive as artísticas, exprimiam a presença divina.

precisando, por isso, da presença contínua de um corpo formoso... Quando a figura de algum corpo formoso encontra o olho e através dos olhos penetra no espírito, em decorrência de sua preparação na matéria essa imagem se assemelha à ideia na mente divina e imediatamente agrada a alma, que dela se enamora [...] Assim, todo amor começa pelo olhar [...] O amor é mago, pois todo poder da magia reside no amor [...] E a obra do amor é feitiço e encantamento pelo olhar. (NOVAES, 1988, p.52)

O poder dos artefatos não é restrito à reportar a aparência dos espíritos, eles também compartilham a capacidade desses seres em produzir efeitos no mundo. A magia se aproxima desse poder dos artefatos no conceito desenvolvido sobre ela por Marcel Mauss<sup>4</sup>, onde ligada à ela estão personagens agentes, surgindo as figuras dos espíritos dos mortos, os demônios, os deuses, etc. e para que a força mágica se manifeste ela precisa de um meio que não apresente as resistências do mundo empírico, que seja imediato e onde não haja espera e distância. A arte desempenha o papel desse meio. É no fazer artístico que a sensibilidade humana organiza os estímulos que lhe chegam ao corpo para que então sejam expressos nas mais variadas linguagens. O resultado dessas expressões traz à toa a força daquilo que escapa a percepção humana; se afirma, concretiza e legitima a consciência da coexistência dinâmica e interdependente dos espaços e seres do cosmo. A arte aliada à espiritualidade corresponde a uma postura investigativa diante do mundo; é uma experiência de abertura que desperta o interesse no reconhecimento de forças onipresentes, sendo um meio para o sujeito se expressar e posicionar diante destas. Essa abertura investigativa para a compreensão do funcionamento do mundo é essencial para a formação de pessoas mais conscientes de suas posturas diante do paradigma globalizado e capitalista<sup>5</sup> em que vivemos, onde cada vez mais os indivíduos se encontram alienados dos processos aos quais estão vinculados, desde os arranjos sociais quanto os produtos que consomem. O conhecimento proporcionado por essa abertura se configura como uma forma mais consciente frente à vida para que a postura da humanidade se torne mais sensível e responsável no trato com o mundo e com o outro em prol da harmonia. Nesse sentido, John Dewey nos lembra que,

---

<sup>4</sup> Ver Brumana, 1983.

<sup>5</sup>O geógrafo brasileiro Milton Santos teorizou e criticou sobre estes aspectos do mundo contemporâneo, propondo uma globalização solidária, baseada em outros valores que a da hegemônica.

O desejo de restabelecimento da união converte a simples emoção em um interesse pelos objetos, como condições de realização da harmonia. Com a realização, o material da reflexão é incorporado pelos objetos como o significado deles. Uma vez que o artista se importa de modo peculiar com a fase da experiência em que a união é alcançada, ele não evita os momentos de resistência e tensão. Ao contrário, cultiva-os, não por eles mesmos, mas por suas potencialidades, introduzindo na consciência viva uma experiência unificada e total. (2010, p.77)

Essa experiência extensa que as artes destes povos proporcionam se manifesta na grande atenção voltada a eles no cotidiano da aldeia. A maneira dos cuidados e preocupações que essa atenção demonstra é uma interessante comprovação da riqueza, amplitude e profundidade com que esses artefatos são vivenciados na comunidade, respeitando as diferentes formas e modos com que devem ser tratados no decorrer de sua existência.

Para os Wayana<sup>6</sup>, por exemplo, na fase de confecção o artista é valorizado de acordo com a capacidade de diálogo e sensibilidade que deve ter na percepção e interação com os seres de outros domínios. A noção da produção corpórea dos seres humanos, que se dá ao longo de rituais de passagem, se estende aos artefatos, aproximando-os das fases da vida humana. Ainda inacabados os artefatos são armazenados perto das roças onde se encontram a matéria prima. É como na gestação de um bebê: fases ainda inconclusas que necessitam de atos múltiplos, repetitivos e sequenciais para a conclusão. Quando recém acabados estão no ápice de suas faculdades funcionais, assim como os jovens casados; essa é fase mais apreciada e é nela que os objetos são apresentados e se socializam na aldeia. Com o tempo de uso os artefatos quebram e se sujam, sendo assim desvalorizados pela perda das suas qualidades funcionais e estéticas e como se morressem são descartados em lugares e de formas que variam de acordo com o seu dono e função (VELTHEM, 2003). Ao citar essas analogias, tenho como intenção reforçar que essas artes estão intrinsecamente ligadas à vida.

Pela interação com o cosmo e a participação no dia a dia, as artes indígenas podem ser consideradas com o que Dewey (2010) defende por *experiência singular*.

---

<sup>6</sup> Falantes da língua pertencente a família linguística Carib, possuem aldeias que se espalham pela Guiana Francesa, Suriname e Brasil. No território nacional se localizam no Parque Indígena de Tumucumaque e na Terra Indígena Paru de Leste, territórios que se estendem ao longo do rio Paru de Leste no norte do Estado do Pará. Para estudo detalhado desse povo e suas estéticas ver Velthem, 2003.

Nela, objetos estéticos são aqueles que não podem ser desvinculados dos processos dos quais são decorrentes. Esses processos são resultados da própria condição da vida que é a interação com o meio – que todos os seres compartilham –, devendo se adaptar à ele para superar suas adversidades. Nessa interação não só se adaptam, mas criam novos arranjos dotados de significados, se tornando meios de expressão e comunicação. Todo o processo de criação tem no desenvolvimento das experiências seu estímulo. Se ausentes do fazer artístico, representam uma ruptura entre os processos naturais do viver e a arte. Instala-se na arte a carência das experiências do cotidiano.

Quando experimentamos alguma coisa, agimos sobre ela, fazemos alguma coisa com ela; em seguida sofremos ou sentimos as consequências. Fazemos alguma coisa ao objeto da experiência, e em seguida ele nos faz em troca de alguma coisa: essa é a combinação específica de que falamos. A conexão dessas duas fases da experiência mede o fruto ou o valor da mesma. A simples atividade não constitui a experiência. (DEWEY, 2010, p.152)

Se não houver mudanças permaneceremos no paradigma de fragmentação, onde a arte é desvinculada da vida e por isso disfuncional. Reforça essa ideia a associação da arte somente à espaços destinados a este nicho específico, como museus e galerias, ignorando outras formas de manifestação e função que ela possa assumir. Quando se estende esta concepção à educação, a arte passa a ser como o citado acima, uma simples atividade destituída da experiência.

Vamos reconhecer o valor da experiência. A experiência é íntima porque alcança o nosso ser. Quando pensamos aqui o seu papel diante da educação é porque sem ela o aprendizado se torna superficial, são dados transmitidos e conhecidos. É através dela que se tornam significativos os conhecimentos, porque além de comunicados criam-se relações entre eles e os sujeitos:

Se o modo como se pensa e se faz educação não passar por uma revisão, as ações de valorização e reconhecimento da singularidade e da identidade não sairão da letra da lei. Isso porque o acolhimento e a valorização da diversidade não são atitudes desenvolvidas pela transmissão de conteúdos, mas são experiências que precisam ser vividas a partir de um processo de mudança de visão do mundo, visto que o modo como vemos o mundo não é apenas uma maneira de compreensão, mas um fator constitutivo do mundo, que delinea nossa história. (DOUNIS, 2012, p.60)

A partir da experiência envolvemo-nos de tal forma com os conhecimentos que os *comprendemos* – como no significado dessa palavra<sup>7</sup>: de abarcar em si, conter em sua natureza, faculdade de entender, de perceber o significado. Não tem como se pensar no ensino como potência de conscientização/transformação social que contribua no combate ao preconceito se este não se relacionar com o íntimo, já que é na subjetividade que as construções sociais de intolerância e discriminação, em todas as suas manifestações, se encontram encubadas:

Embasada em princípios do pós-estruturalismo, a cultura visual põe em perspectiva a análise e discussão de significados imersos em relações de poder. Significados que regulam percepções, gestos, sentimentos, pensamentos, hábitos e maneiras de perceber a si e aos demais definindo como os indivíduos devem agir socialmente em determinados contextos. A linguagem, ao ocultar significados via diferentes discursos e narrativas e suas ambiguidades, torna-se determinante na formação dos sujeitos estabelecendo maneiras de ser e de agir, pois, tudo que é falado modela a constituição subjetiva dos indivíduos. (BORRE; MARTINS, 2012, p.851)

Dessa forma a escola, como um ambiente com influência na formação dos sujeitos, deve também participar da discussão dos significados imersos nas linguagens que foi citada acima, já que elas exercem um papel importante na constituição dos indivíduos. Torna-se imprescindível, para a promoção de experiências singulares através das estéticas indígenas, a reflexão acerca das relações de poder expressos nos discursos promovidos na escola, bem como na eleição dos conteúdos que são pertinentes ou não para o currículo escolar – feitos pelos professores e pela equipe pedagógica.

De forma mais ampla, na reflexão dessa questão – que permeia grande parte dessa pesquisa – a literatura dos estudos subalternos e do pós-colonialismo são de grande relevância, pois seus pensadores<sup>8</sup> questionam e repensam as estruturas epistemológicas nas produções das nações que foram colonizadas, levando em consideração os objetivos e métodos para dominação utilizados pelos colonizadores, bem como os seus efeitos na contemporaneidade – que resultaram numa hegemonia dos

---

<sup>7</sup> MICHAELIS: dicionário prático língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

<sup>8</sup> Ver Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos com os autores John Beverly, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez, Javier Sanjines e o Grupo Sul-Asiático com RanajitGuha, GayatriSpivak e DispushChakrabarty.

padrões ocidentais em detrimento das culturas locais. Quando estabelecido, esse padrão detém o status de modelo único, legítimo e universal de se conceber, interagir e produzir no mundo, em todos os campos da vida. Padrão que se desdobra na arte, onde, como dito anteriormente, mesmo que pertençam a outros sistemas – caso das estéticas indígenas – recebem o atestado de *arte*, tendo sua experiência baseada na experiência da arte do modelo ocidental.

## **2. INVESTIGANDO CAMINHOS PARA O ENCONTRO COM AS ESTÉTICAS INDÍGENAS.**

Conceber a arte entrelaçada ao dia a dia se distancia da concepção ocidental onde ela foi identificada na existência do objeto em si, que é exibido nas galerias e museus. Desta forma, desconsidera-se a experiência humana que a envolve, destituindo-a de seu contexto, segregando-a da vida e assim ofuscando seus significados.

Objetos que no passado foram válidos e significativos, por seu lugar na vida de uma comunidade, funcionam hoje isolados das condições de sua origem. Em vista disso, são também desvinculados da experiência comum e servem de insígnias de bom gosto e atestados de uma cultura especial. (DEWEY, 2010, p.69)

Nesse isolamento os potenciais da experiência estética são podados. É importante que nós, arte-educadores, consideremos as implicações da transposição a que estão sujeitas essas estéticas quando em um novo contexto. Nessa mudança analisar os novos arranjos frutos do deslocamento é essencial para a detecção de problemas que possam impor limites à experiência dessas estéticas, que originalmente em seus contextos são vividas de forma tão intensa. Essa compreensão é fundamental no desenvolvimento de metodologias com o intuito de superar as adversidades encontradas em ambiente escolar para que a cultura, história e artes dos povos indígenas não sejam reduzidas e simplificadas às condições citadas acima. O trabalho, então, se aproxima do problema proposto por Dewey de “recuperar a continuidade da experiência estética com os processos normais do viver” (DEWEY, 2010, p.70).

Voltemos a atenção agora ao problema desta pesquisa. Para que possamos repensar o fazer pedagógico na busca de métodos em prol de melhorias na abordagem escolar das estéticas indígenas, inicialmente é necessário que se tenha como base um panorama de suas conjunturas. Nesse caso, conhecer como são desenvolvidas as temáticas indígenas nas escolas, nos aponta a qualidade das experiências que vem ocorrendo atualmente. Como estamos discutindo como estender as experiências das estéticas indígenas às pessoas e ambientes que não são deste contexto, é essencial que se

posicionem aqueles de quem estamos falando. Mais do que ninguém, são os indígenas os habilitados para discorrer sobre os seus saberes. Consultá-los então é fundamental para que tenhamos uma postura adequada e de qualidade na mediação de seus conhecimentos aos alunos.

Deparamo-nos aqui com contextos distintos: o das escolas indígenas e o das escolas convencionais brasileiras. Neste primeiro, conseguiremos, a partir da análise da configuração de suas escolas, as informações e inspirações necessárias para agirmos de forma responsável no segundo. Foi imprescindível então, em primeiro lugar, fazer uma averiguação dessas duas realidades, pois conhecendo algumas características de seus funcionamentos teríamos uma noção inicial para podermos ponderar sobre elas.

Nesta investigação, para a visualização dos panoramas de como são desenvolvidos os conteúdos das artes indígenas nas escolas – tanto indígenas quanto não-indígenas –, o método de entrevistas se mostrou como uma ferramenta adequada. Instrumento de investigação social que possibilita a obtenção de informações para a compreensão de fatos, alcançando a subjetividade das pessoas que a eles estão envolvidas, proporciona a expressão das suas opiniões e de seus posicionamentos diante deles. Para a realização dessas entrevistas, a ideia inicial era procurar pessoas que estivessem relacionadas ao tema, de diversas formas, nesses dois contextos: representantes indígenas dos estados do norte do país, de diferentes etnias e áreas de atuação, que estivessem vinculados às escolas de suas aldeias, para falar sobre as suas experiências da arte, apontando como ela se configura em suas pedagogias; o outro grupo de entrevistados seriam arte-educadores que trabalhassem na rede pública de ensino do Distrito Federal, que pudessem fornecer informações de como o tema se desenvolve nessas escolas.

O alvo do estudo é o Ensino Fundamental. Este segmento foi escolhido por ser a fase de ensino onde se focam aspectos como o desenvolvimento e compreensão dos sentidos de cidadania, respeito ao próximo, reconhecimento e valorização da pluralidade sociocultural brasileira, entre outros – presentes nos objetivos gerais dos PCN. Foi feito então um recorte desse alvo, se concentrando nos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano. No documento do Currículo em Movimento proposto para esses anos, as temáticas indígenas e afro-brasileiras estão presentes nos eixos transversais a partir da vivência de ritmos, danças e jogos, de estudos sobre suas músicas, mitologia e

corporeidade, e das influências desses povos na língua e na dramaturgia. Esse recorte possibilitou minha conversa com professores das áreas de arte, já que para lecionar nesses anos todos os educadores devem ter formação na área específica em que atuam – neste caso, música, cênicas ou plásticas. Na compreensão de como se dá o ensino nessas escolas públicas, as informações colhidas nas entrevistas sobre a prática dos professores foram complementadas com a análise do Plano Político Pedagógico para a visualização da aplicabilidade da lei nas políticas do colégio.

A coleta de informações com essas pessoas foi realizada no formato de entrevistas semi-estruturadas (TOMAR, 2007), com um roteiro que elenca os pontos principais a serem abordados. Este formato dá mais liberdade para que as respostas surjam sem condicionamento a um trajeto fechado, o que pode limitar a possibilidade de outras questões virem à tona durante a entrevista. Dessa forma, confeccionei roteiros distintos, onde foram elaboradas questões principais, que se adequavam às especificidades daquilo que se pretendia aprender ou conhecer pelos entrevistados.

Após a coleta dessas informações foi possível visualizar como se dá, de forma mais ampla, o funcionamento da arte nesses ambientes, pontualmente das características particulares do desenvolvimento da experiência e do ensino das artes indígenas. Após esse momento parto para a análise das informações obtidas nesses contextos, a partir da comparação de seus sistemas. Sobre as contribuições do método comparativo em pesquisas Schneider e Schmitt apontam alvos importantes nesse tipo de análise,

É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. (SCHNEIDER, SCHMITT, 1998)

Encontrando as diferenças e semelhanças, finalmente iria tecer considerações sobre o desenvolvimento dos processos de experiência em suas origens e pensar na sua transposição para os nossos contextos escolares. Pensando em promover uma continuidade, com o objetivo de amenizar as divergências decorridas do descolamento,

o aprendizado das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas indígenas serviram de modelos a serem adaptados e seguidos por nossas escolas, porém – como ficará claro ao longo das entrevistas que serão trabalhadas no próximo capítulo – essa metodologia comparativa se mostrou inadequada para o problema de pesquisa.

### **3. EXPLORANDO PARA CONHECER E DIALOGANDO PARA INSPIRAR.**

A primeira etapa do processo de entrevistas aconteceu com os professores não-indígenas da rede pública de ensino. Dos pontos em comum na fala desses professores – que aqui receberam nomes fictícios – foi possível observar que nenhum deles teve em sua formação acadêmica preparo pedagógico para que pudessem abordar a temática indígena, e esta só esteve presente de forma superficial nas disciplinas sobre a história da arte. Além disso, também mencionaram a falta de material didático tanto para o uso em sala de aula quanto para a sua capacitação.

#### **3.1 Visita às escolas públicas:**

A primeira visita foi ao antigo Centro de Ensino Fundamental 02 do Cruzeiro – que hoje atende pelo nome de Athos Bulcão –, onde realizei os meus Estágios Supervisionados durante um ano. Nesse período observei projetos para o atendimento da lei, porém todos voltados para as temáticas afro-brasileiras. Em seu Plano Político Pedagógico, a invisibilização dos povos indígenas é manifesta, pois apesar de afirmarem o seu comprometimento com um ensino que toque e valorize a diversidade cultural brasileira no processo de aprendizagem, o texto e o único projeto referente a lei se restringem às demandas afro-brasileiras. O único momento em que a palavra “indígena” aparece é num dos livros da referência bibliográfica<sup>9</sup>.

Neste estabelecimento os alunos não possuem livro de artes e não há materiais didáticos que tratem especificamente do tema. Lá pude conversar com as professoras de artes dos dois turnos, vespertino e matutino, ambas formadas em Artes Cênicas. Lúcia em suas aulas não trabalha as artes indígenas e confessa seu total desinteresse no assunto. Não entende o porquê de trabalhá-las em sua realidade e nem o que esses conteúdos acrescentariam à vida dos alunos. Em alguns momentos, como em nossa despedida, assumiu uma posição defensiva, afirmando várias vezes que apesar de existir a lei, ela não era obrigada a atendê-la. Já Maria, que dá aula nesse colégio há um ano, quando questionada sobre a importância da lei no tocante aos povos indígenas, afirmou a necessidade de conhecer a diversidade das origens étnicas formadoras do país, e depois de nossa entrevista falou da necessidade da lei no combate ao preconceito contra

---

<sup>9</sup> A temática indígena na escola. MEC. 1995.

os negros e para a valorização da cultura destes. Em algumas de suas falas ela afirma englobar as temáticas indígenas, por exemplo, em um dos trabalhos que desenvolve sobre os estados brasileiros, uma aluna responsável pelo estado do Amazonas irá fazer uma apresentação de dança.

O segundo colégio visitado foi o Centro de Ensino Fundamental 316 Norte do Plano Piloto. A particularidade desta escola e também de outras que se localizam no final da Asa Norte é sua proximidade ao Santuário dos Pajés – um território indígena localizado no Setor Noroeste – e por isso são habituadas a receber as crianças que lá vivem. Essa demanda é reconhecida no seu Plano Político Pedagógico de 2014, único que pude ter acesso através de uma plataforma online que disponibiliza os PPP das escolas do GDF<sup>10</sup>. Reconhecida a demanda e com o intuito de atender a lei, o colégio coloca em suas estratégias o desenvolvimento da história e cultura afro-brasileira e indígena através do projeto denominado *Projeto Afrobrasilidades*, que tem como intuito o estudo dessas matrizes através de fóruns, seminários, apreciação de obras artísticas e palestras. Neste projeto um morador do Santuário foi convidado à escola para contar um mito de seu povo<sup>11</sup>. A temática indígena também é mencionada nos princípios da escola:

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias. a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social. b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida. c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis. d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

---

<sup>10</sup> <http://sumtec.se.df.gov.br/>

<sup>11</sup> Ver, na seção 2 do Anexo, a Figura 1.

A necessidade do comprometimento com este princípio é essencial neste colégio e foi ressaltada nos discursos obtidos através das entrevistas feitas com o professor de artes João e com Aldenora – que mais a frente será apresentada. Ambos apontaram que a familiaridade da escola com esses alunos, que não deixa de ser problemática, faz com que esse estabelecimento desenvolva projetos no intuito de amenizar os conflitos que surgem do descompasso entre o modelo educacional brasileiro – que por sua universalização e inflexibilidade não consegue atender as especificidades e necessidades das vivências indígenas –, advertindo que a iniciativa desses projetos parte principalmente das mães e dos familiares desses alunos.

O professor João é formado em Artes Plásticas e atua neste colégio há um ano. Na sua fala fica evidente que o contato dele com esse tema vêm a partir da reivindicação dos próprios indígenas para que o sistema os inclua, e não o contrário. Ele relata a dificuldade em trabalhar com esses conteúdos e alunos pela ausência de formação adequada e de materiais que possibilitem uma pesquisa mais aprofundada. Além disso há o descompasso, como já citado anteriormente, entre o sistema de ensino e a vivência desses alunos, o que pode ser percebido nos problemas de aprendizado decorrentes da dificuldade de compreensão do idioma – já que a língua portuguesa é a segunda língua desses estudantes –, e também os ocasionados pelo calendário escolar inflexível que não é sensível às atividades que esses meninos devem participar em suas aldeias, provocando a ausência deles no colégio, custando um déficit em seu aprendizado.

Em seguida conversei com Marília, formada em Artes Cênicas pelo Dulcina que trabalha no Centro de Ensino Fundamental Nº1 do Cruzeiro, colégio que não menciona nada referente à lei 11.645 em seu PPP. Essa foi a única entrevista que não pode ser gravada em áudio, pois aconteceu durante o período da aula, o que tumultuou a nossa conversa. Aparentando não conhecer a lei, afirmou que a cultura indígena fazia parte do seu planejamento de aula. Quando questionada, sempre voltava suas respostas para a grande insatisfação que sentia em dar aula, não respondendo especificamente sobre a metodologia e os materiais que utilizava no desenvolvimento deste conteúdo. Mencionou apenas que se tratava do período da chegada dos portugueses e daquilo que foi encontrado aqui neste momento. Respostas vagas, encerrou afirmando o desejo de desenvolver uma atividade prática com argila.

Por fim pude conversar com uma professora chamada Joana que sempre deu aula para o ensino fundamental e este ano começou a dar aula pela primeira vez para o ensino médio no Centro de Ensino Médio Paulo Freire, da Asa Norte. Essa entrevista inicialmente não entraria no trabalho por causa do recorte feito para o ensino fundamental, mas optei por incluí-la, pois a maior parte de sua experiência lecionando foi para o ensino fundamental e ela me confessou a dificuldade que encontrou para abordar as artes indígenas nesse novo contexto, que é o de ensino médio, já que nele os conteúdos são focados nas questões do vestibular e do PAS. Por isso às aulas se tornam extremamente teóricas e limitadas à estas provas. Ela contou que as artes indígenas estiveram presentes no seu plano de aula quando lecionava nas escolas da Asa Norte e que elas se intensificaram na Escola Parque 210/211 Norte, que tem como alunos algumas das crianças moradoras do Santuário dos Pajés. Afirmou que as aulas eram um ambiente de troca onde ela tinha acesso aos materiais e conhecimento trazidos pelos alunos.

Nesses encontros, e mesmo com informações obtidas em visitas à colégios em busca de professores onde não coletei entrevistas, como na Escola Parque 210/211 Norte, pude perceber que, com exceção do CEF N°1 do Cruzeiro, as outras escolas desenvolvem, ou dizem desenvolver em seus PPP, projetos para o atendimento da lei. Dentre estes, o CEF 316 Norte era único que abrangia os indígenas, enquanto os projetos das outras escolas eram restritos a história e cultura afro-brasileira. Consequência ou não, esta negligência está relacionada à conscientização que estes professores e profissionais da educação têm diante dessas duas matrizes culturais, conscientização que seus discursos revelaram não ser a mesma. Como, no imaginário comum, há a ideia de que os povos indígenas foram dizimados e a parcela “insignificante” de sobreviventes mora isolada na mata amazônica, associa-se a imagem do índio à floresta, excluindo-o de qualquer possibilidade de vivência nas zonas urbanas, ou seja, um ser à parte do seu convívio social, onde descarta-se a existência destes no seu bairro, no mercado de trabalho, nos centros de ensino, etc.

Em relação a aplicação da lei, pude perceber na pesquisa de campo que a visibilidade do negro é um pouco maior nas escolas porque elas são mais habituadas a

receber esses alunos<sup>12</sup>, e por isso desenvolvem, ou dizem desenvolver, mais projetos acerca de seus temas. Dessa forma, ainda que insuficientemente, se discute mais sobre afro-brasileiros nas escolas do que sobre indígenas, porque não tem o que se discutir sobre o que está tão longe, tanto geograficamente quanto historicamente, e que por isso é totalmente insignificante para a vida de uma sociedade moderna e capitalista.

A realidade da escola que não atende a lei está relacionada à comodidade de não ter alunos indígenas. Comodidade que se estende aos professores porque estes só fazem a tentativa verdadeiramente, e não superficialmente, de incluir essas histórias e culturas em suas aulas ou projetos quando começam a receber esses alunos. Por serem despreparados para recebê-los surgem os problemas de aceitação e adaptação; estes estudantes começam a sofrer preconceito e surgem as dificuldades de aprendizado, como mencionado na fala de João. Dessa maneira a realidade contrasta com o suposto distanciamento desses povos, confirmando no seio do colégio problemas sociais que estavam camuflados e que por muitos anos foram ignorados nesses ambientes. Nesse momento eles impõem a necessidade de ação já que não podem mais passar despercebidos.

Exemplo disso é a realidade vivida nas escolas do final da Asa Norte, que tendo alunos indígenas se depararam com a precisão de um pensar pedagógico que os inclui-se – iniciativas que não partem das escolas e sim são provocadas pelos próprios indígenas. Ressalto que nas medidas para amenizar esses problemas diante dessas situações de conflito, os pais e familiares indígenas tem o papel fundamental, porque estes sim, sinceramente, estão mobilizados no acompanhamento escolar de seus filhos, engajados no esclarecimento e desconstrução dos preconceitos, pois não querem que eles os sofram e nem que tenham o aprendizado prejudicado. Com o intuito de conscientizar professores e direção, assim que seus filhos entram no colégio, ficam em constante contato com a equipe pedagógica pensando juntos quais medidas podem ser tomadas, dando sugestões de metodologias e materiais didáticos, bem como se voluntariando para palestras e conversas com os alunos.

---

<sup>12</sup> Segundo o Censo do IBGE de 2010, a população brasileira é constituída 50.7% por afrodescendentes, aproximadamente 96,7 milhões de negros, enquanto 0,4% equivale aos povos indígenas, aproximadamente 817,9 mil.

### **3.2 Aprendendo com os indígenas:**

As entrevistas com os indígenas aconteceram em dois espaços. A primeira visita ocorreu no Santuário dos Pajés, como mencionado anteriormente, um território indígena que foi criado a partir da ocupação feita pelos índios Fulni-ô, que para Brasília vieram ainda na fundação da capital nos anos 50. Localizado no final da Asa norte, este local é marcado por uma história de disputas judiciais, uma vez que a região sofre intensa especulação imobiliária por causa da construção e expansão do Setor Noroeste, um novo bairro que para atrair compradores usou uma estratégia de marketing que vendia um empreendimento ecologicamente correto, contrastando com o desequilíbrio ecológico causado pela sua construção iniciada em 2011. Além da derrubada da mata do cerrado, e a consequente morte de seus animais, a construção acarretou: o assoreamento do Lago Paranoá, a poluição do solo causada por uma piscina de esgoto, os alagamentos vindos com as chuvas, causados tanto pela terra que na construção era retirada do solo, entupindo o sistema de escoamento, quanto pelo aumento do volume de água que estes recebiam devido à impermeabilização do solo. Para a manutenção de sua terra sagrada, os indígenas e apoiadores da causa uniram forças em oposição ao projeto, na resistência às invasões, ameaças e a violência policial. Essa resistência teve uma grande cobertura pela mídia que camuflava essas informações em apoio às empreiteiras e colocava os indígenas como desordeiros, alimentando a ideia de que estes eram um empecilho ao crescimento da cidade, ao mesmo tempo em que a população os deslegitimava como indígenas com o argumento de que estes nunca existiram no Distrito Federal e que aqueles que afirmavam ser nem eram originários desta terra<sup>13</sup>. Após quatro anos, ao voltar neste local para a entrevista, me deparei com um ambiente totalmente diferente do cerrado que tinha visto em 2011. Agora já é uma grande área repleta de prédios, muitos já habitados por moradores e muitos ainda em processo de edificação num ritmo de construção acelerado; rodeado por eles estava o Santuário que teve sua área significativamente reduzida. Nesse espaço moram índios de várias etnias em ambientes separados de acordo com as suas especificidades, inclusive segundo duas das entrevistadas o nome Santuário dos Pajés não abrange todas as comunidades que ali estão.

---

<sup>13</sup> Sobre esse processo ver Brayner, 2013.

Foi lá que me encontrei com Aldenora Pimentel, indígena da etnia Wapixana de Roraima, que veio com sua família para Brasília há seis anos para acompanhar o marido, que é estudante da UnB, e durante este período moram no Santuário. Aldenora é pedagoga, pesquisadora e hoje faz uma especialização na qual desenvolve um projeto de conscientização, levando aos professores de algumas escolas um planejamento elaborado com sugestões de materiais didáticos que podem ser adaptados por eles para suas aulas, como livros, links online, audiovisual, todos produzidos por indígenas, além de propor algumas dinâmicas que podem ser aplicadas. Esse projeto tem o intuito de combater os preconceitos a partir do conhecimento proporcionado por um outro ângulo histórico, vindo dessas produções indígenas, e também para que os alunos indígenas que estudam nesses colégios, mesmo morando distante de suas origens, não percam o vínculo com as suas culturas.

O restante das entrevistas aconteceu no Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, também chamado de Maloca. Resultado das reivindicações dos estudantes indígenas que não possuíam um espaço adequado para a sua articulação e para as suas manifestações culturais, o projeto foi criado por eles e teve seu início em 2009, sendo inaugurado em dezembro de 2014. O espaço dá condições estruturais e pedagógicas para estes estudantes, amenizando as dificuldades vividas pela falta de apoio da universidade. Simbolizando a celebração da diversidade cultural, o ambiente se torna palco de interação, discussão e luta. Durante o momento das pesquisas lá se realizava a Etapa Local do Distrito Federal para a Primeira Conferência Nacional de Política Indigenista.

Neste espaço conversei com Poran Potiguara, liderança do povo Potiguara da Paraíba, integrante da Rede de Juventude Indígena do Brasil, da Comissão Nacional de Estudantes Indígenas e vice-presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB. A conversa com ele foi de grande esclarecimento e provocou uma mudança no percurso das entrevistas previstas inicialmente para o trabalho, que seriam feitas com pessoas ligadas a educação indígena em alguns estados da região norte do país. Diante dos desafios enfrentados quando se pensa em medidas para a educação que contemple todos os povos, Poran defende a alternativa de regionalização do ensino:

*O estado que têm povos indígenas, aquele estado no plano da educação básica do estado, colocaria as questões indígenas daquele povo dentro do seu material didático pra ser estudado nas escolas do estado. Ai você reduziria o volume do que se falar e poderia até pincelar no geral, mas cercar o povo do estado e dar reconhecimento àquele povo.*

Essa aproximação se mostrou uma medida eficiente e prática, principalmente no nosso caso onde a população do Distrito Federal pouco reconhece os indígenas que aqui vivem. Em certo grau isso se refletia nessa pesquisa tendo em vista que eu priorizava as entrevistas que seriam feitas com pessoas desses outros estados. A partir dessa consideração, a direção das entrevistas – que buscariam em outros contextos as informações desejadas – teve seu percurso desviado, se voltando para o nosso meio, focando naquilo que poderia ser encontrado nesta realidade para o reconhecimento, descoberta e potencialização das possibilidades de trabalho existentes nele, já que havia compreendido, através da conversa com Aldenora, que o desenvolvimento das experiências estéticas que ocorrem nas escolas indígenas diz respeito àquele espaço e àquelas pessoas, tendo-os como pré-requisitos para que aconteçam. Como Valéria – que será apresentada a seguir – toca:

*Eu fico pensando se isso é possível ensinar nessa sociedade aqui. Você pode dar a percepção de que existem outras possibilidades de vida, de pensar o modo de viver, de ver o mundo, mas daí trazer isso pra esta realidade que é uma coisa. Materializar isso, é inclusive um desafio para o lado de cá.*

Sendo assim, o problema dessa pesquisa não teria como resposta o intercâmbio de práticas que enxertasse nas lacunas existentes do nosso sistema as práticas desenvolvidas nas aldeias, porque isso seria impraticável, dá mesma forma que é inviável pensar que nossas práticas funcionariam nos seus sistemas. Caberia agora então pensar como se daria uma experiência singular das estéticas indígenas por alunos em escolas não-indígenas, refletindo o papel do professor não mais como condutor dessa

experiência, mas como intermediário que prepara o terreno para que ela aconteça, a partir da mediação entre os alunos e o próprio discurso indígena.

Entrevistei, então, as universitárias indígenas da UnB: duas estudantes de Ciências Sociais, Braulina Aurora do povo Baniwa e Valéria Paye do povo Kaxuyana, e outras duas estudantes de Enfermagem, Marília Enike e Daiana Saira, ambas da etnia Kariri-Xocó.

Atualmente moradores de Brasília, todos os indígenas me possibilitaram um pouco do conhecimento de como suas estéticas são desenvolvidas nas escolas de suas aldeias, em seus estados de procedência, porque participam junto com toda a sua comunidade das tomadas de decisões e organização das mesmas – sendo seus alunos nos casos dos entrevistados mais jovens. Essas escolas atendem às necessidades da comunidade e tem como princípio uma educação diferenciada, que é pensada pelos próprios indígenas de acordo com suas particularidades, direitos assegurados pelas Diretrizes Nacionais. Elas têm autonomia para organizarem o seu calendário escolar, os conteúdos que serão ministrados, se o ensino se dará em séries ou não, se será bilíngue, se será transdisciplinar, etc. Um exemplo disso nos conta Enike sobre o ritual do Ourikuri, realizado em sua aldeia, que faz parte das atividades práticas do calendário escolar<sup>14</sup>. Assim, essas escolas além de facilitar o processo de ensino aprendizagem, dão liberdade para que haja o fortalecimento da identidade étnica nas escolas, já que o ensino e prática das tradições estão intrínsecos à sua organização e planejamento pedagógico.

Quando questionados os entrevistados sobre a relação das estéticas indígenas nesses espaços de ensino, elas aparecem, mais uma vez, ratificando a ideia de sua integração aos outros conhecimentos e práticas da vida desenvolvida no primeiro capítulo, excetuando a escola de Poran que tem a disciplina Arte e Cultura Potiguara, em todas as outras as estéticas apareciam de modo transdisciplinar. Seu feitiço tem um propósito utilitário que se manifesta de acordo com as particularidades dos povos aos quais cada um dos entrevistados pertence. Exercendo para alguns a função de adorno, de sustendo financeiro, de ferramenta nos rituais, de proteção espiritual, de utensílios cotidianos, mas para todos desempenhando principalmente o papel de revitalização das tradições em prol da conservação e sobrevivência de suas culturas, uma resistência ao

---

<sup>14</sup> Ver, na seção 2 do Anexo, a Figura 2.

império da cultura do “homem branco”. Assim, a experiência dessas estéticas no meio escolar representa uma ferramenta política usada por eles para a formação do que Braulina denomina como *peessoas completas*, ou seja, que tem o conhecimento vindo do que lhe é exterior, sendo capaz de dialogar com ele, mas que também domina os conhecimentos e as práticas daquilo que lhe faz pertencer ao seu povo, ou seja, do que é próprio de sua cultura e que por isso faz parte de sua essência.

Um ponto que inevitavelmente sempre vinha à tona nas falas – uma das principais causas de incômodo dos indígenas – dizia respeito à construção da imagem do índio ideal, e por isso verdadeiro: baseado nos fenótipos e costumes daqueles à imagem do tempo da invasão portuguesa. Ou seja, são considerados indígenas pela população não por sua vivência, mas sim pela aparência física que devam ter: cabelos lisos, olhos puxados, andar pintado ou pelado, etc. Os que não se enquadram neste padrão são vistos como qualquer outra coisa fruto da mistura genética – porque afinal sempre temos um parente distante que era indígena, mas como não somos indígenas eles também não o são –, mas que ainda assim não são considerados aos olhos da sociedade como brancos porque herdaram os “desvios” de sua raça, associam-se à eles juízos preconceituosos como a sua estupidez, preguiça, desonestidade, etc., o que seria responsável pelo seu atraso sociocultural (OLIVEIRA JUNIOR, 1999). A partir disso, me faço os seguintes questionamentos: qual a imagem que os professores que afirmam que nunca tiveram um aluno indígena em sala ou mesmo no colégio em que trabalham imaginam que eles tenham? Eles seriam capazes de reconhecer esses alunos além da imagem ideal do índio romântico? E quando não reconhecidos, quais as consequências em sua vida escolar?

Este foi um assunto comum e muito ressaltado em todas as falas sobre o que seria fundamental numa abordagem em sala de aula sobre as culturas indígenas. Colocado como o primeiro ponto que deve ser discutido por um professor que vai abordar essas manifestações, a desconstrução desses estereótipos sempre estava presente em seus raciocínios. Mostrar as várias realidades das quais os indígenas participam nos dias atuais seria uma prerrogativa fundamental para que se pudesse iniciar qualquer tipo de debate. Nesse mesmo sentido de desmitificação e atualização de suas imagens, aparecia também a necessidade de especificação para diversificação dos diferentes grupos étnicos, que historicamente foram submetidas à homogeneização que reduzia sua

pluralidade a um denominador comum pressupondo que eles possuem os mesmos hábitos, língua, ritos, organização social, política e métodos, etc. como aponta Valéria:

*(...) ter a preocupação sempre não de generalizar. Eu acho que o grande passo é isso, de dizer “isto aqui é uma arte indígena”, sim isso aqui é uma arte indígena, mas esse aqui é Guajajara, “Guajarara é do Maranhão”, de dizer assim. Porque o grafismo, a pintura tem um sentido, ela não é uma coisa solta, ela faz parte da vivência de cada povo. Esse desenho pode ser a mesma coisa na sua perspectiva, um desenho indígena vai ser igual pra todos, mas não é igual pra todos, ela tem um significado pro meu povo, tem um outro significado pros Guajararas... Eu acho que isso é uma questão muito importante da gente começar a refletir pra dizer de fato o enxergar o diferenciado, de dizer que Guajajara é um povo que fala na língua Jê; que eu sou índia, mas eu não entendo nada de Guajajara, se for falar da língua Jê eu não sei nem por onde começa...*

Estereótipos que, como mencionado neste trecho, se estendem às suas estéticas, trazendo a falsa imagem que desempenham as mesmas funções, que partilham das mesmas linguagens, dos mesmos materiais, dos mesmos grafismos, entre outros... Crendice que lhes causa desconforto, pois ignora suas particularidades, ferindo as suas identidades.

### **3.3 Sobre a origem do problema, o poder do discurso e alguns artifícios úteis.**

O que pode ser observado na amostra da pesquisa de campo é que hoje, no que se refere às questões indígenas, a lei depende de escassas ações que partem de iniciativas individuais de pessoas que se interessam pelo tema, e que com pouco apoio se desdobram na procura de materiais e pessoas que somem à causa, diante da falta de amparo dos sistemas de ensino que em geral a negligenciam, seja total ou parcialmente, desde a educação básica à superior. Soma-se à falta de medidas significativas do governo para que ela de fato saia do papel e seja uma realidade; não existem medidas para a conscientização nos estabelecimentos de ensino que esclareçam a necessidade de

sua aplicação, sua importância na construção de uma sociedade mais justa. Não são divulgados cursos e materiais disponibilizados que capacitem seus profissionais, e nenhuma fiscalização que cobre das instituições que elas a cumpra. Sem essas medidas de conscientização e concretização, ela acaba representando, de acordo com Poran:

*Ela é uma faca de dois gumes, porque ela reconhece a existência. Obriga a ensinar sobre, mas vem um questionamento, como será esse ensino? Ou como está sendo? Então ela é algo que de um lado incentiva, que diz que existe, que tem que ter, mas por outro lado preocupa porque você vai pegar professores que não sabem como fazer isso. Mesmo querendo saber, ele não sabe como, porque ele não teve uma formação, uma vivência mesmo, a aproximação que o torne qualificado pra ensinar sobre aquela situação. Então ela vai ser pra todo esse reconhecimento, mas se torna preocupante ao mesmo tempo porque ela pode alimentar o discurso preconceituoso. Pode alimentar o errado que foi ensinado hoje sobre as questões indígenas e isso requer tempo, dedicação pra falar sobre.*

Sendo assim, o simples incluir dessas histórias e culturas não é suficiente e deve ser problematizado. O ignorar da lei na prática dos professores, nas medidas de ação escolares e do Estado, é reflexo da marginalização e exclusão social que a esses povos foi imposta através de políticas que se iniciam no período colonial, com o intuito de camuflar e desqualificar as virtudes tanto dos negros como dos indígenas. Assim se omite as contribuições tecnológicas e intelectuais dessas matrizes na formação da sociedade brasileira, reduzindo as suas participações ao trabalho escravo e aos artifícios de catequização da igreja católica. Quando se fala delas, a história que está sendo contada é a história do homem branco europeu heterossexual, que também foi narrada por ele, ganhando atestado de autoridade e veracidade porque, majoritariamente, é a única que está sendo contada nos livros, produzida na academia, e vinculada às mídias – que delineiam as estruturas sociais, etc. Assim se manipula a história, instaurando uma única realidade construída e disseminada como “cultura superior”, boa, e que por isso

deve se expandir em detrimento daquilo que é primitivo, selvagem, animalesco, demoníaco, feio, entre outros<sup>15</sup>.

Políticas da colonização que infelizmente até hoje tem seus processos ativos, já que na atualidade perpetua-se a reprodução desses discursos que são exacerbados e mantidos porque os seus autores estão em posição privilegiada, e assim querem continuar. Essa realidade que se impõe com o intuito de invisibilizar todas às outras é facilmente consumida e interiorizada, porque desde que nascemos somos formados a partir desse ponto de vista histórico, onde quem está fora de seus padrões, mesmo quando impossível, deve tentar se enquadrar dentro dele e assumir sua posição de subalternidade, ou seja, um indivíduo dependente do outro, sem voz e representatividade dentro desse sistema:

A mímica através de seu deslizamento “quase o mesmo, mas não exatamente”, significa semelhança e ameaça, pois o colonizador para legitimar seu poder e influência precisa levar sua cultura para a colônia se apresentar como superior, mas essa incorporação da cultura colonizadora não deve ser total, é parcial, pois os nativos nunca renunciam inteiramente a suas práticas culturais e ainda que queiram ser como os colonizadores, efetivamente não conseguem, pois não são completamente aceitos entre os colonizadores. O colonizador precisa que o “Outro” apreenda seus costumes, mas a finalidade não é fazer com que eles se tornem um deles, e sim torna-los seres mais fáceis de serem dominados. É necessário que sejam parcialmente doutrinados segundo os ensinamentos da Metrópole, para que o colonizador não corra o risco de um dia perder seu posto, evitando assim alianças perigosas entre colonizador e colonizado. (ALMEIDA, NEVES, 2012, p.130)

Nas escolas não é diferente, pelo contrário, elas participam desde o início desse processo como uma ferramenta de disseminação e legitimação do discurso colonizador. É apropriado lembrar que os primeiros esforços educacionais no Brasil tinham como objetivo a catequização dos povos indígenas pelos jesuítas. No presente elas são fruto dessa estratégia e tem suas práticas educativas pautadas principalmente no que pertence a essa suposta “cultura elevada”, pois é ela que irá permitir aos seus educandos os padrões que são o cerne para a obtenção do reconhecimento social. Por consequência, durante a nossa vida escolar estudamos significativamente mais e atribuímos mais valor àquilo que nos é exterior, pois lá só observamos, por isso associamos, que todas as grandes mentes e invenções da humanidade pertencem aos homens brancos

---

<sup>15</sup>Sobre os mecanismos de dominação cultural ver: Gruzinski 1992 e 2003 e Todorov 1978.

heterossexuais de classe alta, europeus ou norte-americanos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que reproduz um discurso hegemônico que perpetua estruturas de hierarquização do conhecimento e do viver, também amortiza a possibilidade de participação daqueles que estão à margem do seu ideal – o que se intensifica de maneira perversa na história da *arte* porque ela foi feita por e para eles.

Para que a arte não mais seja dominada por esses padrões e discursos, algumas sugestões me foram indicadas pelos indígenas para que certos aspectos fossem trabalhados em sala de aula: o uso de materiais produzidos pelos próprios indígenas como livros, alguns disponibilizados pelo site do Ministério da Educação<sup>16</sup>, o uso de audiovisual e também o debate direto através de palestras e visitas, onde os alunos entrariam em contato direto com eles.

A escolha desses artifícios permite aos alunos entrarem em contato não apenas com as informações que seriam levadas por mim ou por um livro didático: uma professora e um autor não-indígenas, que estariam falando de conhecimentos que são frutos de uma pretensa realidade, conhecida por meio de outras representações feitas também por pessoas que falam daquilo que não lhes pertence, e que por isso não compreendem certas dimensões que podem ser tocadas e conduzidas por uma pessoa que esteja falando de sua própria cultura.

Ao longo de todo trabalho, questioneei a posição da pessoa que fala daquilo com o que nunca teve contato, mas que conhece alguns de seus fundamentos, conhecimentos proporcionados através da leitura. A respeito dessa posição, onde os grupos que historicamente foram silenciados se tornam objetos de estudo por parte de teóricos que começam a falar por esse outro, e por isso são representados segundo essas construções, GayatriSpivak, uma crítica literária e intelectual indiana, em seu livro *Pode o Subalterno Falar?* alerta para o risco da postura do intelectual que faz uso dessas matrizes teóricas ocidentais, pois ao recorrer à elas perpetuam o discurso hegemônico, reproduzindo estruturas de opressão e poder que mantém o subalterno sem visibilidade e autonomia. Sendo assim o papel do intelectual pós-colonial, mais do que falar pelo subalterno, é o de combater a condição de subalternidade, assumindo a posição de

---

<sup>16</sup> Em 2005 o MEC distribuiu uma coleção de DVD's que continham filmes criados por cineastas indígenas em suas aldeias, dois desses filmes - *Das crianças ikpeng para o mundo* e *O dia em que a lua menstrua* - estão presentes na Seção 3 do Anexo. Mais sugestões de atividades e materiais podem ser encontradas em Collet, Paladino e Russo, 2014.

mediador que possibilita a abertura de espaços e cria mecanismos pelos quais os sujeitos silenciados possam se articular e, principalmente, ser ouvidos.

Paradoxalmente, sua legitimidade passa a ser dada por outra pessoa, que assume o seu lugar no espaço público, especializando-o como o lugar genérico do outro do poder. Daí a busca constante por capturar o momento em que a re-presentação se funde à a-presentação, pois ele é especialmente propício para o surgimento de processos de insurreição e de movimentos sociais não cooptados e revolucionários, na medida em que as classes subalternas tentarão controlar o modo como serão representadas. (CARVALHO, 2001, p.120)

Nesse momento onde se cruzam os meus conhecimentos sobre esse outro e a sua auto-representação, o debate não se subordina apenas à uma dessas vozes, mas existe no encontro dessas duas, promovendo a reflexão a partir da relação dos sujeitos com a alteridade. É nesse outro espaço criado que insurge o contra-discurso, apresentando outros pontos de vista históricos; além da presença desses sujeitos instigarem a participação dos educandos num debate, principalmente numa visitação, traz a voz de um indivíduo nativo e apresenta o seu olhar sobre si, os outros e o mundo. Braulina propõe:

*Existem momentos que há essa necessidade, por exemplo, no seu caso, chegar para quarenta, trinta alunos, e pegar uma página e falar “hoje vamos falar sobre isso”. É você tentando levar essa informação pra eles. Uma diferença de você levar em uma aula uma pessoa que está falando dele mesmo, que eles vão ter curiosidade de perguntar coisas e a pessoa responder. A outra possibilidade é essa questão de visitar uma comunidade indígena, eles vão vivenciar o que uma comunidade vive, o que eles fazem... Só que é um pouco diferente aqui do que as comunidades lá, mas é a realidade deles aqui. A outra é dar oportunidade pra quem é curioso perguntar, ou então passar vídeos... Hoje é possível passar vídeos da realidade de algumas comunidades. Já existem e trabalha-se.*

Esta outra voz que foi silenciada durante séculos, quando trazida ao meio escolar, gera um palco dialógico entre as culturas que possibilita a discussão de temas como a apropriação feita por esses povos das tecnologias modernas da sociedade ocidental. Por exemplo, a sua inclusão nos meios digitais, o uso de aparelhos eletrônicos

e de produtos industrializados, que acontecem também vinculados à suas estéticas, como o uso de blogs para divulgação e venda de artesanatos, o feitiço de colares com miçangas industrializadas, a incorporação de imagens ocidentais junto à padrões tradicionais, a produção de vídeos e filmes<sup>17</sup>, etc. A apropriação não significa uma dominação cultural e que estes não são mais indígenas, mas mostra que como qualquer outro povo eles não estão estagnados no tempo, que tem em seu processo histórico a criação e transformação de procedimentos culturais, e que por isso se beneficiam daquilo que lhes pode ser útil. Essa abordagem contemplaria as dimensões de tensão citadas anteriormente, pois como defende Daniela Zanetti:

A instância midiática, funcionando como substituto dos espaços comuns coletivos, potencializa a formação dessas redes e mantém constante a circulação e re-significação das representações. A visibilidade pública através da mídia, portanto, tem sido cada vez mais almejada por determinados setores da sociedade civil, como forma de garantir que seus interesses possam fazer parte do debate público. (2008, p.7)

A re-significação das representações provenientes desses meios serviria como ferramenta para a desconstrução do imaginário estereotipado, pois atualizaria e, quando contrastados segundo suas especificidades, dariam a extensão da multiplicidade dessas culturas, além de se tornarem canais acessíveis aos alunos para pesquisa, já que cada vez mais esses povos se articulam através de blogs e sites<sup>18</sup>. Nesse sentido, Aldenora propõe aos professores que desenvolvam trabalhos com seus educandos, organizados em grupos ou individualmente, baseados na pesquisa desses sítios, onde cada um ficaria responsável pela investigação de uma etnia específica, levantando aspectos particulares daquele povo, como as linguagens de suas estéticas, suas funções, seus materiais, etc., fortalecendo assim a dimensão da pluralidade.

Em relação à aproximação com as práticas existentes no ensino das aldeias, penso que ela poderia ser trazida para os nossos sistemas no âmbito da transdisciplinaridade, propondo que esses materiais sejam desenvolvidos a partir de projetos coletivos que envolvessem professores de outras áreas, proporcionando a participação de outros referentes no processo cognitivo:

---

<sup>17</sup> Ver Seção 3 dos Anexos

<sup>18</sup> Ver Seção 4 dos Anexos.

Ao trabalhar com a multirreferencialidade do conhecimento, o princípio que rege os temas transversais muda o conceito de conhecimento. Passa-se da disciplinaridade (lógica clássica) à transdisciplinaridade (lógica do terceiro termo incluído). O conhecimento é concebido como uma rede de conexões (do arbóreo passa-se ao conceito rizomático), o que leva à multidimensionalidade do conhecimento e à distinção de vários níveis de realidade. Assim, a multidimensionalidade diz respeito ao reconhecimento dos diferentes níveis de realidade no processo cognitivo. Abertura que se dá conforme os tipos de observadores, cujas percepções, quando ampliadas por variadas articulações, possibilitam um conhecimento cada vez mais significativo e abrangente. (SANTOS, 2008, p.5)

Sendo assim, ela soma ao debate trazendo a participação de outros agentes culturais que trazem seus conhecimentos, demonstrando a pluralidade de concepções do viver, interagir e se relacionar com o mundo, como também supera as fronteiras existentes na organização segregada dos campos da ciência em disciplinas específicas, dando a dimensão de complementariedade dos elementos e conhecimentos da natureza. Dessa forma a experiência das estéticas indígenas, assim como nas aldeias, não caberia só ao campo da arte, mas sim num meio complexo que se interliga à outras práticas, tecnologias, saberes, etc. Contextualização que permite que elas se expressem em sua plenitude.

#### **4. DESCOLONIZAR O DISCURSO PARA SE APROXIMAR DA ARTE.**

Com o objetivo de refletir sobre as potencialidades das estéticas indígenas e dos saberes que elas contêm em si quando deslocadas a outras realidades externas às aldeias, o trabalho partiu do direito e dever, assegurado pela lei 11.645, na abordagem dessas manifestações culturais e de suas histórias. Contrastando com a determinação legal, o que pode ser visto na pesquisa de campo é que atualmente o debate e ações para que a lei se concretize ainda são extremamente insuficientes, e em alguns casos inexistentes.

Relacionei a principal causa desse fato à invisibilidade social submetida a esses povos durante séculos. A exclusão pode ser percebida também nos ambientes escolares, que ocultam suas participações, desde as práticas dos professores às políticas pedagógicas. Foi necessário, então, rememorar as causas históricas que ocasionaram o silenciamento desses sujeitos: processo que se iniciou na invasão portuguesa, se desenvolveu nas políticas coloniais através de mecanismos genocidas – que não só funcionavam para a aniquilação da existência da vida dos nativos, como também a extinção de suas culturas e de suas contribuições na formação da sociedade brasileira –, com o objetivo de promover a superioridade da cultura europeia.

Nos tempos atuais somos frutos destas políticas, que instauraram o padrão de vida ocidental como o verdadeiro cerne da vida, deslegitimando e excluindo outras formas de concepção e relação que possam existir nela.

Ansiando que o ambiente escolar se transforme numa ferramenta de instrução onde não mais se perpetue a supremacia do pensamento ocidental em detrimento de outras culturas, mostrou-se necessário problematizar os discursos herdados do pensamento colonial que ainda está muito irrigado na nossa sociedade – de forma naturalizada o consumimos e reproduzimos.

Para pensarmos numa educação que promova o reconhecimento e valorização das matrizes indígenas e afro-brasileiras, como propõe a lei, devemos ter consciência das relações de poder enraizadas tanto no discurso, quanto no posicionamento que assumimos – professores e equipe pedagógica – diante desses temas. O simples incluir dessa histórias e culturas que foram marginalizadas não é suficiente para que de fato

elas sejam reconhecidas; pelo contrário, se não houver uma mudança de referencial caímos no risco de reproduzir os mesmos discursos preconceituosos, estagnados e homogeneizantes.

Torna-se necessário então que, além de inclui-los em nossa elocução, mudemos os termos de enunciação com a abertura dos espaços de atuação para que esses atores sociais participem do debate; que possam contar o seu ponto de vista histórico, se posicionar diante dele e se auto-representar. Em prol da descolonização do pensamento, esses outros referenciais devem coexistir sem serem invisibilizados pelas formas de conhecimento hegemônicas patrocinadas pelo Estado, legitimadas pelo discurso científico. Na corrente contrária, damos validade cognitiva aos modos de vida e aos conhecimentos que não são se fundamentam na ciência hegemônica.

Para integrar os conhecimentos da nossa sociedade, que é culturalmente pluralista, sem que haja subordinação de nenhuma das partes, é necessário dar espaço para que todas as vozes possam se posicionar.

Foi com este intuito que representantes indígenas foram convidados a participar da construção desse trabalho. Essa interlocução que num primeiro momento pareceu complicada de ser realizada, – ainda que desafiadora – se tornou simples e fluida já que essas pessoas demonstraram grande abertura, interesse e participação na articulação do debate; já participavam desse processo indicando e disponibilizando materiais às escolas, se oferecendo para conversar com os alunos e dando sugestões metodológicas à equipe pedagógica – como as que também foram feitas para mim durante as entrevistas.

Esse contato possibilitou a compreensão de que o papel do professor não seria o de apresentar discursos que foram produtos de representações feitas por olhares externos à essas realidades, mas sim de proporcionar vias de comunicação que permitam a participação de seus representantes na discussão. Segundo suas sujeitões, essa participação pode acontecer com a utilização de materiais elaborados pelos indígenas – livros, blogs, filmes, músicas – como também pela presença concreta desses quando convidados à palestras e conversas, tanto com os alunos, quanto com a equipe pedagógica. Com base nesse acesso, as vastas informações que podem ser obtidas através desses materiais devem ser desenvolvidas trabalhando principalmente as dimensões de pluralidade, de transdisciplinaridade e da contemporaneidade,

favorecendo o equilíbrio das relações interculturais e proporcionando a revisão de paradigmas.

Para além do reconhecimento, valorização, e atualização das imagens estagnadas e homogêneas, vejo como uma das maiores contribuições a possibilidade de mostrar aos alunos que existem, sim, outros modos de se relacionar com o mundo, de enxergá-lo e produzir nele. Dessa forma, a história da arte e da estética não se restringiria mais a indivíduos masculinos, de classe alta, dos países ditos desenvolvidos, e nem aos padrões que implicam que a arte seja vivenciada segundo os preceitos ocidentais de disjunção e distanciamento da vida.

Além de representarem outros modos de relação e manifestação da arte – e da vida, porque nelas a arte não existe por si só –, as estéticas indígenas permitem o acesso às cosmovisões de culturas ancestrais que comportam em seus saberes o conhecimento mítico e religioso na integração com o cosmos. Conexão que evidencia a capacidade de agir, significar e controlar, de forma consciente e respeitosa, o relacionamento com a natureza e seus seres através da arte. Essas estéticas, além de demonstrarem a importância do equilíbrio que é conquistado através do cuidado com o meio ambiente e com o outro, são ferramentas essenciais nesse processo. Nelas são esboçados conhecimentos e técnicas frutos de uma postura investigativa diante do mundo, onde as coisas não acontecem ao acaso ou são fragmentadas, mas sim se conectam formando um todo plural e interligado. Nos contam que sua experiência pode ir além de objetos visualizados nos museus e livros didáticos; ela pode viver e conviver, demonstrando a possibilidade de outros mecanismos, realidades, vivências e conhecimentos, que não se fundamentam nos padrões ocidentais.

Promover a *experiência singular*, proposta por Dewey, não se daria por meio da apropriação cultural baseada no transplante do fazer artístico – e metodológico no caso do ensino – que se pautasse nas práticas desses povos, mas sim através da resignificação da experiência estética através da demonstração da pluralidade nas quais ela pode se manifestar. Usando como referência dessas manifestações, as artes indígenas - a partir do seu caráter de aproximação da arte à vida, numa relação intrínseca da estética aos processos naturais do viver – são exemplo de uma postura investigativa diante do mundo para a compreensão de suas forças onipresentes, se tornando um meio de expressão e posicionamento diante delas.

Concluindo, na abordagem dessas histórias e culturas – mais do que um conteúdo a ser desenvolvido – elas devem ser trabalhadas como problemas reais na qualidade de seres humanos, oferecendo aos alunos experiências que estimulem os hábitos reflexivos necessários ao combate à discriminação, na aproximação da arte à vida e num existir consciente da integração dos diversos elementos do cosmo que seja responsável, expandindo as qualidades e possibilidades de vivência da experiência estética.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amélia Cardoso; NEVES, Cleiton Ricardo. **A identidade do “Outro” colonizado à luz das reflexões dos estudos Pós-Coloniais.** Em Tempo de Histórias. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Nº. 20, jan. – jul. 2012.

BALDI, César Augusto. **Descolonizando o ensino de direitos humanos?** In:Hendu – Revista Latino-Americana de Direitos Humanos, 4(1):8-18,2014.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos Utópicos: Cultura e Ensino da Arte.** Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BORRE, Luciana Nunes; MARTINS, Raimundo. **Educação da Cultura Visual: concepções e práticas em trânsito.** In: V Seminário de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, 2012, Goiânia. Anais do V Seminário de Pesquisa em Arte e Cultura Visual. Goiânia: UFG - FAV, 2012. p. 848-858.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de Janeiro de 2003.**Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)> Acesso em: 2015-04-04.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008.**Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso em: 2015-04-04.

BRASIL. Lei 12.287, de 13 de Julho de 2010. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12287.htm)> Acesso em: 2015-04-04.

BRAYNER, Thais Nogueira. **É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés.** Brasília: Departamento de Antropologia: Universidade de Brasília, 2013.

- BRUMANA, F.G. **Antropologia dos sentidos: introdução às ideias de Marcel Mauss**. São Paulo: Editora Brasiliense s.a.; 1983.
- CAUQUELIN, Anne. **No ângulo dos mundos possíveis**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- CARVALHO, José Jorge. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, junho de 1998.
- CHARBONNIER, Georges. **Arte, linguagem, etnologia: Entrevistas com Lévi-Strauss**. Campinas: Papyrus, 1989.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceito. Subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda.; LACED, 2014.
- COSTA, Maria Heloisa Fénelon. **O Mundo dos Mehináku e suas Representações Visuais**. Brasília, Editora UnB; Editora UFRJ e CNPq. 1988.
- DEWEY, John. **Arte como Experiência**; org. Jo Ann Boydston; tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Democracia e educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- DOUNIS, Sumaya Cristina. **Diálogo intercultural na educação ambiental: uma pedagogia da palavra**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- GRUZINSKI, Serge. **A Cristianização do Imaginário**. In: A Colonização do imaginário. Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol séculos XVI-XVIII. Companhia das Letras, SP, 2003. p. 218-283.
- \_\_\_\_\_. **A guerra das imagens e a ocidentalização da América**. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). América em tempo de conquista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992. p. 198-207.

KRENAK, Ailton. **Antes, o mundo não existia**. In: NOVAES, Adauto (org.). Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KUMU, UmúsinPanlõn. **Antes o mundo não existia: a mitologia heróica dos índios Desâna**. São Paulo: Livraria Cultura, 1980.

LAGROU, Els. **Arte indígena no Brasil: agência, alteridade, relação**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2009.

NOVAES, Adauto. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo. **A invisibilidade imposta e a estratégia da invisibilização entre negros e índios: uma comparação**. In: BACELAR, Jeferson e CAROSO, Carlos (orgs.). Brasil: um país de negros? Rio de Janeiro: Pallas/CEAO, 1999.

SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. Revista Brasileira de Educação, Abril 2008, vol.13, no.37, p.71-83. jan./abr. 2008.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

TOMAR, M. S.: **A Entrevista semi-estruturada**. Mestrado em Supervisão Pedagógica (Edição 2007/2009) da Universidade Aberta.

VELTHEM, L.H. van. **O belo é a fera: a estética da produção e da predação entre os Wayana**. Lisboa: MNE/Assirio e Alvim. 2003.

VIDAL, Lux. **Grafismo Indígena: estudo de antropologia estética**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

ZANETTI, Daniela. **Cenas da periferia: auto-representação como luta por reconhecimento**. E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v.11, n. 2, Brasília, 2008.

## ANEXOS

### Seção 1: Os domínios do cosmo. Seres sobrenaturais e suas aparências.

Para os Mehináku - habitantes da região conhecida como Alto Xingu, englobada pelo Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso – os sobrenaturais, chamados de forma geral por *Papañe*, podem ser antropomorfos, zoomorfos ou híbridos. Assumem a aparência de alguns objetos e fenômenos naturais. São responsáveis pelas enfermidades e tem sua classificação correspondente ao domínio que habita e a classe de animal a qual corresponde. Fonte: COSTA, 1988.



*Trovão*

Auzuki. 1971

Guache sobre papel  
47,8 cm x 33 cm

*Aldeia dos mortos*

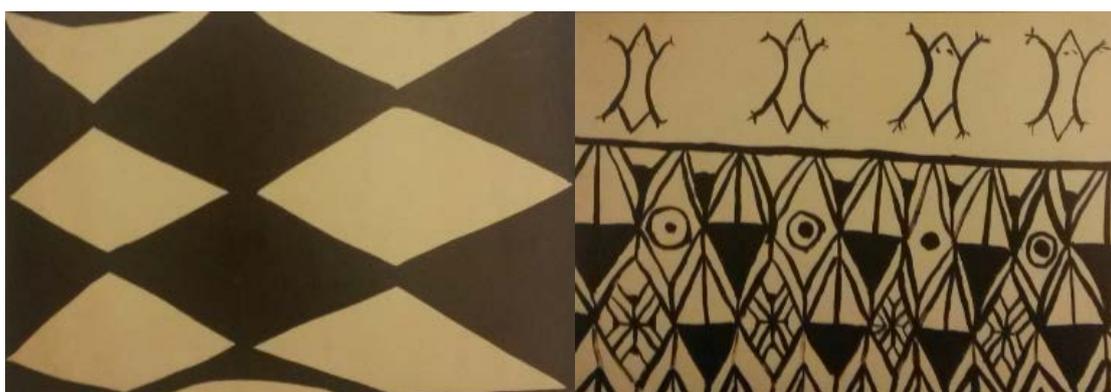
Kuyaparé. 1975

Hidrocor sobre papel  
47 cm x 32 cm

*KAMINKIA*

Kuyakuyalí. 1978

Hidrocor e guache sobre papel  
62,5 cm x 45 cm



*PÃEYANANÁKU, pintura de casa.*

Kuyaparé. 1970

Guache sobre papel  
48 cm x 33 cm

*Libélula e outros. Ainda vê-se a rã pipa.*

Kuyakuyalí. 1970

Guache sobre papel  
48 cm x 33 cm

No livro *Antes o mundo não existia* (1980) podemos conhecer a história da criação do mundo, e dos seres responsáveis por ela, segundo a mitologia do povo Desâna. Falantes da família linguística Tukano, vivem às margens do Rio Uaupés e seus afluentes, com aldeias na Colômbia e no estado do Amazonas.



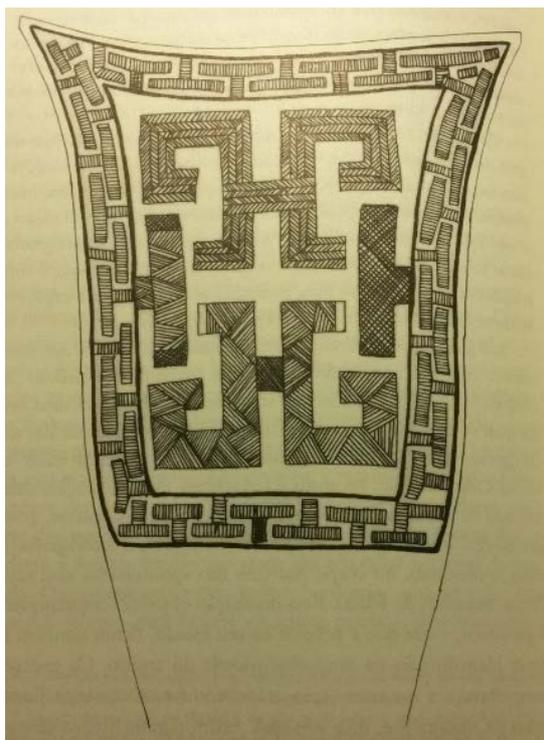
*Ĕmëkhoñehké, o terceiro trovão, abre seu pari de defesa werëimikalu e despeja nele suas riquezas: acangataras (nahápoa né, arara, penas); diademas (maháweaiëhsë, arara, plumas pequenas); colares com pedras de quartzo (ëhtambuhu); enfeites peitorais de quartzo (ëhtambuhutabulu); colares de dente de onça (sintuli); placa peitoral (dahsiri), porta cigarro (olé-óíabu). Cada par de enfeites representa um homem e uma mulher.*

*Com eles, os dois heróis, ĔmëkhosulânPanlâmin e ĔmëkhomahsânBoléka farão a humanidade. Na parte posterior do pari vê-se um namángoá (veado, osso), flauta que se toca antes de enfeitar-se. (1980, p. 199)*

*Kaikuiapoeká, <jaguar bicéfalo>, composição entalhado em uma borduna <fêmea>*

*(Apud Farabee, 1924)*

Ao lado temos a representação dos padrões de uma borduna fêmea Wayana. Esses padrões são baseados na iconografia do jaguar sobrenatural, compartilhando de suas faculdades, essa arma, usada para guerra, detém o poder de assalto desses felinos.



## Seção 2: Nas escolas.

Figura 1: indígena, morador do Santuário dos Pajés, convidado a contar um mito de seu povo no CEF 316 Norte.



Figura 2: alunos Kariri-Xocó.



### Seção 3: Filmes.

#### O SONHO DO NIXI PAE

Movimento dos Artistas HuniKuín



Direção: AMILTON MATTOS

Vídeo 1.2012 / 43:30min

[www.youtube.com/watch?v=8LOL3BM0eRY](http://www.youtube.com/watch?v=8LOL3BM0eRY)

Vídeo 2.2014 / 45:55min

<https://www.youtube.com/watch?v=zRlbRpoi0cQ>

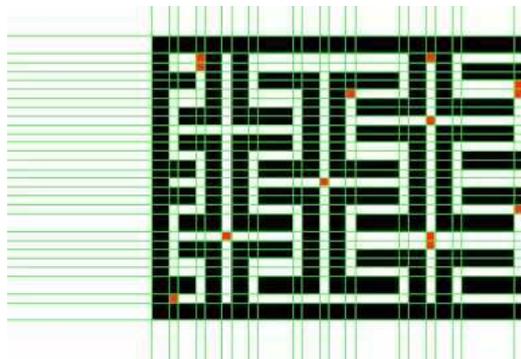
Documentários sobre o MAHKU – Movimento dos Artistas HuniKuín conta a história do coletivo de pesquisadores-artistas do povo HuniKuín.

Seu criador, IbãHuniKuín - Isaias Sales -, ao longo de sua vida resguardou os saberes musicais e rituais que corriam o risco de desaparecer na sociedade seringalista, aliando sua formação tradicional aos instrumentos da escrita e da pesquisa. Fundador do coletivo, se formou professor, passando a registrar e publicar esses cantos a partir da sua tradução visual através de pinturas e desenhos.

Fonte: <http://www.nixi-pae.blogspot.com.br/>

#### GRAFISMO INDÍGENA

Compreendendo a representação abstrata na pintura corporal Asuruni.



2009 / 3:36min

Direção: RICARDO ARTUR PEREIRA  
[www.youtube.com/watch?v=onah4R4uhUE](http://www.youtube.com/watch?v=onah4R4uhUE)

#### UMA ESCOLA YAWANAWA



2009 / 4:59min

Resultado de oficina do Vídeo nas Aldeias entre os Yawanawa. Vídeo e edição de WewitoPiänko (Valdete Pinhata), 8 horas de material bruto.

<https://www.youtube.com/watch?t=131&v=6gB oiDe5Gck>

## MARANGMOTXÍNGMO MİRANG

Das crianças Ikpeng para o mundo.



2001 / 35min. / Ikpeng

Diretores: **KARANÉ IKPENG, NATUYU YUWIPO TXICÃO, KUMARÉ IKPENG**

Quatro crianças Ikpeng apresentam sua aldeia, famílias, brincadeiras, festas, e seu modo de vida.

<https://www.youtube.com/watch?v=28r1cj0xwEs>

## MBYA MIRIM



2013 / 22min. / Guarani-Mbya

Diretor: **ARIEL DUARTE ORTEGA, PATRICIA FERREIRA (KERETXU)**

Palermo e Neneco, revelam em suas brincadeiras o drama do seu povo.

[www.youtube.com/watch?t=366&v=6SA0L7\\_Qwj4](http://www.youtube.com/watch?t=366&v=6SA0L7_Qwj4)

## NGUNÉ ELÜ

O dia em que a lua menstruou



2004 / 28min. / Kuikuro

Direção: **TAKUMÃ KUIKURO, COLETIVO KUIKURO DE CINEMA.**

Num eclipse lunar tudo muda. Os animais se transformam. O sangue pinga do céu como chuva. O som das flautas sagradas atravessa a escuridão. Não há mais tempo a perder. É preciso cantar e dançar. É preciso acordar o mundo novamente. Os realizadores kuikuro contam o que aconteceu nesse dia, o dia em que a lua menstruou.

[www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php?c=35](http://www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php?c=35)

## UMA ESCOLA HUNIKUI



2008 / 3min. / Hunikui (Kaxinawá)

Realização: **Zezinho Yube, Mari Correa, Vincent Carelli e Ernesto de Carvalho.**

Nos tempos dos patrões os Hunikui não podiam falar a sua língua nem praticar as suas danças. Hoje, os professores indígenas estão pesquisando a nossa cultura e levando ela para a escola.

[www.youtube.com/watch?v=t5mXZJAlx\\_k#t=52](http://www.youtube.com/watch?v=t5mXZJAlx_k#t=52)

#### Seção 4: Sites para pesquisas.



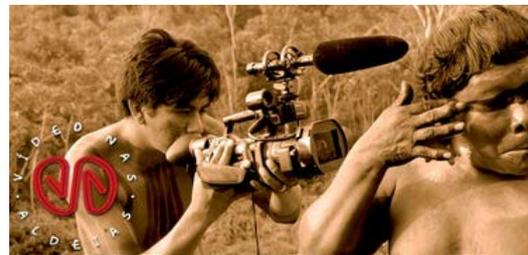
<http://pib.socioambiental.org/>



<https://mobilizacao nacionalindigena.wordpress.com/>



<http://radioyande.com/>



<http://www.videonasaldeias.org.br/>



<https://indigenasbrasil.wordpress.com/>



<http://www.indiosonline.net/>



<http://oindigenista.com/>



<http://www.funai.gov.br/>

## ENTREVISTAS COM PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS

JOANA:

**Joana:** Meu nome é Joana, me formei na Dulcina, eu comecei na rede particular no SESI, me formei em 2007, trabalhei dois anos no SESI depois eu vim pra rede pública. Trabalhei em São Sebastião, fundamental 2; na Asa Sul, fundamental 2; no CASEB com o DIS que é distorção de idade série. Depois eu vim pra Asa Norte pra Escola Parque 204, depois a 210, os dois são fundamental, mas fundamental 1, aí eu lecionei teatro e lecionei música, fiquei três anos lecionando música e agora vim, esse é o primeiro ano de ensino médio, primeiro ano aqui.

**Danielle:** Você comentou sobre a dificuldade que teve quando veio para o ensino médio de trazer esses conteúdos da temática indígena pro ensino médio. Então você acha mais fácil dar aula disso no ensino fundamental que no médio?

**Joana:** Acho. Acho porque você trabalha os conteúdos de uma forma mais solta, eles têm a liberdade de fazer trabalho prático, aqui eles não tem tempo pra fazer o trabalho prático. Aqui os conteúdos são muito voltados pras questões de vestibular, as questões do PAS. Então você está muito mais preocupada em treinar o aluno pra prova do que explorar o conteúdo teórico, pelo menos essa foi a minha experiência, não tenho muita experiência de ensino médio pra te falar, talvez fosse melhor você falar com a professora da manhã que está a não sei quantos anos aqui. Criança é muito mais fácil de você trabalhar a espontaneidade a criatividade, então a liberdade de se trabalhar os conteúdos voltados pros povos primitivos é muito mais fácil no ensino fundamental do que você trabalhar os conteúdos teóricos do ensino médio porque você tem uma carga de literatura maior. Você tem uma preocupação com teorizar tanto a arte que ela deixa de ser aquela coisa espontânea e cultural, ela passa a ser uma disciplina sistematizada, não sei como é que se substantiva isso, “cientificizada”. É como se você tornasse uma coisa que deveria ser espontânea e cultural, como é a questão das artes dos povos primitivos, de uma forma muito mais sistematizada, teorizada. Eu senti essa diferença, mas é uma opinião pessoal.

**Danielle:** Qual era a abordagem que você dava a esse conteúdo quando você era professora do ensino fundamental?

**Joana:** Bom, meu nome é um nome indígena, então eu já pego esse gancho pra falar sobre. Eu falei muito sobre o Xingu, a tribo dos Suiás, é uma tribo que trabalha muito a música. É uma tribo muito musical, eles têm uma coisa muito diferenciada pela música, então, eu trabalhava ritmos indígenas, trabalhava os grafismos indígenas. Quando eu trabalhei na Escola Parque eles atendiam a comunidade indígena que vive ali no Noroeste que é uma comunidade até grande. Então eles traziam urucum, eles faziam esses grafismos, eles vinham com a pele pintada, falavam sobre isso... Eu tinha esse acesso, a cultura vinda por parte dos alunos, não era eu chegava com o conteúdo apenas, tinha essa troca também com os alunos por conta das comunidades indígenas.

**Danielle:** E no ensino médio qual é a abordagem?

**Joana:** Não tem. Eu ainda não trabalhei arte indígena com eles. Pensei em trabalhar agora nesse segundo bimestre depois que eu concluir o sistema da linguagem musical que eu estou ensinando leitura musical e alguma coisa do teatro e depois eu iniciaria o conteúdo de artes visuais. No conteúdo de artes visuais que eu trabalho, no espaço que eu teria, na história da arte, seria nesse primeiro momento da história da arte que você estuda tanto a pré-história quanto as civilizações mais primitivas que é o conteúdo de primeiro ano, o segundo e o primeiro ano, o segundo eu quase não falo sobre isso, e o terceiro ano eu falei alguma coisa sobre influência africana no cubismo, como as máscaras africanas influenciaram Picasso, mas muito pouco também, não entrei muito nessa questão.

**Danielle:** Dentro desse colégio você sabe se há algum projeto que seja voltado pra implementação da lei?

**Joana:** Não, não sei.

**Danielle:** E nos outros colégios que você deu aula?

**Joana:** Sim.

**Danielle:** Nesses da asa norte?

**Joana:** Sim. Eu acho que você deveria ir lá agora porque é uma escola muito boa e tem professores excelentes que trabalham esses conteúdos.

**Danielle:** Na sua formação você teve preparo acadêmico pra falar sobre isso?

**Joana:** Não, nenhum. Quase não tive contato na faculdade com a arte indígena, quase nada.

**Danielle:** Quais são os elementos que você considera obstáculos pra implementação da lei na sua realidade escolar?

**Joana:** Primeiro a questão do livro didático. A arte sempre teve muita carência de livros didáticos, tanto no fundamental quanto no médio. Esse livro que a escola adotou agora que é um livro feito pelo... É um livro feito pelo governo, mas não é do GDF, é de um órgão específico. Ele não trata a escola da arte com uma cronologia, ele vai falando espaçadamente sobre elementos em vários momentos... Ele fala que aconteceu no início, de repente ele fala de outro que já está no fim... Não tem uma sequência cronológica. Ele até fala sobre arte nas civilizações primitivas, arte primitiva nesse sentido, mas é muito pouco. Então o primeiro grande obstáculo é a questão do acesso ao professor a um conteúdo sistematizado uma vez que você determina parâmetros curriculares nacionais e você não tem acesso a esse material literário, nem pro professor nem pro aluno. Primeira vez que eu tenho um livro de arte que é o da escola e mesmo assim eu achei um livro muito fraco, que é um livro que tem essa carência cronológica pra você ter uma sustentação histórica pra falar sobre história da arte. Você tem que ter uma cronologia pra entender o passo a passo, eles não tem nenhuma preocupação com isso, mas eles têm um livro agora, mas antes não se tinha livro de arte, no ensino fundamental praticamente eu não usei livro de arte. Eu pegava o PNC via o que tinha que falar, inclusive na educação da arte indígena, e montava minha aula a partir da minha vontade sabe, não era uma coisa sistematizada, cada professor vai trabalhar esse tema, porque cada professor no final se vira e trabalha o tema como conseguir, de acordo com sua própria pesquisa. Acho que isso é um grande empecilho não só na questão da arte indígena, mas todos os conteúdos que se trabalha em arte, você não tem uma noção, sistematização, cada professor dá como quer praticamente. Por exemplo, você chega na aula de matemática e o professor diz “peguem o capítulo dois que nós vamos estudar isso” e o outro professor lá no Ceará também tem aquele livro e ele pode ter um parâmetro do mesmo conteúdo, abordado de um mesmo ângulo. Isso em artes não tem, acho isso um obstáculo

**Danielle:** O que você acredita que esse conteúdo pode acrescentar a vida escolar dos alunos?

**Joana:** Você precisa conhecer as origens da sua cultura porque se não você só importa a cultura europeia e não sabe nada do que acontecia aqui antes. Então é importante que você conheça a cultura indígena, a cultura africana, e por isso que se torna lei isso.

---

COM JOÃO:

**Danielle:** Enquanto você estava na faculdade durante a sua formação você teve algum contato com as artes indígenas?

**João:** Eu tive um contato porque eu tive um colega de faculdade que era indígena. Morava inclusive numa reserva indígena na Baía da Traição que é uma área perto do litoral norte, na verdade é o litoral norte do estado da Paraíba. Baía da Traição, Barra de Camaratuba, é uma parte de uma reserva indígena. Então eu tive um colega de sala que era indígena. Ele fazia com que os professores procurassem contextualizar as aulas, os assuntos, pra realidade dele. Eu tive contato por isso, porque eu tive na minha sala e teve essa demanda dele. Não é uma coisa que estava no programa, por exemplo, nenhuma ementa de nenhuma disciplina privilegiava isso, ou sequer cita, quer dizer, citada talvez nas disciplinas mais de história da arte, com essa questão mais histórica mesmo, contextualizando nesse sentido. Nada ligado à pedagogia. Inclusive esse mesmo colega relatava a dificuldade dele mesmo indígena em, por exemplo, dar uma aula de arte para a comunidade dele. Porque ele já dava aula lá nas escolas públicas, e a demanda de indígenas era imensa pelo que me relataram, por causa da região. Ele sempre comentava isso, por exemplo, todo o material que se conseguia, se conseguia material didático, era insuficiente para a demanda deles. Além de ser insuficiente era sempre com os valores do homem branco.

**Danielle:** Nas suas aulas você trabalha os conteúdos de história e cultura indígena?

**João:** Eu trabalho, mas eu trabalho muito superficialmente. Eu confesso, assumo que eu tenho uma deficiência nessa área. Eu não tive esse preparo e eu também não tive nenhum preparo de onde buscar, porque muitas vezes tinham coisas que a gente não tinha aquela informação ali, mas os professores sabiam conduzir onde a gente ia achar aquilo, e essa questão indígena eu não tive o menor acesso. Quando eu viajava, conhecia essas comunidades, passava alguns momentos lá, participava até de alguns rituais, tinha uns festivais, o Toré... Eu participava disso, mas eu não tinha preparo e eu

não tinha acesso a escrita sobre isso, à uma base que me desse uma fundamentação pra poder levar isso pra sala de aula. Uma fundamentação metodológica mesmo, não tinha. Esse como era uma pessoa, um amigo, Pedro Lobo, era muito próximo, a gente trocava muita figurinha, mas mesmo assim a dificuldade dele também era enorme porque o registro que a gente tinha era insuficiente pra tratar. Não tem preparo. Não tem nada assim que valorize esse tipo de registro sequer. E tem mais, por exemplo, a gente tem aqui um número de alunos indígenas que mora inclusive nessa reserva aqui, o Santuário no Noroeste, aqui é uma das escolas que recebe alunos indígenas, essa escola e mais outras duas ou três que a gente tem conhecimento. Conhecimento por causa deles mesmo, por que eles que dizem. Eles têm uma organização, inclusive a gente está nesse momento, nas nossas coordenações, tem uma mulher que é uma pesquisadora no norte do país e mora aqui há bastante tempo, estuda na UnB, fez especialização na UnB e ela de vez em quando vem aqui pra fazer uma fala com a gente, pra ter uma conversa com a gente. Porque assim, a gente tem uma aluna aqui no sétimo ano que é indígena, que veio do Maranhão e chegou aqui em Brasília tem uns três meses. Está no sétimo ano, na idade escolar dela ela está totalmente certa, ela está no ano certo, na série certa, mas a alfabetização dela é completamente diferente da nossa. Ela não consegue compreender às vezes o comando de uma atividade, ou ela não consegue entender o que está escrito. O vocabulário não, o vocabulário é mais simples porque isso significa isso, mas é compreender mesmo, é o que isso quer dizer. Ela tem dificuldade. Eles têm muita dificuldade de socialização na escola, eles ficam muito sós entre eles. Tem umas questões também que são bem relevantes que os povos indígenas dependendo do grupo, da comunidade, eles têm uns rituais que demoram meses e eles não vem pra escola quando tem esses rituais. Eles não vêm pra escola quando eles têm esses rituais, porque eles dependem de se deslocar pra outro lugar. Tem um tipo de ritual, por exemplo, que demora três meses, então é um bimestre e um pouquinho mais, um bimestre perdido nesse sentido. A escola acaba fazendo uma adaptação curricular pra atender essa expectativa da secretaria de educação, mas essa adaptação curricular não é... Ela é falha. Não é feito da maneira adequada. Não é respeitado. É um povo que tem um ritual, que esse ritual não vai acabar e que três meses de ausência dessa aluna daqui da sala de aula vai ter um déficit pra ela porque o sistema educacional é de uma maneira rígida. E aí às vezes eles voltam, e quando eles voltam é período de férias dos professores, então é um conflito. Muitas vezes tem aquela coisa até de “ah eu vou dobrar a nota que ele já tem” porque não tem mais como fazer uma atividade porque não tem mais gente na escola.

Essa parte do conteúdo, do conhecimento, ele também não tem. Por outro lado esse conhecimento dele também a escola pouco aproveita. A escola quase não está nem aí pra isso. Não é uma coisa que é pensada, não é uma coisa simples de organizar operacionalmente, mas além de organizar operacionalmente aquelas ausências de aulas, mas e o conhecimento que é o pré-requisito pra ele ir pra próxima série, pro próximo ano? Então, nesse sentido eles vão tendo de fato um déficit. É uma culpa do próprio sistema educacional que prevê o mesmo modelo de educação, como que esse modelo de educação vai atender a todos os povos com necessidades diferentes? Eu acho que isso é uma coisa que a educação tem que repensar.

**Danielle:** Quando eu perguntei se você trabalhava esse conteúdo você respondeu o básico. O que é o básico?

**João:** O básico é o que está disponível, por exemplo, no currículo da Secretaria de Educação e nos livros didáticos. Porque os livros didáticos de artes hoje eles trazem conteúdos sobre a arte indígena, por exemplo, que são básicos. Eles não são aprofundados. A gente estuda, por exemplo, a arte plumária indígena; a gente estuda, por exemplo, as cestarias... Nisso, a gente estuda um pouquinho dessa coisa dos grafismos, dos desenhos, dos ícones, dos símbolos. É uma pincelada mesmo. De forma muito superficial.

**Danielle:** Você conhece a lei que diz que a gente tem que dar aula de cultura e história afro-brasileira e indígena. Você conhece nessa escola projetos que sejam destinados a isso?

**João:** Sim. Nessa escola tem sim. Essa pesquisadora que vem sempre aqui a cada mês, ela vem com uma proposta e hoje a gente trabalha um pouco esse assunto. É quando a gente trata da questão da alfabetização dos alunos indígenas que nós temos aqui nesse momento. Então tem esse momento onde a gente acaba escutando a experiência dela em sala; segundo a tribo dela, o modelo de aula dela, o tipo de aula que é dado na comunidade indígena. É diferente das aulas que a gente dá aqui, então é quando a gente escuta esses relatos, mas isso não é uma iniciativa da Secretaria de Educação. Isso é um desejo e necessidade dessa escola e como nós temos esses alunos a gente acabou chegando ao contato dessa pessoa que estuda isso, que está na UnB se especializando nisso e que pode traduzir isso pra gente também. Então essa escola tem essa iniciativa.

Desde o começo do ano que a gente tem esses encontros. Sábado inclusive a gente teve um encontro com ela com o esposo.

---

COM LÚCIA:

**Danielle:** Há quanto tempo você é professora?

**Lúcia:** 16 anos na secretaria, mas antes eu já dava aula. Dou aula desde os meus 18 anos, mas na secretaria mesmo 16.

**Danielle:** E há quanto tempo você dá aula nessa escola?

**Lúcia:** Esse é meu terceiro ano.

**Danielle:** Quais séries?

**Lúcia:** Sextos e sétimos.

**Danielle:** Você é formada em artes cênicas? Eu queria saber como funciona o colégio em relação a isso, você dá aula de artes visuais também?

**Lúcia:** Não. Eu dou aula de artes cênicas. Nos sextos anos no primeiro bimestre eu dou aula de artes visuais, que foi um acordo que eu fiz com o Marx, da manhã, quando a gente chegou aqui na mesma época, há dois anos atrás, porque ele era de visuais. Então, os meninos chegavam pra ele sem base, então, ele de manhã dava visuais e noções de artes cênicas e eu fazia o contrário. Ai ele saiu esse ano, mas eu mantive isso, mas só no primeiro bimestre que são aqueles elementos básicos lá, que são cor, sombra, luz e sombra, essas coisas...

**Danielle:** Sobre a sua formação. Onde você se formou?

**Lúcia:** Eu tenho duas formações, aliás, três, mas tudo em artes cênicas. Primeiro eu fiz bacharelado em teatro na Dulcina, depois eu fiz licenciatura curta, a gente ainda tinha licenciatura curta, licenciatura plena, em teatro na Dulcina. Depois eu fiz outra licenciatura em teatro na UnB.

**Danielle:** Depois disso você continuou se especializando, cursos da secretaria de educação?

**Lúcia:** Eu sempre estou estudando. Primeiro eu já fiz duas pós-graduações. Uma em história da arte e arte terapia e cursos eu estou sempre fazendo, mas sempre a maioria na minha área de teatro.

**Danielle:** Durante o período da sua formação, as artes indígenas, ou as temáticas indígenas foram abordadas de alguma forma?

**Lúcia:** Não. Nunca. Nunca fui nem em um curso. Até a secretaria de educação por meio da EAP já ofereceu em algumas ocasiões curso, mas eu não fiz. Já fiz sobre a arte africana, mas indígena nunca.

**Danielle:** Como foi esse de arte africana?

**Lúcia:** Não é nem sobre arte, mas sobre a cultura afro, englobando tudo. Quando eu trabalhava na Escola Parque nós tivemos um curso grande lá, sobre a África. A escola trouxe por meio da EAP, mas só foi pra nossa escola. A gente montou o curso e a EAP providenciou os professores e nas coordenações que a gente fazia o ano todo nos fizemos esse curso. Foi bacana. Foi bom.

**Danielle:** Você acha que se as questões indígenas fossem trabalhadas na sua formação isso teria tido de alguma influência na sua atuação hoje dando aula?

**Lúcia:** Não. Quer dizer... Não sei, talvez... Tudo dá pra ser incorporado, tudo influência de alguma maneira. Se fosse do meu interesse e eu fosse buscar, mas se agora nesse momento me obrigassem a fazer um curso, com certeza não teria influência na minha aula. Hoje a minha prática é muito assim, o que influência é o que os alunos trazem, e hoje não tem ninguém que tenha essa influência forte indígena. Então eu acho que não.

**Danielle:** Quais condições faltam, ou é um desinteresse, ou alguma coisa te impede?

**Lúcia:** Eu acho que é uma coisa que por mais que seja próximo da gente porque são as nossas origens, é distante pedagogicamente. Eu não saberia trabalhar a arte indígena na escola, não saberia. Eu teria que fazer alguma formação grande, principalmente no teatro. Eu até falo um pouco sobre o índio quando eu vou trabalhar com eles a origem do teatro no Brasil, como chegou, mas bem teórico. Aquela coisa de quando começou o teatro aqui, o teatro de catequese, então eu falo um pouco sobre isso, mas só...

**Danielle:** Na faculdade a gente não é preparada pra lidar com esse tipo de questão e estudando sobre eu vi que tem a lei 11.645 que obriga que a gente dê aula de cultura e história tanto indígena quanto afro-brasileira. Você conhece a lei?

**Lúcia:** Conheço a lei, mas isso não acontece de fato. Não acontece de fato. Hoje mais sobre a afro.

**Danielle:** Eu venho percebendo que é mais fácil ter mais contato com as questões afro-brasileiras e historia africana do que indígena...

**Lúcia:** Eu acho, penso, que porque os afrodescendentes eles tem uma união maior, eles tem uma representatividade, uma luta política maior do que os indígenas. Os indígenas ainda não conseguiram se mobilizar, entrar nas escolas, inclusive essa lei é uma luta do movimento afro. Talvez por isso.

**Danielle:** Ela começou com a lei que era só pros afrodescendentes e depois com as críticas que...

**Lúcia:** Se estendeu né? Pra questão indígena. Olha, hoje, sabe, porque também uma lei ela não te obriga na verdade. Existe a lei, mas pra ela ser aplicada são tantas questões... São muitas questões e uma delas é assim, hoje na minha realidade agora dentro dessa escola que eu estou vivendo, porque eu iria trabalhar? Porque é nossa origem? Mas a nossa origem é diversa né, não é só a índia. Eu tenho origem índia, nem sei se fala assim. Tenho negro, índio, mas na minha família a maior parte é índia, a minha bisavó era índia e tal... Mais são tantas influências na origem do povo brasileiro, mas porque especificamente o índio? Então assim, aqui pra essa escola o que isso representaria pros meninos? Não sei se teria uma grande influência na vida deles. Hoje seria muito mais interessante eu trabalhar aqui a cultura chinesa que esta invadindo o cruzeiro. Eu tenho vários alunos chineses que trazem sua cultura, que trazem sua língua. Tem uma influência direta. Então assim, são questionamentos que a gente faz. Nunca me questionei porque que eu nunca trabalhei. Não faz parte do currículo, pelo menos não nesse currículo atual a arte índia. Não faz parte do currículo de teatro, não tem.

**Danielle:** Porque eles não colocam nada específico, mas que tem a obrigação...

**Lúcia:** É... No momento as escolas tentando trabalhar isso nos projetos interdisciplinares e acaba também não acontecendo de verdade.

**Danielle:** Você sabe se essa escola tem algum projeto nesse sentido?

**Lúcia:** Não. Hoje em dia não tem. Cada ano nosso projeto muda. Hoje, esse ano não tem nada a vê com isso. Nós estamos trabalhando Brasília, aliás, o Cruzeiro, a história do cruzeiro.

**Danielle:** Então você não consegue identificar nenhum processo pra implementação da lei nessa escola?

**Lúcia:** Nesses dois anos que eu estou aqui não mais eu sei que já houve um ano antes deu chegar porque era uma professora que eu conhecia que era muito ligada a cultura, não das indígenas, mas da afro-brasileira, ela trabalhou aqui, fez um projeto, mas era do interesse dela. Porque ela é do movimento, é negra, está engajada em todas essas questões e trouxe. Eu não sei o que ocorreu. Então é muito por iniciativa de um e outro. Não que parte da escola.

**Danielle:** Quais elementos você considera obstáculos a implementação da lei na sua realidade escolar?

**Lúcia:** O primeiro obstáculo sou eu mesma, meu interesse. Porque se o professor não tem o interesse, não se mobiliza pra essa questão, pra mim não vai acontecer. Então, talvez eu precisasse me interessar mais. Não sei se é por que... Ai tem várias interpretações... Pode ser porque eu não tenho uma visão política, que eu acho que eu tenho, mais assim... Não me mobiliza. As questões afro me mobilizam mais, mas também eu não acho que tem que ser feito um projeto. Essas questões devem ser trabalhadas diariamente em sala de aula, eu penso isso assim. Sempre que surgem essas questões na fala, em qualquer coisa que estiverem falando, eu vou parar e eu vou trabalhar sobre aquilo sempre, diariamente, principalmente sobre a religiosidade, que é o que mais desperta interesse. A religião afrodescendente em oposição aos evangélicos. Tem muitos evangélicos então essa é uma questão sensível, sempre está surgindo isso. Sempre está surgindo essa questão e eu sempre estou trabalhando. Então eu não acredito muito em fazer projetos pra trabalhar sabe, você ter um projeto pra trabalhar a arte indígena, você ter um projeto pra trabalhar a afro brasileira... É igual os meninos especiais, não é assim, “agora vamos trabalhar essa questão”, a Síndrome de Down, esta aqui. É o tempo inteiro...

**Danielle:** Sobre a religiosidade você poderia falar um pouco mais sobre essa reação?

**Lúcia:** Agora mesmo, por exemplo, sempre que eu vou dar aula sobre origem do teatro no sétimo ano que aí eu falo sobre teatro primitivo, que eu falo sobre os rituais, aí sempre tem um que fala assim “era macumba?” aí eu já aproveito esse momento pra falar o que é macumba, o que não é. É conversar. É mais conversando. Eu não conheço tanto, mas assim eu acho que o mais importante de se trabalhar é o preconceito que existe tanto na questão da religiosidade quanto na aparência. Por exemplo, se você viesse estagiar aqui ia ter alguma gracinha que ia falar do seu cabelo, e aí a gente tem que trabalhar na hora e colocar “porque?”. Aí não existe uma formula de como trabalhar, eu prefiro ter referência de acordo com o que eles trazem. Às vezes uma conversa, às vezes eu sou mais rígida porque também tem os preconceitos que não adianta você ficar falando... Você tem que dizer não pode e pronto.

**Danielle:** Que tipo de preconceito, por exemplo?

**Lúcia:** No primeiro dia de aula, tem um menino negro aqui numa sala, pouco negros né, tinha acho que no sexto... Ah não sei. No primeiro dia de aula que eu estava conhecendo os meninos e aí uma menininha branquinha chamou o menino de... Como ela falou? Qual foi a palavra? Não lembro a palavra, mas era alguma coisa tipo... Não era preto. Era pejorativo, mas eu não lembro. No primeiro dia de aula sobre isso. Aí eu já parei e já falei. Aí qual é o meu discurso em relação a isso? Todos nós temos as mesmas origens, no Brasil não existe branco. Existe uma cor de pele um pouco mais clara, uma cor de pele um pouco mais escura, mas não existe branco... Nós não somos uma raça de arianos, não é verdade? Então por quê? A gente começa a conversar e até hoje esse menino de vez em quando, que é o menino mais negro da escola que tem a pele mais escura... Vira e mexe tem essas questões. Outra questão também sensível na escola é a do homossexualismo... Aí a gente já está fugindo completamente... Eu acho mais interessante do que o índio. Porque que você acha importante trabalhar?

**Danielle:** Porque eu acho que sofre tanto preconceito quanto o negro, às vezes até mais. Porque de certa forma eles são invisibilizados, a gente não discute sobre isso e o negro pelo menos eu percebo uma discussão.

**Lúcia:** Eles nem... São tão poucos... Eu nunca tive um aluno índio, durante dezesseis anos, nem na escola. De fato o índio ou descendente direto, não como eu que era minha bisavó, mas como filho entendeu? Nunca tive. Não tem. Então onde estão essas pessoas? Eu acho que a invisibilidade começa daí, eu não sei onde eles estão.

**Danielle:** A última pesquisa que saiu disse que vivem 6000 indígenas no DF e que a maioria está na Ceilândia, tem a comunidade indígena no noroeste...

**Lúcia:** Por é, fiquei sabendo dessa aldeia. Verdade.

**Danielle:** Eu achava no começo que eles eram bem dispersos, que eles não tinham voz, que não tinham um movimento, mas a verdade é que eles são invisibilizados mesmo. Isso parte do interesse meu também...

**Lúcia:** É porque ai você foi atrás descobrindo...

---

COM MARIA:

**Danielle:** Há quanto tempo você é professora?

**Maria:** Há vinte e quatro anos.

**Danielle:** E nessa escola?

**Maria:** Comecei esse ano. Eu vim de remoção, remanejamento. Eu dei aula cinco anos na Ceilândia, dezoito anos em Taguatinga e é o segundo ano que eu dou aula aqui no Plano Piloto.

**Danielle:** E em quais series você está dando aula?

**Maria:** Oitavos e nonos anos.

**Danielle:** Onde você se formou?

**Maria:** Na faculdade de artes Dulcina. Fiz artes cênicas.

**Danielle:** Desde que você se formou você continua realizando cursos, se especializando de alguma forma?

**Maria:** Já, já fiz vários cursos dentro da área e fiz inclusive uma pós-graduação em educação artística.

**Danielle:** Durante o período da sua formação as artes indígenas foram abordadas na sua faculdade?

**Maria:** Foi. Durante a... Quando a gente viu história da arte ela foi abordada, não tanto igual hoje é porque é obrigatório tanto a arte indígena quando a africana, mais ela foi abordada também, mas pouco.

**Danielle:** Só dentro do conteúdo de história da arte, não ligada a questões pedagógicas?

**Maria:** Isso, corretamente.

**Danielle:** Dos conteúdos que você trabalha em sala de aula os temas da história e culturas indígenas estão incluídas?

**Maria:** Estão. Inclusive esse bimestre agora eu vou trabalhar os estados brasileiros. Dezoito estados brasileiros e um deles é o Amazonas, o que tem mais sobre arte indígena. Ai tem uma aluna que ela é profissional no tipo de dança de Parintins e até indígena mesmo, tem até fantasia sobre. Ela vai fazer apresentação inclusive da abertura desse trabalho dos estados do Brasil. Ai ela vai fazer uma dança típica. Eles vão fazer pesquisa sobre, ai entra tudo; localização, população, local, linguajar, fatos históricos, pontos turísticos... Tudo do Amazonas e dentro disso, dentro das curiosidades tem a arte indígena.

**Danielle:** Fora desse trabalho você aborda esse conteúdo?

**Maria:** Eu já trabalhei, mas não nessa escola. Em outra escola inclusive com o ensino médio, a gente trabalhou focalizando a arte indígena, e ai vários tipos de artes, entre eles a arte indígena.

**Danielle:** Qual a metodologia que você utiliza? Materiais por exemplo?

**Maria:** Em artes a gente não usa livro didático, a gente não tem. E nem pode cobrar porque é o que o governo dá. Dentro não tem o de arte e eu acho muito difícil ter porque nunca teve. Ai eles vão pesquisar. Eles pesquisam na internet, eu trago notebook, eles pesquisam no notebook. A gente fala antes o que é pra eles trazerem de casa o que eles tiverem. No livro de história e geografia deve ter alguma coisa também que ai eles trazem.

**Danielle:** Como você avalia a experiência dos alunos quando você desenvolve esses conteúdos?

**Maria:** Eles gostam de tudo que é diferente. Em Brasília a gente tem uma coisa muito boa, porque a gente tem gente de todos os estados. Aqui na escola a gente tem gente de todos os estados do Brasil, por isso que eu estou trabalhando esse tema. Inclusive quando eu fui dividir a turma eu dividi de acordo com o que tem naquela turma. Por exemplo, tem gente de Alagoas naquela turma, então a turma ficou com Alagoas, então cada turma eu homenageei um aluno. E tem gente de todos os estados, inclusive gente do Amazonas. Eles gostam porque a pessoa fica bem lisonjeada porque estão homenageando o estado dela, então ela contribui muito com o trabalho, porque ela conhece o estado. Se ela não conhece, só nasceu, a família conhece e ela vai ajudar muito e os outros vão ter que pesquisar pra conhecer. Eles têm curiosidades também e fica um trabalho bem bonito porque eles trazem artesanato, vem caracterizado, eu vou fazer shows aqui com artistas de cada estado então eles gostam, porque eles gostam dessa parte mais diversificada, mais lúdica.

**Danielle:** Dentro disso que você fala sobre arte indígena a espiritualidade tem alguma relação?

**Maria:** Não, não vou entrar nessa parte não. Nesse caso.

**Danielle:** Você conhece a lei...

**Maria:** Sei conheço.

**Danielle:** Como você avalia o processo de implementação da lei nessa escola?

**Maria:** Como estou chegando agora na escola eu não sei nem como é que é que a escola lida com isso, mas independente disso, como eu conheço a lei, eu sei que tem além dessas duas aí, ainda tem a música também que é obrigatória em todas as escolas. São essas duas mais a música. Eu já trabalho e independente disso eu sempre trabalhei essas três áreas, então pra mim não é uma novidade porque eu sempre trabalhei. Como eu vou trabalhar e eu sou do colégio a lei vai ser trabalhada de qualquer maneira, independente.

**Danielle:** Quando você vai lidar com esse conteúdo o que você considera obstáculo, coisas difíceis de serem abordadas?

**Maria:** Essa aí que você falou, a espiritualidade. Eu acho muito mais difícil, até pra eles. Não é nem nesse aspecto, tanto do indígena quanto do afro-brasileiro é difícil.

Toda escola que eu já trabalhei se falar da espiritualidade, da religiosidade, como eles não entendem, como são o nível fundamental ainda eles levam tudo pro lado da macumba, eles não querem nem... Eles não se interessam muito. Não adianta nem você explicar que não é que pra eles é, pela religiosidade que eles tem. Eles ficam receosos.

**Danielle:** É um tema que você prefere nem abordar...

**Maria:** É difícil, é claro que eu vou citar. Tem que citar porque faz parte, mas abordar, entrar a fundo não vou porque é difícil mesmo, e como eu não domino esse tema eu acho melhor nem entrar porque eles realmente são preconceituosos quanto a isso.

**Danielle:** Na sua opinião qual a relevância desses conteúdos pra vida escolar deles?

**Maria:** Eles precisam de todas essas informações, é claro, em todos os sentidos. Eu acho que é importante, eles precisam conhecer por que nós viemos do índio e do negro, querendo ou não todo mundo tem um pouquinho de cada um e eles precisam saber dos antecessores deles. Muita gente acha que não, mas tem. Tem um pouquinho. Eu mesmo tenho, minha bisavó era índia a outra era negra, ai juntou índio com negro, a outra branco com negro, então na minha família, por exemplo tem de tudo.

## ENTREVISTAS COM INDÍGENAS

**ALDENORA:**

**Aldenora:** Eu sou de Roraima, estou aqui há seis anos, eu e toda a minha família, com exceção do meu pequeno que vai fazer três anos. Ele nasceu aqui mesmo, em Brasília, no HOB. A gente tem esse vínculo muito grande com o Santuário dos Pajés, eu toda a minha família que é de Roraima, meu pai, meu avô... A família do meu pai é toda de lá, a família da minha mãe é do Amazonas e eu estudei lá, toda a minha história é de lá.

**Danielle:** Quando você veio pra cá?

**Aldenora:** Seis anos, vai fazer sete anos agora em dezembro. Meu esposo veio primeiro, passou um ano sozinho aqui e foi transferido. Ele é servidor público e transferiram ele pra cá, depois de um ano eu vim com os meninos porque eu era servidora lá, estadual, então não tinha como ser transferida. Eu pedi um tempo pra poder ficar aqui e depois decidir o que eu iria fazer e aí chegou o período da minha licença eu não consegui de nenhuma forma ser transferida pra cá. Eu pedi exoneração e aí eu fiquei. Não voltei mais pro meu estado. Aí o meu esposo é funcionário da FUNAI e passou no vestibular também na UnB pra fazer engenharia florestal e com esse propósito a gente estava aqui, ficando por aqui até ele terminar, pra gente poder voltar e isso ainda não aconteceu porque ele ainda não conseguiu terminar.

**Danielle:** Você se formou aqui ou se formou lá?

**Aldenora:** Eu me formei lá, me formei em 2007 em pedagogia, fiz magistério também e aí depois eu... O magistério eu terminei em 97 e pedagogia eu terminei em 2007, aí depois que eu vim pra cá.

**Danielle:** Quando você estava no colégio e fez o ensino fundamental você fez onde?

**Aldenora:** Colégio público normal, eu estudei logo nas séries iniciais. Eu fiz a parte de alfabetização na escola indígena, que meu pai trabalhava nas comunidades indígenas na época né, quando eu nasci. Então até boa parte da minha infância eu fiquei lá nas comunidades, então até certa parte da minha idade eu tive que estudar, eu fiquei estudando na escola indígena depois que eu vim pra cidade, meu pai teve que vir porque

ele era filho único e aí a minha avó ficou muito doente e ele teve que vir pra cuidar dela. Pediu transferência pra cidade, foi quando a gente teve que ir acompanhá-lo.

**Danielle:** Nessa escola indígena era só a parte de alfabetização?

**Aldenora:** Nessa escola que eu estudei ela era, na época, até a quarta série.

**Danielle:** Era dividido em matérias?

**Aldenora:** Meu pai era o único professor da escola, então ele trabalhava de forma multisseriada, que eram todas as turmas, todas as séries, no mesmo horário. É até engraçado por que ele dividia a sala em fileiras e cada fileira era uma série, não eram muitos alunos e cada fila... Era fila da primeira série, fila da segunda, da terceira e da quarta; e tinham dois quadros, cada quadro, por exemplo, da primeira e segunda série ele conseguia trabalhar de forma homogênea. A primeira e segunda série era um quadro só. Terceira e quarta ele dividia o quadro no meio e aí trabalhava. Ele dava aula simultânea pra todas as séries ao mesmo tempo. Era até meio engraçado, eu lembro disso hoje e acho muito interessante, meu pai é muito guerreiro porque não sei se eu daria conta de fazer isso hoje né. Tem que ter uma experiência muito grande pra você trabalhar quatro séries ao mesmo tempo e ele conseguia trabalhar separado assim. Hoje a gente trabalha, mas de forma junto né... E não, ele trabalhava separado todas as séries. Não sei como ele conseguia dar conta, mas dava, e assim foi.

**Danielle:** Durante o seu processo de formação você teve algum preparo, alguma matéria que fosse voltada pras questões indígenas?

**Aldenora:** Não. Na verdade assim, durante o magistério não tem. Não lembro de ter nada assim específico. Durante o curso de pedagogia sim, a gente tem uma disciplina.

**Danielle:** Qual disciplina?

**Aldenora:** Educação indígena. Mas é muito amplo, nada assim muito específico, é mesmo... É muito amplo. É aquela coisa de você falar e não dizer nada, que não orienta muita coisa e tudo aquilo que eu desenvolvi foi o que eu fui buscar. É tanto que eu comecei a desenvolver algumas atividades durante o curso de pedagogia, tudo aquilo que eu pesquisei foi por minha própria vontade. E foi despertado da minha vivência e experiência que eu tinha nas comunidades desde a minha infância quando eu morava.

Eu nasci e me criei dentro de uma comunidade indígena, eu nasci numa comunidade indígena, lá no meu estado.

**Danielle:** Qual o nome da sua comunidade?

**Aldenora:** Se chama Azul, é uma comunidade bem pequenininha, é como se fosse um sítio que é perto de um vilarejo de uma cidade mais próxima no interior mesmo, perto da capital, mas assim, não tem muito vínculo. Ai de lá... É interessante que quando eu em 2002 passei no concurso pra professora do estado eu fui trabalhar justamente bem próximo dessa comunidade onde eu nasci né, eu até assim, não sabia muito de lá e quando eu assumi meu pai disse “nossa que interessante você está voltando pro começo da sua história né, “porque você está voltando pra comunidade onde você nasceu”. Interessante.

**Danielle:** Você conhece outras universidades? Eu ia fazer a pergunta de como você avalia o comprometimento das universidades com as questões indígenas, eu queria saber se você sabe como anda isso nas universidades...

**Aldenora:** O que eu sei assim é o que eu converso com as outras pessoas. Inclusive agora eu estou desenvolvendo algumas oficinas com professores de algumas escolas, onde eu sou convidada e ai eu pergunto justamente como que foi a questão do seu curso na sua licenciatura... Principalmente da pra observar as áreas específicas né, quem é das áreas específicas diz “não a gente não tem nenhuma orientação em relação à temática indígena, como trabalhar”. Então eu sinto assim, por exemplo, eu fui na UNIP e foi dito a mesma coisa. A gente conversa com alguns alunos de outras universidades e a mesma coisa é abordada né, não há uma aula direcionada, um trabalho desenvolvido pra isso. Eu percebo isso só na pedagogia, na pedagogia a gente tem porque é obrigatório ser trabalhado a educação indígena, mas a questão é como é que é trabalhado durante esse semestre. Isso é um grande questionamento, no meu caso foi muito amplo, a gente não conseguiu absorver muita coisa. Num é nada muito palpável não, e nas áreas específicas o que eu consegui perceber até então são os da história e das artes porque é quase que obrigatório você ter essa noção, então além dessas duas áreas eu não consigo ver... Um pouco talvez da geografia, mas de forma mais geral. Não há uma orientação de como trabalhar a temática indígena em sala de aula. Eu acredito que a questão dos afrodescendentes é bem mais desenvolvida do que a questão indígena.

**Danielle:** Sobre isso que você falou, uma das coisas que eu venho percebendo é que quando se trata da lei que coloca história e cultura indígena e afro-brasileira, eu achei mais fácil encontrar pesquisa, texto, professores mesmo dando aula, voltados pra questão afro-brasileira do que pras questões indígenas.

**Aldenora:** Exatamente porque há uma defasagem mesmo né, desde a formação nas universidades. E aí o que se tem, o que eu tenho visto de desenvolvimento na sala de aula é muito do interesse do próprio professor, porque não é a mesma orientação. A própria lei... Não há mesmo uma orientação mais específica de como lidar, eu acho isso muito falho na lei. Isso que eu venho desenvolvendo na minha pesquisa, que em relação à busca de material você não encontra, é muito difícil, eu tive muita dificuldade de encontrar material voltado pra essa temática, e assim nada muito concreto, superficial, e quando é tratado nos livros didáticos mesmo é muito romântico, a imagem do indígena; aquela coisa do pensamento dominante mesmo. Então você não encontra nada na real de o indígena falando, a voz do próprio indígena. Não têm. Você não encontra, muito difícil, você tem que pesquisar muito, e aí a minha preocupação foi essa dar a voz pra que esses atores pudessem falar... Foi quando eu encontrei autores indígenas, eles contando a sua própria história, recontando, de uma forma mais verdadeira. E aí vem autores indígenas de vários povos, que a diversidade brasileira é muito grande, como também a parte material audiovisual, encontrei já muita coisa produzida. Isso depois de pesquisar muito, chorar muito, me descabelar, pesquisar, até conseguir encontrar. Mais a questão da lei, olha vou te dizer, o que eu consegui interpretar da lei foi o seguinte a lei diz que os povos indígenas tem direito a educação, ao respeito, etc. a desenvolver sua diversidade cultural, mas ela não te diz como. E do que a gente consegue interpretar, o que eu percebi foi assim, é mais voltado pras comunidades lá, as aldeias, não há nada voltado pras cidades, então é como se omitisse a presença dos indígenas que estão nas cidades. Essa foi minha maior preocupação. Porque a gente percebe que do currículo, que eu venho de uma experiência dessas, eu fui em comunidade indígena lá no meu estado, né? Durante o curso de pedagogia e eu percebi que o currículo é diferenciado sim, a questão da merenda escolar é diferenciada, é a parte de organização coletiva da escola mesmo, a parte pedagógica política é diferenciada, porque da experiência que eu percebi lá as tomadas de decisão é via o conselho da comunidade junto com os professores. A maioria dos professores são indígenas e os que não são, os que passaram por concurso, eles têm que se adequar àquela realidade, a forma de organização e tudo.

Então assim, eu vejo uma tentativa mais que pra cá, aqui em Brasília, não vi nada disso. Não senti, até porque eu vejo que aqui no Distrito Federal ainda não perceberam os indígenas, que não são poucos, mas eu não consegui perceber ainda nenhuma mobilização, nenhuma sensibilização pra essa temática não.

**Danielle:** Depois que você veio pra cá você não trabalhou mais dando aula?

**Aldenora:** Eu há dois anos passei num processo seletivo, então nesse período sim, eu comecei numa escola lá no Cruzeiro, trabalhei lá, depois eu vim pra cá pra 316, depois eu fui pro Varjão. Então nesse período eu tentei trabalhar alguma coisa sobre a temática indígena no Cruzeiro, eu não consegui porque eu cheguei no finalzinho do ano, então já estava praticamente fechando o ano letivo, então não dava pra trabalhar muita coisa. Mais aqui na 316 foi o grande ponto motivador até pela proximidade que tem da escola com esse território. O território aqui indígena de quatro comunidades diferentes, totalmente distintas, de língua, de modo de vida, de questões políticas, pensamento ideológico. Bem diferente, bem distintos mesmo. O santuário é uma comunidade que é o Fulni-ô que veio de Pernambuco, aí nos temos lá pra traz... Essa comunidade aqui o santuário já tem mais de 40 anos, é desde o início mesmo da construção de Brasília... Aí depois vieram os Tuxá que tem uma relação também de parentesco porque teve casamentos entre eles, aí tem uma comunidade aqui ou Tuxá. Aí depois vieram os Cariri-Xocó em 2005, então é bem mais recente, e mais recente ainda tem os Guajajara ali. Então essas escolas mais próximas aqui, todas elas recebem esses meninos e aí de todos os níveis, de todas as séries... É uma situação e tanto.

**Danielle:** E como é a vivência deles nessas escolas?

**Aldenora:** Do que eu consegui acompanhar porque eu, como eu tenho sete filhos então eu acompanho cinco escolas agora né, tem o Gisno que é meu mais velho que está lá; na 104 tem um também; na 105 eu tenho dois pequenos; 316 eu tenho um; e agora eu tenho um na educação infantil que é o meu de dois anos. As únicas escolas que eu percebi mais sensibilidade para esses meninos foi a 316, onde eu trabalhei, porque é a escola que mais recebeu esses alunos pela proximidade né, 316 e 115, são as que mais recebem. A 312 também porque minha menina estudou lá, de educação infantil também, que é mais perto, é uma das escolas que mais recebe esses meninos. Eu tive experiência também lá na asa sul na 303, na 102 e 103. Eu acho que foi bem receptivo, mas em relação a trabalho mesmo, desenvolvimento de trabalho, ainda é muito precário. Os

professores realmente, pelo que eu consegui conversar, os professores realmente não sabem o que fazer.

**Danielle:** Uma das coisas que eu conversei entrevistando outro professor, é que os alunos indígenas se ausentam da escola pra passar por um ritual, e ai tem que passar vários meses fora da escola, e que a escola não é preparada pra isso porque tem todo aquele sistema fechado e ai tem esse descompasso entre o sistema escolar e o aluno...

**Aldenora:** É porque a cidade não esta preparada pra essa organização. Por exemplo, a diversidade dos povos é muito grande, então você tem ai várias especificidades, e na aldeia o calendário escolar é organizado pensando nisso. Por exemplo, lá em Águas Belas, que é o povo daqui dos Fulni-ô, o calendário escolar deles é de acordo com o ritual que eles têm de três meses e no final do ano. Então o ano letivo deles termina antes do ritual, então já é organizado pra isso, pra não ter nenhum problema. Tem outras experiências em outros estados da mesma forma. Inclusive teve dois alunos universitários Bororo que vieram pra cá, passaram na UnB e ai eles perderam a vaga porque a avó faleceu e segundo a tradição deles eles passam seis meses de luto na comunidade, então eles tiveram que voltar e como foram seis meses eles perderam todo o período e não puderam retomar porque eles perderam todo o período e era o primeiro semestre deles. Aquele período como eles não puderam retornar eles perderam a vaga. Aqui também na... Os Guajajara também tem uma situação parecida com essa, só que assim, por exemplo, a menina quando ela menstrua pela primeira vez ela tem um ritual que dai ela tem que passar um período fora. Então esse foi um dos casos que aconteceu na 316 que a escola realmente não esta preparada. Como é que dentro da educação formal, o sistema vai admitir que uma pessoa passe três meses fora depois volte? Não tem como. Dentro dessa organização que está ai não tem essa possibilidade, a não ser que seja um caso de saúde, um atestado médico, ai tem todo um aparato legal, mas nesse caso não tem. E ai vai acontecer outras especificidades que realmente as escolas das cidades não estão preparadas. E não só na cidade, as escolas rurais também.

**Danielle:** Como é o projeto que você desenvolve na 316?

**Aldenora:** Quando eu iniciei meu curso de especialização eu precisava desenvolver um tema pra monografia, como eu sempre gostei da parte da mitologia, sempre gostei das histórias e eu vivi boa parte da minha infância assim e hoje eu estou retornando porque a gente vai perdendo muito elementos durante a nossa vida, então uma das formas de

poder encaminhar os meus filhos também pra essa vida pra gente não se perder pelo meio do caminho, então a gente veio morar aqui na comunidade e ai eu percebi o quanto era importante isso. Mostrar pras pessoas também esse mundo que as pessoas realmente não conhecem e não respeitam porque não conhecem. Valorizar isso. Então eu comecei a pensar o que eu poderia contribuir não só com os meus filhos mais também essa problemática de estar na cidade, de estar longe dos nossos vínculos lá né, dos nossos rituais, de toda a nossa cultura. E ai eu comecei a pesquisar sobre a questão de identidade, fortalecimento, de não perder esse vínculo mesmo estando longe e tal. E ai eu consegui elaborar um planejamento que pudesse dar base pra outras pessoas, ou professores mesmo, porque meu vinculo não é com os alunos, meu pensamento não foi com os alunos, foi sensibilizar os professores. Então a partir de todas essas questões de não saber lidar, como fazer, que orientações seguir, eu elaborei algumas sugestões que pudessem contribuir; então eu venho com algumas sugestões como onde tem livros, a minha grande ênfase foi os autores indígenas mesmo, que eles mesmos contam as suas histórias. Muitas experiências dos próprios povos mesmo, da questão da cosmologia, cosmovisão, as suas crenças, tudo aquilo que eles acreditam, a sua forma de vida e ai tem os vídeos também que eu consegui fazer um levantamento e ai eu levo nas escolas, chego com a proposta de conversar sobre isso, ver o que que é, quais são as falhas que tem, quais são as demandas, ai eles começam a comentar coisas assim que eu começo a pensar que realmente a falha é muito grande. E ai a gente vai trocando ideias e eu vou dando sugestões de tal dinâmica assim, tem um livro tal... Ai eu vou citando autores. Ó eu tenho vídeo, ai eu vou passando links, deixo na escola o material concreto, porque eu acho importante. Não adianta eu chegar e só criar um alvoroço que as coisas estão todas erradas, eu tenho que dar sugestão também. Então eu fui lá e montei algumas atividades e uns anexos também que eu trago de livros de autores indígenas, material audiovisual produzido também pelos indígenas e ai cada professor pode fazer as suas adaptações e eu acho que deve contribuir, não é possível né...

**Danielle:** Mas você acompanha como os professores depois lidam com esse material?

**Aldenora:** Na verdade assim, como o... A questão da academia é muito falha nisso né, porque ela não te dá essa oportunidade de você fazer esse acompanhamento sempre né, então eu iniciei a pesquisa na 316, enquanto eu estava trabalhando lá, depois que eu sai eu permaneci enquanto mãe, mas dai eu estou lá de vez em quando. Daí eu voltei pra fazer oficina, levei material, e ai a gente troca essa experiências. Agora mesmo, semana

passada, eu estive lá e me falaram de mais uma aluna, aí vem aquela questão da alfabetização, por exemplo, é... Têm alguns alunos que chegam que não falam português, e aí como trabalhar em relação a isso? E aí é mais uma dificuldade, então a gente vai trocando ideias, porque a gente sabe que não há um apoio. A lei mesmo diz assim, educação bilíngue, a educação tem que acontecer na sua própria língua, na língua materna, e porque isso? A realidade não é essa...

**Danielle:** Eu vi isso em alguns lugares, mas pelo o que eu entendi esse currículo é diferente das escolas públicas tradicionais, porque tem o currículo que é específico pras escolas indígenas, se eu tiver errada você me corrige, que é esse que tem falando da alfabetização nas línguas que forem necessárias mas em relação a isso tem....

**Aldenora:** Na verdade é assim, a lei diz que a educação indígena tem que ser bilíngue, ela não diz aonde é, não diz que é específico, mas a nossa compreensão é que ele está falando das comunidades nas aldeias, essa foi a compreensão que eu tive lendo a lei. É por isso que eu levanto esse questionamento de como trabalhar então na cidade, porque a cidade omite a presença desses indígenas, é como se eles não existissem. Eles estão lá nas aldeias, e lá há uma diferenciação sim porque a comunidade se reúne, ela discute isso, discute o currículo né. E aí eles trabalham de forma diferenciada lá, é tanto que o povo Wapixana vai trabalhar diferente do povo Fulni-ô, porque depende muito dos seus rituais, da forma como conduzir a sua cosmovisão, então vai ser diferente, tudo vai ser diferente. E na cidade não tem isso. Como é que tu vai fazer? E outra coisa, quando, por exemplo, tu chega numa escola da cidade você pode encontrar meninos de vários povos numa sala de aula e aí? Como trabalhar nisso também? Então a diversidade é muito grande. E aí, como fazer? Foi essa a minha preocupação.

**Danielle:** Quando você vai nessas escolas e propõe esses projetos e dá essas oficinas, como é a aceitação dos professores?

**Aldenora:** Primeiro é um susto. Preocupação primeiro. Eu sinto assim como se “nossa e agora o que é que nós vamos fazer?” porque até então a gente sabia que tudo isso existia, mas a gente não desenvolvia nada porque “não tenho um aluno indígena na minha sala”, e o que eu trago como um pensamento é de que não necessariamente você precisa ter um aluno indígena na sua sala de aula pra você desenvolver um trabalho desse diálogo intercultural. De conhecer de valorizar de respeitar, né? Então eu chego nas escolas começo a conversar com os professores e eles realmente não tem essa noção

né, e as coisas não são tão difíceis quanto a gente imagina, mas também não são tão fáceis. A gente não pode se decepcionar e conduzir de qualquer forma, a gente precisa estudar. Não tem outra forma, precisa conhecer os povos, como eles se relacionam, o que eles pensam, como eles vivem, não só pensar aquela grande ideia que a gente tem nos livros didáticos do índio pelado com flecha na mão, selvagem ou então completamente inocente, isso já... Essa ideia aí não existe, muito inventada... E que são pessoas comuns com suas diferenças. Uma pessoa como qualquer outra, com sua forma de pensar, com suas convicções, como qualquer outra pessoa. Com grandes diferenças, eu acho que isso que é o interessante. Uma vez um falou pra mim assim “eu quero ter o direito, o direito de ser diferente, porque esse ser diferente que diz quem eu sou”, então eu consegui compreender e foi bonito isso, porque enquanto muitos estão procurando igualdade, mas não é qualquer igualdade, eles procuram ser diferentes naquilo que eles são. Eles querem igualdade, mas igualdade de direitos, eles querem ter o direito de ser diferente. É meio poético falar assim né, mas é isso, o direito de ser diferente e é necessário, nem todo mundo é igual.

**Danielle:** Quando você falou que você dá aula, você disse que coloca as temáticas indígenas na sua aula. Eu queria saber em quais conteúdos, por exemplo, você trabalha.

**Aldenora:** Falar de conteúdo é meio complicado porque assim, desde quando surgiu os PCN, por exemplo, eles trazem a abordagem transversal, você trabalhar de forma transdisciplinar, eu acho lindo isso, mas na prática é bem complicado porque isso dá trabalho, por isso que muitos professores não gostam de trabalhar assim, preferem trabalhar português, só matemática, só história, só geografia, tudo separadinho porque dá menos trabalho. Os conteúdos já estão ali todos separadinhos, mas eu gosto de misturar muito, eu misturo. Tem gente que diz que é uma confusão, mas isso que é o interessante sabe, porque ele te dá infinitas possibilidades. Você dentro de um texto, por exemplo, você pega um tema, vamos pegar um mito, por exemplo, daquele mito você pode trabalhar português matemática, geografia, história, religião. O que você quiser, é uma infinidade. Da pra trabalhar alfabetização... Então assim, eu acho muito mais concreto e é muito divertido né, nossa eu gosto demais.

**Danielle:** E como você avalia o contato dos alunos quando você traz o tema indígena? Quando eu perguntei pra uma professora se ela fazia isso ela falou que não, que não era obrigada, que não tinha interesse e os alunos também não tinham porque não eram

indígenas. Ela dizia que ela não tinha interesse e os alunos também não tinham. Você que leva esse conteúdo pra eles, como você vê a experiência deles?

**Aldenora:** Como assim, a ideia o pensamento mesmo da sociedade a gente já conhece como que é, que a questão do preconceito é muito grande, esse é um grande desafio porque dependendo de como você vai trabalhar, como você vai conduzir aí você vê como vai ser analisado outras coisas, porque de certa forma é um assunto delicado justamente porque o pensamento é aquele do indígena pelado, aquilo que a gente já conhece da forma como a maioria dos livros didáticos trazem mesmo. Então, aí ficam “mas porque falar disso?” ou então uma forma muito pejorativa... E aí, por exemplo, eu procuro mostrar a realidade, por isso que eu fui atrás do material feito pelos próprios indígenas né, eu percebi que mostrando os vídeos, por exemplo, eu mostrei muito os vídeos nas aldeias (que é um projeto de 2010 que inclusive esse material foi distribuído pras escolas que tinham interesse em adquirir esse material, vinham os vídeos, guia para o professor, guia para o aluno, assim muito bem elaborado) eu peguei alguns e colocava pros meus alunos e percebi primeiro a curiosidade, é normal, vai ter sempre curiosidade, porque é um universo que eles não conhecem, depois você começa a perceber as diferenças... É até interessante dizer assim “ah o povo Panará acreditam que sobre a questão da agricultura quem trouxe o amendoim pra eles foi a cutia” então eles começam a conversar entre eles independente de ter indígena ou não nessa turma, eles começam a discutir “nossa que interessante porque eles acreditam nisso?” ou então começam a fazer levantamento de questionamentos que até então eles não tinham, então você aproveita esses questionamentos e você como professor não pode ser imparcial e dizer bem assim “não...” você não pode ser imparcial e ficar em cima do muro, você tem que ter uma posição “olha eles acreditam por isso” alguns questionamentos como... Muitos professores quando eu chegava nas oficinas perguntavam assim “a mais porque que os indígenas...” colocam de forma generalizada porque não são todos “porque que os indígenas matam as crianças quando nasce com defeito?” então você tem que ter um certo molejo pra conduzir as respostas de forma que assim, não fira as pessoas também. Aí vem muitas curiosidades, são muitas perguntas curiosas que assim, as vezes eu tinha que me conter né, porque eu conseguia compreender o que eles queriam saber, porque realmente isso não é divulgado. Por exemplo, acho que foi ano passado, saiu uma reportagem no fantástico falando do índice de violência, que o índice de violência no Brasil tinha aumentado muito, e especificamente no estado de Roraima, aí eu já fiquei

de orelha em pé, falou em Roraima eu já falei “opa! sou eu, estou ai, como que é essa história?” ai falou especificamente da cidade tal lá em Roraima do grande índice. Depois eu fui verificar que mortes eram essas e o grande índice lá estavam dizendo era por causa de um povo indígena que matavam as crianças quando nasciam com deficiência física. Dai você pensar nisso hoje é muito cruel “nossa que cruel eles matam as criancinhas, tem povo que enterra e só deixa do lado de fora a cabeça” assim, super monstruoso. E ai você pensa assim, eu joga a pergunta né: você se imagina no meio do mato na floresta totalmente indefeso quando chegam invasores, pessoas armadas de todos os tipos de armas que você não domina que você não conhece e ai você tem, por exemplo, filhos gêmeos, ou filhos com deficiência. Tem povo que o filho gêmeo segundo eles matam. Hoje já tem uma discursão, grupo que recupera essas crianças e tal, já está bem mais avançada essa discursão, bom enfim... É uma questão cultural né, a gente respeita. E ai como é que você vai pegar um menino, uma criança deficiente, porque na hora que chega, que é aquela confusão você se embrenha no mato e você tem que se salvar como é que você vai dar conta de uma criança que não consegue se proteger? Então é uma questão de sobrevivência né, e ai assim, é muito aos olhos da sociedade brasileira, é muito cruel pensar nisso mais é uma questão de sobrevivência. Como é que você vai colocar em risco a vida de toda uma comunidade por uma criança? Então é uma prova de amor muito grande que aquela criança não sobreviva para que toda a sociedade sobreviva. Então você pensar assim você já começa a refletir um pouco “o pensamento dos outros é cruel?” poxa completamente, mas se você for pensar na sobrevivência do todo ai você já começa a refletir... Na verdade a gente nunca vai chegar num ponto de pensamento que esse povo que pratica essa forma pensa né, mas pelo menos a gente faz uma tentativa, as pessoas fazem uma tentativa de tentar compreender... Não vai conseguir nunca, mas tem algumas pessoas que se sensibilizam né...

**Danielle:** Atualmente quais práticas você enxerga nas escolas que estão sendo desenvolvidas para a implementação da lei?

**Aldenora:** Eu só consigo enxergar naquelas escolas que eu já fui. A gente conseguiu iniciar um trabalho e já perceberam sim a necessidade de ter um trabalho diferenciado. O que exatamente estão buscando, e essa busca vai ser longa mesmo porque é um trabalho bem inicial; é algo que foi iniciado pela problemática que se vive nesse território aqui, porque aqui não está só a questão dos quatro povos bem diferentes, mas

tem também a problemática do território com a especulação imobiliária, isso já é um problema mais que afeta as minhas crianças, por exemplo, aqui no Santuário teve um período que existia uma escolinha, que funcionava aqui, que as crianças tinham aula bilíngue, tinha uma professora daqui, só que não era assim uma aula formal; português, matemática; não, era uma forma diferenciada de trabalhar os conteúdos. Também tinha a parte de vivência das plantas medicinais, do tempo de plantio, da língua... Quando eu cheguei aqui infelizmente a escola foi desativada pelo conflito mesmo, então a escola já não estava mais funcionando, as crianças que estavam aqui já não estavam porque tiveram que voltar para o estado de origem porque estava um período bem complicado mesmo, então as mulheres e as crianças voltaram para o estado de origem e estavam só os homens na resistência. Foi quando eu cheguei aqui pra somar... Eu vejo assim, uma iniciação mesmo dessas escolas próximas aqui de começar compreender e começar a buscar mesmo o que fazer como fazer né. Quando eu me dispus eu percebi que muitos professores se disponibilizaram, queriam buscar mesmo. É tanto que eu disponibilizei material, livros, fiquei de levar um material audiovisual gravado pra eles que até agora eu não consegui porque eu não consigo mexer com essas tecnologias, o computador só falta me morder, mas eu estou tentando providenciar esse material porque eu sei da importância. Não necessariamente você precisa trabalhar a temática indígena só no mês de abril, você pode trabalhar o ano inteiro que são várias temáticas e tudo isso dá pra trabalhar e fazer assim, compondo com outras ideias, outros pensamentos de outros povos. Por exemplo, aqui na 316 quando eu estava fazendo essa análise, levantamento de dados, eu percebi um aluno africano e uma aluna japonesa fora os alunos que a escola tem mais alunos das cidades satélites do que do próprio plano piloto, isso também é um conflito muito grande porque eles também estão saindo lá do seu local e ai vem pra cá por que o pai ou a mãe trabalha ou estuda aqui por perto, sei lá, vem por vários motivos, muitos disseram também que vem porque são escolas melhores no Plano Piloto, eu olho e vejo um pouco de mito nisso também, mas tudo bem, cada um acredita no que quer, e ai por exemplo, o aluno africano e a japonesa, eu senti a mesma dificuldade do aluno indígena de adaptação, a questão da língua, pra eles o português é muito difícil, eles ainda falam a língua materna. Então é uma forma de adaptação muito complicada. Só que a diferença está em como se enxerga ele, você olha pra um aluno africano é uma coisa, você olha pra um aluno indígena e o olhar é completamente diferente. Mesmo eles passando pelo mesmo processo de ensino aprendizagem. O processo é o mesmo, as dificuldades, e todos eles passam por dificuldades até aprender

o português, desenvolver a questão da gramática, leitura e tal, as quatro operações, que é o básico do básico, mas o olhar pra esses meninos é diferenciado.

**Danielle:** Quais seriam as diferenças, por exemplo?

**Aldenora:** É diferente um menino que veio da África, o olhar é diferente. É até meio romântico assim e o indígena é um preconceito muito grande. Tem o preconceito com o que vem de fora, o estrangeiro, mas o indígena é quase imperceptível, ele é quase o invisível, não se percebe isso. É um marginalizado mesmo, esquecido.

**Danielle:** Agora eu vou falar um pouco mais relacionado à arte. Pelo menos o que eu já pesquisei lendo etnografia, lendo sobre arte, as artes indígenas, eu não gosto nem de usar essa palavra, mas pra alguns povo é muito voltada à espiritualidade. É um problema pra nós professores de artes tentar falar dessas coisas porque de certa forma essas artes são reduzidas apenas a visualidade, por exemplo, se a gente for num museu aquilo vai estar exposto e o aluno não tem uma vivência, um olhar mais amplo do que aquilo realmente expressa, que é uma sabedoria de um povo, e eu fico pensando justamente nisso, como que podemos enriquecer essa experiência dos alunos em sala de aula e ao mesmo tempo valorizar essas artes sem que a gente menospreze sua sabedoria, pensando também como eu, uma pessoa de fora vou tentar fazer esse tipo de coisa. Eu queria que você falasse agora sobre a espiritualidade e a arte. Quando a gente ouve discursos indígenas é muito comum a gente escutar sobre a importância da espiritualidade, qual é a relação entre a espiritualidade a vida e porque ela é tão importante.

**Aldenora:** A gente não consegue separar, é porque é como se fosse um armário cheio de caixinhas né. Agora aqui é espiritualidade, aqui é a questão da terra, aqui é a questão da educação. Essas coisas não são separadas. Tudo é uma coisa só. Quando a gente fala, por exemplo, eu gosto de usar muito uma frase que diz assim “índio é terra e não dá pra separar”, a espiritualidade ela está em tudo, ela está na educação, ela está na agricultura, ela está na questão familiar. Ela está em todo lugar. O indígena vive sua espiritualidade em todos os cantos, uma coisa não se separa da outra. O índio não se separa da terra e a terra não se separa do índio. Chegou até dizer um que “nas veias correm terra”, porque quando você é retirado do seu ambiente é um pedaço seu que morre. A gente estava até discutindo isso um dia desses e dizendo assim quando você sai do seu local você não perde sua identidade, sua essência, mas um pedaço de você morre e ele é revitalizado

quando você retorna. É por isso também o maior motivo da gente estar aqui hoje nessa comunidade que não é a nossa, mas foi a comunidade que nos acolheu, e aí é um ponto, de não perder esse vínculo com a nossa comunidade. Eu fico observando por exemplo as artes plásticas, tem as pinturas as cerâmicas, todos os adornos, tudo, se você for analisar todos esses materiais eles têm um objetivo, ele tem uma forma, todo um desenvolvimento de como conseguir transformar isso né; as sementes... As pessoas pensam assim “nossa o cocar, tadinha das araras, arrancaram a pena das bichinhas”, mas não, todas as sementes, todo esse material a retirada da natureza é no seu período certo. Por exemplo, tem os colares do dente de onça, do macaco “tadinha arrancaram os dentes dos animais”, não, só quando eles já morreram e aí você retira. Muitas vezes se come mesmo esses animais, então se aproveita a pele, os ossos, os dentes, as unhas e aí as sementes todas daquele período certo, as sementes que caíram no chão você vai lá e faz a coleta, como as penas também, não só quando eles morrem mais quando passam você coleta as que caíram e que são renovadas, os animais renovam suas penas também. As pinturas de acordo com cada período, tem as pinturas de festa, períodos de rituais de luto de caça, de agradecimento, então são todas essas manifestações de acordo com o período. Tanto as pinturas como as danças, as formas de cantar. Eu sou muito curiosa, tem um rapaz aqui que ele está morando com a gente que ele é Karajá e ele fala assim “os homens tem uma forma de falar e as mulheres outras forma de falar”, e eu “nossa mais como deve ser difícil!”. Ele diz que quando ele vai falar ele fala diferente, ele não consegue falar do jeito que a mulher fala, eles não conseguem aprender a língua da mulher, eles falam a mesma coisa de forma diferente. Aí eu perguntando “Mais e aí? Como fica a escrita?”, ele disse “Não, homem escreve como homem e mulher escreve como mulher” cara, isso é muito curioso, é muito interessante. Eu fico só pescando de todo mundo que aparece por aqui. Eu sou muito curiosa também, eu vou e pergunto mesmo, não tenho vergonha de perguntar, é bem interessante isso aí. Então a espiritualidade está em tudo, em tudo mesmo. Na hora que você vai cozinhar, na hora que você vai buscar lenha, na hora que seu filho está doente, na hora que você vai dormir, na hora que você levanta, no seu dia a dia, no seu trabalho, na hora que você vai pra roça. Então a espiritualidade é a vivência, é a vida inteira. Não tem bloquinhos separados não.

**Danielle:** Quando você trabalha esse tema, como os alunos reagem? Porque a nossa sociedade as coisas são bem segregadas e muitas vezes quando você tenta trazer a

espiritualidade, a crença de outras culturas as pessoas são muito fechadas. Como você enxerga esse problema?

**Aldenora:** É normal as pessoas estranharem mesmo porque justamente não conhecem, mas esse é o papel do diálogo intercultural, você vai trocando experiência, você vai conversando, falando... Eu falo muito daquilo que eu consegui viver. Tem povos que eu nem conheço que eu tenho curiosidade de saber como que é, como eles vivem, outras formas, outras maneiras de compreensão do mundo... porque você tem uma ideia geral da cosmovisão indígena, mas tem as suas particularidades também, por exemplo, eu na sala de aula quando se aborda isso você tem que ter o cuidado de como abordar também porque as pessoas não estão preparadas mesmo. E outra que dentro da sua sala de aula ainda tem outras particularidades, que é o que acredita em deus, o que não acredita em deus, o que é católico, o que é evangélico, da umbanda, do candomblé, de seitas num sei de onde, então tudo isso. Você tem que ter um certo cuidado, você procura abordar... Na verdade dentro do currículo não é mais recomendado a questão da religião, mas nada impede de você fazer uma abordagem sobre, sem ferir. Eu não tenho problema nenhum em abordar mais desde que você também conheça. Eu sempre pergunto muito pros meus alunos "você é de qual igreja?" aparece cada coisa que eu nunca ouvi falar, então eu acho interessante essa troca. Eles perguntam "ah como é lá no Wapixana?" no caso minha família é dos Wapixana, aí eu vou falando aquilo que da pra falar. Tem povos que não pode comentar, que é muito fechado, é questão de resistência. Aí eles vão falando da igreja deles, como funciona, como eles se relacionam, então eu acho interessante essa troca, é importante, sem você precisar discutir religião. Eu acho interessante é que você vai ganhando a confiança deles, eu não estou agredindo ninguém, eu só quero trocar um ideia contigo, é isso que eu faço.

**Danielle:** O que você consideraria como problemas numa abordagem sobre as artes indígenas?

**Aldenora:** Por exemplo, pegar um quadro da primeira missão do Brasil. É porque quando você vai trabalhar um tema assim você tem que saber todo um contexto histórico, você tem que saber as verdades os mitos. Por exemplo, você pegar essa imagem da primeira missa, o religioso com aquela cruz enorme, aí tem umas imagens longe de uns barcos bonitos aquele povo todo bem vestido e um pouco mais afastado os indígenas todos pelados, é uma imagem meio estranha, porque assim, como é que eu

acabei de chegar e de repente eu já estou ali contigo? É uma relação meio contraditória, mas que se você pensar assim da pra você abordar muitas coisas interessantes. Primeiro questionar o que eles sabem, e depois questionar conflitos. O que será que eles pensam? Como será que foi essa abordagem? O que realmente aconteceu? Ai você vai buscar fatos históricos documentados de como aconteceu realmente, na verdade mesmo. E ai você vai encontrar muitas atrocidades. Ai é bem interessante. Mais de outras problemáticas... A questão da sustentabilidade mesmo, por exemplo, você pegar o que eu tinha falado anteriormente, muitas pessoas acham que os indígenas pegam os bichos e matam pra poder tirar as penas, não, não sabem a forma de como aconteceu todo o processo pra ele poder fazer aquele cocar. Pensam que as plantas, as sementes, derrubam as árvores pra fazer as suas gamelas, então a questão da sustentabilidade é bem interessante. Vêm outras temáticas, se eu for falar de questão de direitos e invasão, estão acontecendo muitas coisas ai ultimamente, questão das hidrelétricas, das mineradoras, questão de leis mesmo, está bem na atualidade... Então não restringir às áreas específicas, porque essas coisas explodem, você planeja algo e ai de repente as coisas tomam outro rumo e você tem que estar preparado pra isso. Você começa a falar de uma coisa específica e de repente eles levam pra outro lado e você tem que estar preparado, se vira. Hoje não cola mais você dizer que na próxima aula você dá a resposta. Você tem que ser no mínimo curioso pra poder ver as coisas que estão acontecendo na atualidade. Que nem a PEC 215, por exemplo, a questão do código ambiental que já foi votado. Então tem algumas coisas que levantam e que você precisa conhecer. Por exemplo, Tem gente que nunca ouviu falar dessa comunidade aqui do santuário, “ah mais existe indígena aqui em Brasília?” meu amigo segundo o censo de 2010 são seis mil na época, agora hoje... Quantas vezes eu subi aqui, o ponto de ônibus mais próximo aqui é meia hora andando, e muitas vezes me acompanham as mulheres que trabalham aqui, as domesticas e diaristas, e às vezes eu solto alguma coisa assim e elas ficam curiosas “nossa mais tem indígena aqui? Onde? Cadê?”. Uma vez eu escutei uma, eu ri muito nesse dia, eu caminho rápido e de repente uma disse pra outra “Gente vocês ouviram falar que tem uns índios bravos que moram ali atrás desses prédios?! Será que eles comem gente?”, me deu vontade de rir. Ai você fica naquela, comenta não comenta? Às vezes não vale a pena. Você percebe quando vale a pena e quando não. E ai elas comentando “Nossa mais eles são muito bravos, eles comem gente” aquela ideia velha que nem se usa mais, mas tudo bem. É muito curioso, ainda mais pelo espaço, você esta aqui dentro da mata vivendo nesse espaço aqui e de repente a dez metros, cem

metros, já encontra esses prédios. Já é outro mundo. É muito contraditório esse espaço, se choca mesmo.

**Danielle:** O que você considera importante aprender sobre a arte indígena? Pontos que você acha que um professor deveria falar.

**Aldenora:** Eu acho que antes de o professor falar, ele deveria instigar. Porque primeiro professor nenhum vai dar conta de conhecer todas as artes indígenas, é muitas coisa. Então provocar uma pesquisa, conhecer os povos: que língua fala, onde vive, como pensam, o que andam escrevendo, as pinturas, que tipo de pinturas são, pra que momento é, os seus adornos, é muita coisa... O professore ele não dá conta não, a não ser que ele mesmo sem, por exemplo, você pegar “ah eu quero fazer uma especialização em arte indígena” mesmo assim está muito amplo, você vai ter que definir que povo indígena é esse. “Ah eu vou escolher o povo Wapixana lá de Roraima” mais e de qual região específica? Então você vai afunilando. Numa sala de aula eu acho mais interessante ser abordado, por exemplo, uma coisa mais ampla, tipo dividir a turma em grupinhos; vamos supor tem uma sala de vinte e cinco alunos, ai já seriam vinte e cinco povos, olha que interessante você pegar vinte e cinco pessoas e cada uma pegar um povo pra pesquisar e ai só ele já teria trabalho pra caramba. Muito trabalho, porque se ele pegar artes ele vai dizer “Que arte? A dança, a pintura, a culinária? Qual pra onde eu vou?” já é muita coisa. Eu vou observar, por exemplo, o povo Fulni-ô, “Onde como que eu vou fazer isso?”. Hoje é bem interessante porque você tem internet, tem várias formas de como chegar. Eu adoro livro, pra mim nada substitui os livros. Você tem muita fonte de pesquisa, na internet nem sempre as coisas são muito verdadeiras, você tem que ter muito cuidado com isso, por isso que eu gosto dos livros, mas tem muito livro também que você tem que saber selecionar. Eu já fico imaginando mil coisas, da vontade de escrever sugestões, começar a planejar. Eu fico enlouquecida com essas coisas. Uma das sugestões que eu coloco no meu trabalho é a seguinte, uma abordagem geral porque é necessário você ouvir o que seu aluno tem a dizer, o que eles conhecem, não só ele como a família, ai você vai ter um diagnóstico de como é a visão da família, de onde eles vêm. Você faz um diagnóstico da turma. Durante esse processo você vê varias coisas que pode trabalhar, vê vídeos, os mitos de tal povo... Uma sugestão que eu coloco é visita à comunidade, mas antes de você ir até a comunidade você tem que ter todo um processo antes de discussão, de preparação. Ai você coloca assim, eu como professora vou procurar comunidade, eu queria fazer uma visita com os meus alunos e

tal e ai você fala assim “ah eu trabalhei tais textos, tais mitos, vídeo tal, eu abordei dessa forma, eles pensam desse jeito, o que a comunidade tem pra oferecer?” e deixar que a própria comunidade diga o que ela quer passar, porque aqui antes já teve toda uma conversa, agora é dar a voz pra que eles falem o que eles querem dizer sobre, a partir do que eles já sabem. Isso a gente já fazia aqui, a gente recebia algumas escolas e a gente fazia um levantamento, do que eles já tinham, já sabiam, o que eles conheciam, o que eles sabiam da comunidade e ai saiam muitas coisas interessantes. A gente fazia um momento de vivência da própria cultura, de pintura, de histórias, de culinária, e uma das grande problemáticas que nós temos aqui que é a questão da especulação imobiliária, então o que a gente fazia, contava um pouco de como aconteceu isso, esse grande conflito que depois os tratores vieram passaram por cima derrubaram o cerrado, a gente convida eles pra nos ajudar a revitalizar o cerrado, então a gente fazia um momento de plantar com as crianças... Isso é muito legal porque as crianças conseguiam compreender que esse local não é só moradia, é um local de vivência que a espiritualidade está em todos os momentos; desde a hora que a gente chega na porta, até a hora de deitar e até quando a gente está dormindo. Então contava histórias, fazia pinturas, conversava política com elas, as crianças entendem, é super tranquilo. A gente trabalhava mais com as crianças porque eram as escolas que mais procuravam mais aqui já vieram também adolescentes, pessoal da universidades, a gente já trabalhou com grupos universitários. A gente só vai adaptando mesmo as coisas, da mesma forma como os professores fazem adaptações para a sala de aula a gente também faz as nossas adaptações de acordo com o público que vem aqui, que quer conhecer e que as vezes muitas pessoas vem e ai depois começam a compreender e começam a apoiar aqui o Santuário. Percebem que realmente a causa é legítima e ai dá pra fazer um bom trabalho. Eu tenho boas perspectivas.

---

**BRAULINA:**

**Braulina:** Eu me chamo Braulina, eu sou indígena da etnia Baniwa. Atualmente eu moro no noroeste da Amazônia que é mais conhecido por Cabeça do Cachorro lá do Rio Negro e desde 2013 estou aqui em Brasília, atrás de uma graduação que hoje é essencial pra estar acompanhando a luta da comunidade, pra estar por dentro das discussões, e estar falando também um pouco da realidade. A gente fala geralmente que a mídia, o

sistema nosso brasileiro passa uma imagem diferente do que é a nossa realidade. Quem além de nós pra falar que aquilo não é verdade, só nós mesmos pra falar qual a nossa realidade, o que a gente vive, o que a gente quer e como estamos hoje, desde a chegada das pessoas que chegaram no Brasil e como é que estamos hoje.

**Danielle:** Como você acha que a escola pode mediar isso, mudar essas ideias muitas vezes estagnadas que as pessoas têm dos indígenas que eles são pessoas que só moram nas matas, ou então que é selvagem, qual o papel da escola nessa desconstrução?

**Braulina:** Primeiro eu acho que as professoras têm que pelo menos pesquisar que povo, somos vários povos na verdade. A realidade de cada povo é diferente da outra, depende das regiões, tem o pessoal aqui do centro-oeste, tem do Xingu, tem do Amazonas, tem do sul. Cada realidade é diferente das outras. As culturas são diversas, há uma diversidade linguística também. Se uma professora vai explorar um povo, um determinado assunto, primeiro tem que no mínimo pesquisar como aquele povo vive, como eles discutem o assunto. No caso da educação escolar indígena no Rio Negro, nós já temos professores indígenas formados, porque antigamente, quem dava aula pra indígena eram pessoas de fora, hoje são os próprios indígenas que viraram professores. A língua materna é escolhida, no caso nós temos três línguas oficiais indígenas que podem ser dadas na sala de aula, então há essas diferenças pra outros lugares. Agora recentemente em Roraima também reconheceu as línguas indígenas. A realidade do norte pra região daqui é um pouco diferente. Questão da gestão territorial é diferente, questão da saúde, tudo varia de um povo pra outro. Se eu vou ensinar pros meus alunos sobre determinado povo eu tenho que pelo menos saber o que eu estou falando, o que eles fazem, quem eles são. Hoje já tem alguns livros que são construídos, alguns livros didáticos nas línguas e no português que antigamente nós não tínhamos, hoje nós temos, que é trabalhado nas escolas com participação dos pais dos alunos. Tem toda essa construção da parte dos indígenas. Eu sempre falo que é uma grande diferença de outros povos pro nosso, se você chegar no Rio Negro você não vai encontrar ninguém todo pintado, porque a gente nossa não se pinta no dia a dia. A gente só se pinta quando vai ter um cerimonial, uma festa, uma comemoração, você não vai encontrar ninguém sem roupa, todo mundo é bem vestido. Por quê? Questão do contato, religiões que chegaram nas comunidades. Então a gente não vive como o sistema ensina, que a gente fala que é cocar e estar todo pintado. Tem muita gente que estereotipa que o índio tem que ser aquele que anda pelado, que vai usar flecha, ou que a mulher vai estar com o peito pra

fora, e tudo ainda é assim que o sistema passa, mas não é assim, pelo menos no Rio Negro, se eu tiver mentindo, mas não estou, lá não existe. Não tem. A não ser que vai ter uma comemoração na escola que o pessoal vai se pintar vai usar cocar adequado pra dança... Usamos também. No dia a dia é como qualquer outro. As casas, esse é um pouco também de diferença nossa, as casa são separadas por família, a gente não mora mais junto dentro de uma oca como os outros, não sei se ainda tem povo que mora, mas dizem que tem. No nosso caso a maloca é centro de formação, as famílias vão pra lá pra se formar, pra reunir, pra conversar, não mora dentro. Por isso que pra nós o significado da maloca é centro de saberes, porque lá que os meninos vão se formar, lá que as meninas vão ter os primeiros contatos o conhecimento com as mulheres mais idosas. Se torna tipo, vamos supor, uma escola, então ninguém mora mais lá, essa é um pouco da diferença de um povo pra nossa realidade de lá.

**Danielle:** Você sempre estudou em escola indígena?

**Braulina:** Não. Na minha época essa questão da escola indígena surgiu em 99 na minha região, porque estava tendo muita evasão, tendo êxodo rural das comunidades pro município, nosso município é 95% indígena...

**Danielle:** Qual é o nome do município?

**Braulina:** São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Ai os país, os avós começaram a se preocupar. Como assim a gente cria eles até uma certa idade... Eu sai da comunidade com 11 anos pra continuar estudando por que lá nós tínhamos até na época a quarta série e quem quisesse dar continuidade tinha que sair, não tinha pra onde ir, ou você optava ir pra uma escola salesiana que era dos padres ou você descia pra cidade que não era internato. Ai vem outro problema porque você não tem família, não tem casa, você com a cara e com a coragem chega na cidade. Outro problema: você não fala português, você fala sua língua. Então eles começaram a discutir a criação das escolas “nós precisamos pelo menos ter ensino fundamental na nossa comunidade”. Ai a partir dai começou a criação, teve a primeira turma, essa primeira turma virou professores, a segunda turma também virou professores, que dizer, foram se formando e foram virando professores da comunidade. Manteve as famílias nas comunidades. Veio outra questão, o ensino médio, quem quisesse ter o ensino médio também teria que descer pra cidade e é sempre assim... Hoje nós temos ensino médio técnico, que é diferente na nossa escola, eles ensinam tanto o conhecimento tradicional, questão de tecer, fazer tipiti que esse é

um utensílio do dia a dia na comunidade, como também eles aprendem a fazer manejo nas trilhas, a questão da piscicultura, fora outras áreas que eles fazem.

**Danielle:** Os professores são os próprios indígenas?

**Braulina:** Os próprios indígenas, mas têm professores formados, doutores de universidade, UNICAMP, USP, UFSCAR, que lá é modular, uma pessoa especialista vai lá e acompanha o trabalho. Tem uma formação dos professores numa oficina pra trabalhar em cada área. Por isso que eu falo que quando há uma parceria o trabalho vai pra frente, porque sozinho não tem como. Sempre você tem que contar com alguém que sabe mais, mas que o conhecimento dele também possa melhorar o nosso conhecimento tradicional, sem deixar isso de lado. Isso sempre deu certo e continua dando certo, as pessoas estão se formando em melhores escolas porque eles aprendem fazer projeto, relatório, coisa que você não aprende na escola, que foi o que aconteceu no meu caso, eu vim pra cidade, terminei meu ensino médio, mas eu não sabia fazer nada em questão de projeto, de relatório, ser professora, nada, eu só fui saber na prática quando eu fui trabalhar mesmo.

**Danielle:** Você é professora então?

**Braulina:** Não. Eu trabalhei numa ONG que trabalhava com os povos. Nós somos 23 povos lá, trabalhei quatro anos e antes eu trabalhei com comercialização de produtos, não sei se você já ouviu falar Arte Baniwa, a gente tem essa linha de produto que também surge dentro da escola, tem participação das mães, dos pais, pra ter uma renda pra manter eles nas comunidades, pra ter essa continuidade. Produto que a gente usa como utensílio, mas que é algo que a gente também pode levar renda pra comunidade. É um desafio ainda pra falar da questão da educação escolar indígena, porque ensino médio não é reconhecido pelo governo. Nós estamos nessa luta, já existe, mas quem ainda reconhece a formação deles são as escolas estaduais do município, mas escolas indígenas mesmo o governo não reconhece, ele só reconhece o ensino fundamental. Porque quem tem que reconhecer o ensino médio é o estado e não, até agora nada e já vai fazer uns dez anos eu acho.

**Danielle:** Você disse que a comunidade que se juntou pra pensar essa escola, eu queria saber dentro desse pensamento de construção da escola como as artes estavam inseridas.

**Braulina:** Na época as pessoas estavam inserindo a questão dos brancos, por exemplo, eu vou tentar aprender ler e escrever, mas as pessoas não estavam mais interessadas em tecer uma cesta, fazer uma peneira, fazer canoa, fazer roça, que é tudo trabalho de homem, aí as mulheres estavam aprendendo com as mães “não, você precisa estudar porque você não precisa viver o que eu vivi”. Então era um pouco essa preparação das mães pros filhos. Os pais e as mães falaram “não, eu quero um filho completo”, pra ele estar preparado pra casar, pra ter uma família, ele tem que saber além de ler e escrever, ele tem que estar apto a fazer uma roça, saber pescar, caçar, fazer os utensílios domésticos porque a gente usa tipiti, peneira, fora outras coisas, cestas grandes... Ele vai ter que ofertar isso, pros sogros, pra família da mulher com quem ele for casar. A mulher também vai ter que ofertar farinha, beiju, a variedade de mandioca brava que a gente usa pra família do marido. Então nós queremos além de ser uma escola que vai trazer conhecimento dos brancos, mas também nos queremos filhos completos formados aqui. Esse vai ser nosso diferencial. A questão das pinturas que eles não utilizavam mais, a questão da formação, então lá a formação é com cipó que os meninos levam nas costas e fica uma marca, mas é uma marca tradicional, só quem deixa a marca é quem saber passar neles. Então isso não era mais feito. A reivindicação tanto das avós como dos pais da primeira turma é que eles saíssem de lá completos. “Isso que vocês acham que vai dar certo? Sim é isso que a gente quer? E quem serão os professores? Nós mesmos vamos escolher os melhores mestres pra ensinar pra eles”. Os pais e os avós se tornaram professores pra esse lado de trabalho, de aprender fazer as coisas. Então começou essa prática, tinha família que praticava, tinha umas famílias que já não praticavam essa produção e foi se inserindo e foi aprendendo, e as meninas e os meninos são formados, como a gente fala, completos. Tanto eles pro lado de cá sabem e do lado de lá eles estão preparados. Vamos supor que você não tem chance de ser professor, você vai ser líder da comunidade, você vai ter uma família pra lidar com outras comunidades, receber outras pessoas e você tem que estar preparado pra isso. A mulher também, se ela não for professora ela vai ser mãe de família, então ela tem que estar preparada pra isso, pra ajudar o marido dela. Então essa é um pouco a linha que vem trabalhando e está dando certo.

**Danielle:** O que incomodaria num professor indígena que fosse abordar as temáticas indígenas?

**Braulina:** O que incomoda eu como pessoa é ainda dizer que índio é inferior aos outros, o que não é verdade. A questão é que as oportunidades são diferentes. Isso acontece não só no mundo indígena, mas também nos outros, até a questão da classe a, classe b, classe c que a gente conhece na sociedade. A pessoa pode até ser mais inteligente mas ela não tem as mesmas oportunidades que os outros tem. Quando as pessoas falam também dessa questão de que o índio tem que estar na floresta, num sei o que. A gente brinca muito nós do Amazonas, assim uma brincadeira entre nós o pessoal fala “ah lá em Manaus só tem oca”, sabe de nada, de lá que vem esse aparelho, lá que é produzido, lá nos temos um polo industrial que abastece o Brasil todo. A pessoa não tem o mínimo de interesse de saber se realmente só tem floresta. Nós somos iguais aos outros, não há uma diferença, mas é esse preconceito que o sistema passa infelizmente, ainda é muito forte em qualquer lugar. Eles não te reconhecem como índio, a pessoa prefere dizer que eu sou boliviana, em vez de dizer “você é indígena?”, outra “você não é brasileira ne?” “sim eu sou brasileira”. Isso incomoda muito, essas perguntinhas sabe. Nessa questão eu acho que está mudando mais falta muito ainda pensar de estar na lei que hoje se tem que ensinar alguma coisa sobre os indígenas nas escolas, mas está num processo, não vai ser agora, não vai ser amanhã que a gente vai falar de uma forma certa, mas eu acho que a gente está no caminho certo.

**Danielle:** Como você observa que a lei está se desenvolvendo nas escolas?

**Braulina:** A gente fala que isso existe no papel, mas na prática não está acontecendo. Por exemplo, eu estive numa palestra na Faculdade de Educação mês passado e ai tem uma professora que tem um “aluninho” indígena na sala, ai ela falou assim “ah porque até o português é diferente, dele” questão de pedir licença pra tomar água, pra fazer xixi, essas coisas. Ai por exemplo, eu vou receber um “aluninho” indígena, eu tenho que dizer que ele é diferente só pelo fato de ele não falar português correto? Não ele é um aluno qualquer. Eu sei que ele é aluno indígena, eu tenho que ajudar ele da melhor forma possível porque se eu for separar que ele é diferente dos outros como é ele vai se sentir desde pequeno? Eu vejo que tem pessoas que se interessam pra que essa lei se implemente da melhor forma possível porque eles sabem que de uma hora pra outra eles vão ter um aluno indígena na sala, mas tem outros que não estão nem ai, eles sempre vão enxergar o índio como uma pessoa diferente do outro, e como é que aquela criança vai crescer? Ele sempre vai ser o diferente. Há aqui em Brasília, as pessoas que moram, falam que o filho sobre muito preconceito dentro da sala de aula, tem os filhos

que não querem mais ir pra sala de aula porque eles são, na sala de aula, as pessoas brincam com eles, falam que eles moram na oca. Tudo isso é uma preocupação pras famílias que moram aqui, nos estados não por que lá as escolas sabem que tem o ensino indígena, então ele querendo ou não tem que aceitar eles. Tem as pessoas que defendem a questão que não precisa ser diferenciado, tem que ser tudo igual, por um lado eu concordo, por outro não. No caso dessa criança por exemplo, ele veio de Roraima, a criancinha dessa professora, e no dia a dia dele lá é o português que ele aprendeu. Ele vai aprender ainda o português correto. O português pra nós é como uma segunda língua, nossa primeira língua é a nossa língua mãe que a gente fala, que é a língua indígena. Então não tem como eu cobrar de um menino de quatro anos que ele fale o português perfeito, que a mesma coisa eu cobrar de um aluno brasileiro falar inglês perfeito. Não vai, ele está aprendendo, ele está sendo alfabetizado ainda. Sabe, essas situações que incomoda pra quem trabalha no ensino infantil. Nas escolas em geral acho que não esta rolando, só é lembrado que indígena existe no dia 19, ai se pinta, se faz um monte de homenagem entre aspas, mas não é bem da forma que a gente queria que fosse lembrado por que não é dia pra comemorar, é dia que morreu muitos de nós e isso é um pouco também, uma discussão que tem pros indígenas, porque seria um dia que marcou a luta dos povos e a forma de nós existirmos, a gente quer existir dessa forma. A nossa realidade é isso e a gente quer ser aceito a partir da nossa realidade. Eu muitas vezes eu falo que não sou obrigada a se adequar ao sistema ao invés do sistema se adequar a nossa realidade, porque nós somos os povos originários. Então quem que tem mais condição de dizer “não, se você quer viver você tem que viver a minha realidade e não eu me adaptar a sua realidade”? Essa é um pouco a discussão que eu tento falar as vezes com o pessoas, mas é muito diferente de um povo pra outro. Não tem como você falar uma linguagem sua, é um desafio, continua e vai continuar sendo.

**Danielle:** Qual a importância da lei pros povos indígenas?

**Braulina:** É muito importante que seja inserida, porque antes era aquela imagem do índio que não sabia a questão da gestão territorial, a gestão ambiental, a questão da educação e da saúde. A lei permite que as escolas trabalhem uma linha, vamos supor a cultura, os cantos... Ele vai pelo menos mostrar a realidade de um povo que ele vai explorar. O índio já tem um trabalho realizado, a gente tem uma produção. Ele traz um pouco a oportunidade da gente mostrar a nossa realidade mesmo. A gente sempre fala que as leis vêm de cima pra baixo. O que falta foi a participação dos índios na

construção, a gente sempre fala isso. A gente sempre vai ser lembrado de uma canetada pra ser alguma coisa, mas nós não temos participação nessa construção. Tem já pessoas que estão trabalhando que elas sejam implementadas, sempre é lembrando quando tem reunião. E aí, no seu estado, como é que acontece? As escolas estaduais estão aderindo a essa lei? E nas escolas municipais como está? Agora entrou no plano nacional que todas as secretarias municipais têm que ter um plano nas escolas, e vai vir pra nacional, e dentro desse plano pra quem discutiu desde a base tem que discutir que essa lei tem que ser implementada em todas as escolas. Eu acho que vai começar a dar certo porque as bases estão começando desde lá na discussão, que vem pra nacional. Muitas vezes o que acontece é essa discussão da base não chegar na nacional porque as pessoas que defenderam aqui não vieram pra nacional, sempre acontece, na educação, na saúde, nas outras áreas.

**Danielle:** Uma das coisas que eu percebo é que os professores não conhecem muito bem a lei, eles não têm noção do porque a lei existe, que não tem interesse porque não tem alunos indígenas na sala de aula... Você acha que isso é consequência de que?

**Braulina:** Uma questão que nós discutimos no seminário dos povos que aconteceu aqui em Brasília... Não é culpa deles, é a formação que eles tiveram. Essa lei pra eles é novidade, eles não conhecem, nunca ouviram falar... O que eles conhecem é o que eu falei, o índio tem que estar lá na floresta. As pessoas que tiverem interesse eles vão querer ler, eles precisam saber o porque. Eu já fui numas palestras aqui dentro da UnB que duas alunas disseram “eu tinha a maior raiva de índio, depois que eu vi você falando eu vi que não é isso”. Por quê? Porque elas vieram ouvindo que índio é isso, índio é aquilo, só coisa ruim. Essas professoras que falam que não tem porque aderir porque não tem aluno indígena na sala de aula, mas eles estão por fora, porque se eles prepararem os alunos deles não indígenas que tem essa lei, que ela existe, porque esses alunos que estão dando aula hoje podem ser professores lá na frente, podem querer trabalhar com povos indígenas, então eles estão formando pessoas que daqui 5 ou 10 anos vão querer trabalhar nessa área ou não; sendo médico, sendo enfermeiro ou outras áreas que eles se interessarem. Então aí que vem, eu estou formando as pessoas pra continuar tendo preconceito? Eu estou formando pessoas pra terem a mente aberta que eles podem trabalhar em qualquer área, que eles vão lidar com pessoas negras, com pessoas indígenas, com pessoas de classe baixa ou pessoas estrangeiras? É dessa forma que eu vou preparar essas pessoas, que existe uma diversidade de pessoas no país? Ou

eu vou sempre formar essas pessoas que só existe essa classe? Quem mora na favela é isso, que na sociedade de classe alta é isso. Não! Eu acho que não só a lei que trata da questão de ensinar sobre os povos indígenas e de outros povos, tem que formar essas pessoas já sabendo que ele vai lidar com essa situação. Que uma hora ele vai ter um amiguinho negro na sala de aula, que ele vai ter um indígena, porque cada vez mais os indígenas estão em vários lugares... É por ai, se eu continuar fechada pra uma coisa, se eu não tenho interesse então pra mim é porque aquilo lá tanto faz, mas se eu tiver interesse pensando no futuro das pessoas que eu estou formando eu vou formar pessoa melhor. Eu penso assim.

**Danielle:** O que acrescenta aos alunos não indígenas esse contato com a cultura indígena?

**Braulina:** Eu acho a questão de acabar um pouco com esse preconceito, questão de diferença, que são isso e aquilo, mas passar um pouco. Entender a nossa realidade, que nós somos pessoas, a gente fala que também somos brasileiros e que a gente faz parte da sociedade, nós também somos parte dessa sociedade. Não vai ser hoje, não vai ser amanhã que o pessoal vai começar a entender, mas é questão de ter aliados. Por exemplo, nessa palestra que eu fui a mulher falou “então agora eu passo a entender um pouco de vocês, por que a visão que eu tinha de vocês você tirou totalmente porque antes eu não sabia de nada e agora eu sei”. É questão de saber mesmo, estar por dentro das coisas e começar a olhar de uma outra forma.

**Danielle:** O que você acha importante que um professor fale sobre as artes indígenas?

**Braulina:** A arte faz parte da cultura. A importância de falar das artes é como elas são usadas nos povos indígenas. A gente não usa qualquer arte no dia a dia. Principalmente a questão de pintura, a pintura não é usada por qualquer um. A mulher tem sua própria pintura, o homem tem a sua própria pintura. No caso do Rio Negro as senhoras têm as suas próprias pinturas, as moças, as crianças, tudo tem o seu significado e pra cada momento tem situações diferentes. Pra quem acabou de ficar moça, pra quem acabou de ter filho, pra quem acabou de casar e quem já é avó pela primeira vez e pra quem vai formar primeiro neto. Então cada pintura tem um significado pra nós povos indígenas. E tem uma pintura geral que é quando você vai confrontar outras pessoas, por isso que os eventos grandes, quando vem pro acampamento, às vezes as pinturas são iguais, porque você está indo num confronto, não é um cerimonial qualquer. Você está indo combater

com outras pessoas. Então existe pintura que faz parte da pintura de cada povo e é diferente também de um povo pra outro. Outro, a questão dos materiais, por exemplo, o pessoal do Xingu eles usam muita miçanga, mas eles usam a arte deles a parte disso, antes era roupa, a roupa deles. Hoje é uma forma de levar renda pra comunidade, porque eles adaptaram essas coisas pra que pudesse levar renda. Os cantos, tem cantos de ninar pra bebê, pra adulto, pra conquistar uma mulher, pra conquistar um homem. Então ai há uma variedade de arte dos povos indígenas que pode ser explorada também. Existem cantos pra quem vai fazer roça, quem esta começando uma vida nova. Se eu for falar eu vou ficar não sei quantos dias passando, mas são enês diversidades de arte, não é só pintura, não é só canto, são várias outras coisas que não são exploradas esse lado.

Acho que é questão de formar eles com visão diferente, por parte da cultura né, da arte. Porque tem visão que os cantores, por exemplo, canta questão de paixão, não sei o que... Nos povos indígenas é isso mesmo que você está falando, faz parte da vida cotidiana deles, porque eu encontro no caminho da roça, no plantio, na colheita. E também existe esses momentos que eu falei que é pra formação da vida daquela pessoa, ele vai aprender. As mulheres elas aprendem o canto como é que vai fazer o filho dormir, como é que vai esperar o marido, então é uma realidade totalmente diferente deles. Claro que vai ter um momento de muitas perguntas. Mas por que eles usam isso? Porque é a vida deles, é a realidade deles... É a nossa realidade, e que faz parte da vida de geração em geração. Porque não é eu aprendi ontem que eu vou passar. Não. Isso já é aprendido desde criança, é passado de pai pra filho, de avô pra filho. Como é que contribuí eu não sei, mas seria também pra dizer que é importante a arte, na formação da vida cultural dos povos.

**Danielle:** Pra encerrar eu vou desabafar aqui um pouco sobre a pesquisa. Quando eu comecei a fazer o meu pensamento é que o professor deveria tentar enriquecer a experiência dos alunos com as artes indígenas, mas comecei a pensar em como eu faria isso se eu não tive essa vivência dessas estéticas...

**Braulina:** Existem momentos que há essa necessidade, por exemplo, no seu caso, chegar para quarenta, trinta alunos, e pegar uma página e falar “hoje vamos falar sobre isso”, é você tentando levar essa informação pra eles. Uma diferença de você levar em uma aula uma pessoa que esta falando dele mesmo, que eles vão ter curiosidade de perguntar coisas e a pessoa responder. A outra possibilidade é essa questão de visitar

uma comunidade indígena. Eles vão vivenciar o que uma comunidade vive, o que eles fazem. Só que é um pouco diferente aqui do que as comunidades lá, mas é a realidade deles aqui. A outra é dar oportunidade pra quem é curioso perguntar, ou então passar vídeos... Hoje é possível passar vídeos da realidade de algumas comunidades. Já existem e trabalha-se. Eu acho que tem que começar por aí, quando você tiver oportunidade chama alguém, sempre tem pessoal aqui. Nós somos vários povos, o que eu falei é um pouco da realidade da minha região, tem realidade de outras regiões. É uma informação muito diferente do meu pro outro, esse colega. Tem um pessoal que estão no doutorado, que estão no mestrado, agora entrou uma turma da sustentabilidade que também tem os indígenas, eu acho que essa experiência do Acre é muito interessante por que eles têm uma escola floresta lá que é direto com a participação dos pais, dos alunos e dos professores, que foi uma experiência mais ou menos igual a nossa, só que a linha deles de formação é um pouco diferente. Tem que ter muito cuidado pra passar pros alunos quando você vai falar de um determinado povo. Vamos supor que você resolveu falar sobre educação escolar indígena dos Baniwa, é diferente de outros povos. Porque nossa realidade nossa discussão é totalmente diferente. Se você for falar do pessoal dos Tikuna, aí é outra coisa, uma cultura, uma visão diferente. Então falar nos povos indígenas em geral é muito complexo, é muito aberto porque você nunca vai saber o certo, agora quando você escolhe falar de um povo você vai explorar aquele povo, você vai passar a realidade desse povo pros alunos. Não tem como falar geral porque não é geral.

**Danielle:** Você tem alguma sugestão pra mim como professora?

**Braulina:** Audiovisual ajuda bastante, eu acho que pra você pegar, você tem que receber crítica de alguma forma, porque o que os alunos vão dizer “porque eu sou obrigado a aprender sobre os índios, eu sou obrigado a aprender sobre eles?” pode ser que seja a primeira pergunta. Pode ser que o aluno vai sair de lá... Então vocês vão ter o desafio de dizer “não, a lei me permite falar sobre eles”. Desde o descobrimento não foi só o escravo e o branco que tiveram aqui, os indígenas fizeram parte, fizeram e fazem parte da nossa sociedade, eles são parte de nós. Então você tem esse desafio de dizer, se hoje a lei que me permite falar sobre eles eu vou tentar falar da melhor forma possível porque eu estou formando o cidadão pra que seja menos preconceituoso do que eu vivi, do que meus passados viveram. Não é questão, não vão ser amigos de um dia pro outro, mas ele vai aprender que essas três pessoas foram e são importantes na sociedade

brasileira; branco, índio e negro, sempre estiveram juntos. Eu acho que é esse desafio de dizer que são parte da sociedade e são da sociedade brasileira, mas que sempre foram vistos como qualquer. Que hoje a lei me possibilita falar da cultura deles, da vida, da vivência deles e eles vivem assim. Ai pode passar vídeo, levar alguém pra falar, que sempre tem os indígenas aqui porque aqui é sempre... semana e semana chega alguém aqui pra discutir, é só estar ligado pra ver que liderança que está aqui pra falar da sua vivência. É diferente de levar um antropólogo da vida que pesquisa tal povo pra falar de índio.

**Danielle:** Você me indica algum lugar onde eu possa encontrar materiais?

**Braulina:** No próprio site do Ministério da Educação tem uma pesquisa voltada pra educação escolar indígena que foi o Gerson Baniwa que escreveu com outros professores. Tem um material com a participação de professores que terminaram o ensino superior primeiro. A gente tem a experiência do Mato Grosso, de Roraima, que foram os estados que foram pioneiros na formação de professores e que eles têm trabalho voltado pra educação. A secretaria de educação disponibiliza em pdf. Tem várias coisas na verdade, nós somos organizados através de associações, então cada associação hoje tem seu blog, site, específico, por isso que a gente fala que nós aprendemos, nós adequamos as ferramentas dos brancos pra dizer sobre nós mesmos. Nós temos indígenas programadores que fazem texto, jornalistas, que não tem formação, mas que fazem o texto bem bacana. A gente tem pessoas que sabem filmar, que sabem editar, que é um projeto que também foi nosso e é algo que deu certo. E pode entrar em contato eles direto.

---

ENIKE E DAIANA:

**Enike:** Meu nome é Marília Enike, sou do povo Kariri-Xocó de Alagoas e estou cursando enfermagem aqui na UnB.

**Danielle:** Há quanto tempo você veio pra Brasília?

**Enike:** Cerca de dois anos

**Danielle:** Você veio pra cursar a faculdade?

**Enike:** Sim eu vim através de um vestibular indígena. Esse convênio já foi vencido, foi um convênio de durabilidade de dez anos entre a FUB e a FUNAI. Então estamos na luta pra poder renovar esse convênio, mas está aí, a luta dos povos indígenas nunca acaba.

**Danielle:** como você acha que está o comprometimento da universidade com os povos indígenas?

**Enike:** Na realidade o meu conhecimento sobre isso ainda está muito vago, mas eu acho que deixa muito a desejar. Como eu falo a questão dos povos indígenas nunca está completamente alcançada, sempre há algo que deve ser lutado em questão tanto da educação quanto da saúde. Hoje a gente está aqui com o espaço da Maloca que foi uma luta dos nossos estudantes do qual alguns já se formaram, mas assim a nossa luta maior dentro da UnB é mostrar pros seus estudantes que existe estudante indígena dentro da universidade. Não só a existência como a resistência diante de determinadas situações.

**Danielle:** no seu curso você tem matérias específicas voltadas pra população indígena?

**Enike:** Não. Não específica, então aproveitando a fala anterior da luta dos estudantes indígenas, temos a disciplina Saúde Indígena que hoje ela é do Departamento de Saúde Coletiva, mas não é obrigatória, é apenas optativa e teve até uma conversa com uma aluna do departamento ela falou “porque não ser uma disciplina obrigatória?” justo que era da saúde coletiva. Mas isso aí é uma luta que a gente está, são etapas que a gente está. Hoje tem essa disciplina na universidade então vamos batalhar agora pra que ela possa ser obrigatória. Eu acho que isso é aos poucos, a demanda aqui é muito grande pra gente, portanto a gente tem que deixar um tempo pra estudar, tem uma conferência hoje mesmo que está acontecendo, então são muitas coisas que a gente tem que lutar.

**Danielle:** Quais são as medidas que uma instituição de ensino poderia tomar pra receber esses alunos indígenas, pra você se sentir mais confortável?

**Enike:** Na verdade a educação escolar indígena ela é garantida pela constituição federal de 88 que nos garante ter tanto a educação diferenciada, específica e intercultural conforme a legislação. Tanto a educação quanto a saúde, ela nos garante isso só que infelizmente ela nos garante, mas nada em prática. Da maneira que ela garante ela não é colocada na prática, deixa muito a desejar ainda. Já em questão da escolaridade nas nossas comunidades eu posso falar, na minha em questão, o calendário é feito por nós

que compõe a escola porque a gente tem um ritual que é o Ouricuri então esse ritual é contado como aula prática, é a vivência que a gente tem. É uma forma de passar para os nossos filhos, para os nossos alunos, como é a lida da nossa tradição que os nossos ancestrais deixaram, os nossos avós vão passando de geração em geração. A lei garante isso, a educação indígena ela garante isso e isso, mas se a gente não tomar força por nós mesmos de dizer “vamos fazer dessa forma”... então, o calendário é voltado pra questão do ritual. E já na universidade é uma demanda muito grande que na verdade a gente chega aqui e podemos citar a questão do vestibular, a gente chega sem ter conhecimento; saí lá de Alagoas, vim pra cá cheguei aqui eu não tenho o apoio da universidade eu não tenho o apoio da FUNAI, aqui a questão do aluguel você tem que ter um fiador. É muita coisa então a gente vem do acolhimento o universidade, porque antes de tudo eu sou aluna da instituição, então o que me garante aqui? Eu olho pra um lado pro outro e não sei que medida que tomar. Então uma das maiores dificuldades de nós estudantes é uma dessas. É o alojamento, eles não estão nem ai, ai se dane, você chegou em Brasília e se dane. Depois vem a questão pelo fato que a gente entra num vestibular diferenciado o que acontece são as nossas dificuldades que a gente vai encontrando então a gente já cai de turma, o acompanhamento com a turma é muito... Tipo, eu sou da 75 e hoje eu estou cursando na 78.

**Danielle:** O que é 75 e 78?

**Enike:** São as turmas que entram. Eu entrei na turma 75, são 75 turmas de enfermagem, eu entrei nessa só que hoje eu já estou na 78. Se não são algumas pessoas que vestem a camisa que estão na causa, na da luta pela causa dos povos indígenas que dizem que vão dar o apoio por conta própria... Hoje a gente tem o exemplo do nosso ex-coordenador o Humberto Euzébio, ele é do Departamento de Biologia, do IB, e o que acontece hoje ele não é mais o coordenador só que diante de algumas dificuldades a gente recorre à ele “que medida eu tenho que tomar?” eu não sei como eu vou seguir o meu fluxo pelo fato que eu já tenho que chegar e fazer algumas disciplinas básicas pra que eu possa tentar um equilíbrio e acompanhar a turma porque a minha educação lá na aldeia deixa muito a desejar, então quando eu venho competir com um aluno que estuda aqui aos redores eu sinto muita dificuldade, não somente eu como todos os meus parentes, a dificuldade é grande. Então ele não se importa ele quer saber do seu ira, o seu ira tem que ser tal porque se não você é jubilada você entre em condição.

**Danielle:** A sua vida escolar do ensino fundamental e ensino médio você fez em escola indígena?

**Enike:** Não. Na minha aldeia só tem até a quarta série então a gente faz no município onde se situa a aldeia.

**Danielle:** como foi a sua experiência na escola da aldeia e na do município?

**Enike:** Como eu te digo é muito em papel, você tem direito a isso, mas na prática não é. O que a gente tinha de mais importante era que antigamente os professores eram brancos e hoje a grande maioria são indígenas, então ele por conta própria ele chegar e dizer “eu vejo meu povo na carência”. Houve uma perda grande da língua, a cultura cada vez a gente está se misturando com o branco, cada vez mais a gente vai se adaptando, a tecnologia vai avançando e a gente acompanhando um ritmo que não é nosso, então acaba nos prejudicando. Então o professor por conta própria ele chega e diz “eu vou dar uma aula dez minutos meia hora e antes de acabar a aula vamos falar de outro assunto, vamos falar da nossa cultura” é a necessidade que ela sente como indígena, a não ser que o calendário, como eu falei, é voltado para os nossos rituais porque o ritual não é feito na aldeia, é num local distante então ele é contado, nesses dias não tem aula, durante esses dias de sábado à terça, e segunda e mais ou menos terça ao meio dia não tem aula; aí o que acontece é contado por causa das faltas então é contado como aula prática, que não deixa de ser uma vivência sobre a nossa cultura. É dessa forma até a quarta série só que quando você chega no município é totalmente diferente. As vezes você não é olhado como indígena por não ter o fenótipo, qual é esse fenótipo? Quem prova quais são os fenótipos? São aqueles que antigamente a gente andava nu, que meus ancestrais andavam nus? Eu tenho uma cultura. As pessoas falam muito a respeito do norte e nordeste só que quem for entender o sistema como aconteceu da colonização dos jesuítas eles chegaram primeiro no nordeste. O que acontece é a perda muito grande da cultura só que quando eles chegaram no norte a resistência já tinha existido no nordeste, então foi menos lá. Eu digo fomos porque hoje eu sinto na pele, eu ainda sinto muita coisa que meus ancestrais passaram. Eles foram massacrados, não deixou de ser um massacre, você não deixou de ser obrigado a seguir uma religião uma cultura, você tem que falar o português porque se não você vai apanhar, você vai ser cortado um dedo. Você foi submetido a viver uma cultura que não era sua. Então quando a gente chega lá no município a gente não é recebido como

indígena, se você tiver uma mesclagem, se você for caboclo, “ah mais você não é índio” então o preconceito já começa aí. Talvez o município por ter a sua aldeia dentro do município poderia ter uma aula um momento voltado pra ensinar “olha o nosso município é tal, dentro dele existe uma aldeia indígena”, que fosse contar a história pra que eles respeitassem e tivessem um outro olhar, uma outra visão voltada para os povos indígenas, mas não, na maioria das vezes a gente sofre muito preconceito e a gente é obrigado a se adaptar aquele ritmo e muitos perdem até a sua vontade, o seu dizer “eu sou indígena”.

**Danielle:** qual é a importância da lei do ensino, do ensino da história e cultura indígena pra você?

**Enike:** Na realidade ia ser mais a resistência. O fato de resistir tudo que já passamos. Porque eu posso dizer hoje a minha aldeia ela não fala, entre aspas, o idioma, só que a gente não fala a didática na nossa aldeia, quando a gente passa a ir no Ouricuri, determinados momentos, realizações de trabalho, pra que isso ocorra a gente tem que falar, então segundo o professor Arion, um pesquisador, hoje ele não é vivo, e ele falou não pra mim mas pra pessoas que hoje passou também pra gente que até o momento que você pronuncia a última palavra você ainda tem a língua. Infelizmente hoje houve uma perda muito grande então isso é importante que saia do papel e passe pra prática porque é uma necessidade que nós precisamos. O índio pede socorro porque a gente é submetido a todo esse massacre que passou; hoje a gente tem, os fazendeiros, posseiros... É uma luta muito grande, como eu falei índio não deixa de lutar. O momento que você deixar de lutar você morre. Eu tenho essa concepção eu só vou deixar de lutar pelos meus direitos no momento que eu morrer. Caso contrário é sempre luta, quando não é uma coisa é outra. Pelo fato de tudo que aconteceu há uma perda muito grande, algumas aldeias não, é gratificada pelo fato que não tem e não houve tanto essa perda mas a minha eu posso dizer que houve, então é muito fundamental que saia do papel e vá pra prática pra que a gente Kariri-Xocó possamos renovar cada vez mais pra que a gente possa passar pros nossos filhos. Porque a linhagem veio, minha avó passa pra minha mãe, já minha mãe o que vem passar não é totalmente o que minha avó falou, então há uma perda. A cada geração há uma perda de uma palavra, de uma ação, então isso a gente vai perdendo muito. Tenho certeza se isso fosse trabalhado na escola seria muito diferente.

**Danielle:** você respondeu voltado pras escolas indígenas, e para as escolas não indígenas qual a importância da lei? Qual a importância pros alunos não indígenas terem esse contato com a história e cultura indígena?

**Enike:** Eu acho que primeiramente pra ter um olhar mais voltado, um olhar humano pro seu próximo, pra respeitar que querendo ou não somos pessoas antes de tudo e que a gente vê muito a discriminação. Mesmo que você não goste de uma pessoa você ter a obrigação de respeitá-la, seja rindo ou de cara feia a sua obrigação é me respeitar então eu tenho minha especificidade como povo e eu quero que você me respeite dessa forma. Então a gente sofre muito preconceito contra isso

**Danielle:** o que você acha que um professor não indígena deve falar quando tiver dando uma aula sobre os temas indígenas?

**Enike:** Uma coisa que é fundamental que a gente sempre trabalhar é a questão do fenótipo que é muito importante. Uma vez a gente tirou até brincadeira, a Xuxa diz que o índio vai fazer “uhhh”. Hoje a gente não encontra isso, é uma coisa que fixou na mente das pessoas. O outro diz “ah mais o índio tem que ter cabelo bom, tem que ter tal fenótipo”, então vamos retirar essa imagem, vamos abrir os olhos enxergar que a realidade é outra. Eu não tenho o fenótipo tão... mas minha mãe é filha de um branco, minha avó é índia... O que acontece, há uma mistura grande. Primeiro a gente tem que parar e dizer, ah mais se ela não tem toda essa característica algo aconteceu pra isso e não simplesmente olhar com um olhar desprezado. O primeiro fato que deve ser trabalhado é isso.

**Danielle:** E o que você não gostaria na abordagem de um professor. Alguma coisa te incomodaria?

**Enike:** Na verdade não.

**Danielle:** quando você estava estudando na escola indígena como vocês vivenciavam a arte?

**Enike:** A arte eu acho que fica a questão do artesanato, talvez eu esteja meio equivocada, porque na verdade a arte é o feitiço do artesanato que a gente tem, tirando isso...

**Danielle:** Mas vocês faziam isso na escola?

**Manuela:** Hoje faz, inclusive tinha vários papéis na parece com desenho da maraca, do colar...

**Eunike:** Mais isso era o que eu estava dizendo...

**Daiana:** Eles tinham um dia na semana pra fazer o toré com as crianças lá no pátio da escola. Eles estão dando aula sobre a cultura...

**Eunike:** Como eu falei o calendário é voltado pra cultura só que muitas vezes quem vai dar essas aulas não são professores, tipo, é a necessidade que o professor vê como indígena que a cada vez a perca esta grande então ele mesmo disponibiliza tal momento, tal horário pra que isso venha acontecer. Não que a escola vai abranger isso, vai colher isso como disciplina, não existe uma disciplina específica para a cultura indígena, mas a necessidade que há eles mesmos que tiram por conta própria e vai acontecer esse momento.

**Daiana:** Eu acredito que pelo fato de ser muito próximo da comunidade está meio que atrapalhando porque as crianças já crescem com o pensamento diferente pela proximidade que tem com a cidade e ai não tem o, acho que só tem até a quarta série na aldeia, então a partir do fundamental tem que ir pra cidade e acaba perdendo esse interesse de dançar. O contato com o branco está atrapalhando de fato, então o que os professores estão fazendo na escola? Então eu acho que não é necessário pra quem nascesse e se criasse ali, não é necessário “oh você tem que fazer isso, faz parte da cultura”, mas eles estão vendo a necessidade de fazer isso. então é o que eles estão fazendo na escola. Eles sempre tiram um dia pra fazer isso, pra dançar pra estar falando da importância que tem o ritual, que tem o toré, que tem a dança, que cada coisinha ali é importante. Então as crianças já vão nascendo com isso, mas eu acho que não é necessário porque a criança já cresce com aquilo, mas pelo fato de ser perto da cidade e a criança já nascer com a mente aberta em relação aos costumes do branco hoje a gente está vendo essa necessidade de mostrar pras crianças qual a importância que tem de preservar a cultura e manter os costumes.

**Danielle:** O que você acha importante que um professor de artes fale sobre as estéticas indígenas?

**Daiana:** A arte pra gente que a gente sempre... Sabe, não sei se você sabe, mas a concepção que a gente tem é o artesanato como ela falou como confecção de uma louça

com argila, na confecção de um colar, de um cocar... Então seria interessante um professor de arte, inclusive aqui na UnB falar sobre esse assunto, mostrar algumas coisas falando sobre isso, se ver como é... A gente podia disponibilizar foto das pessoas confeccionando esses materiais, pra mostrar a importância que tem e que elas existem no meio indígena.

**Eunike:** E que muitas artes muitas vezes assim... Está a polêmica aí da questão do cocar, porque tipo assim a gente faz com penas de aves só que a maioria das vezes, vamos supor, você tinha uma criação de peru, você tinha um pato, você tinha um pato, um frango, criação normal, então o que acontece a gente vai matar pra comer então a gente utiliza a pena pra fazer um brinco, um cocar, coisa que o Ibama está batendo muito de frente com isso. Esta até sendo abordado aqui.

**Danielle:** Porque vocês não podem vender?

**Eunike:** Não, se for pego vai ser apreendido e tem uma multa que tem que pagar aquele valor...

**Daiana:** Ele falou que o Ibama está proibindo você comprar assim, por exemplo a gente comprar de um não índio, mas se for de índio pra indo não tem problema.

**Eunike:** Mas teve muitos casos que já foram apreendidos até indígena. A aldeia lá, tem uma aldeia no noroeste, e às vezes como aqui não tem muito acesso aos animais e aos bichos a gente já traz confeccionado de lá então esta questão, muito assim, batendo a tecla como vai ficar a situação dos artesãos. Por que uma coisa é você ser artesão e comprar de outra pessoa, outra coisa é você mesmo produzir. E o que acontece se você nasceu naquela forma, confeccionando aquela arte e agora? “Eu só sei fazer isso, eu vou me manter como?” Se tudo é errado e isso e aquilo. Então está batendo muito nessa tecla aí. Tipo essa pena mesmo aí, ela é de frango, às vezes de passarinho, mas tudo assim que a gente se alimenta da caça, a gente não vai matar por matar.

**Daiana:** Como a gente não tem como fazer com outras penas porque está em extinção a arara azul e outros, na maioria eles pegam as penas de frangos e coisam um corante...

**Danielle:** Mas não pode ter pena de nenhum pássaro?

**Daiana:** Não, os que estão em extinção, a arara azul...

**Eunike:** Mais eu acho que assim, o índio melhor do que ninguém, não discriminando outros povos, pra saber o que fazer com o animal. Nascemos da floresta, eu não vou pegar um animal e matar e vou retirar a pena, eu vou retirar aquela pena daquele local porque eu sei que vai brotar novamente, a gente sabe lidar com a o animal. Nascemos da floresta, então as pessoas tem que ter essa visão.

**Danielle:** eu queria que vocês me dessem dicas de como professora o que eu posso fazer com os meus alunos, como vocês acham que eu posso levar um pouco da cultura de vocês pra sala de aula?

**Enike:** Eu acho que é falando o que eu falei anterior, trazendo novamente. O primeiro objetivo que eu sofro na pele e que muitos dos meus parentes sofrem eu acho que é o fenótipo. Trabalhar com crianças ou com adolescente porque eu acho que o ser humano está apto a qualquer momento mudar sua visão. Então, questão de dizer você olhar, ter aquele olhar menosprezado praquela pessoa “ah você é indígena” ou então “você não tem o fenótipo” então eu acho que isso deve ser trabalhado qualquer idade. Tem que ser levado pra escola, pra faculdade que somos pessoas iguais à todo mundo, porém temos uma crença uma cultura diferente e que não deixamos de ser... Não somos nem piores nem melhores que ninguém somos cidadãos como qualquer outro então devemos ter respeito antes de tudo, acho que isso é um bom começo pra ser trabalhado.

**Daiana:** E a questão também de mostrar principalmente pras crianças, que já crescem e é a fase que tem de adaptar alguma coisa, a questão que não é ser índio andar nu, ou no mato. Índio está civilizado, hoje o índio está na cidade, está em qualquer lugar, então tirar isso do imaginário das pessoas “ah índio só anda nu, índio só anda pintado” não existe, existe sim, mas não necessariamente a gente tem que andar da forma que as pessoas querem a gente seja. Chegar em algum lugar ninguém vai falar que a gente é índio porque a gente tem roupinha melhor, um sapato melhor, então tirar isso da cabeça das crianças que índio é aquilo. Eu já vi exemplos de crianças aqui que não parece, acha que índio tem que andar nu, não é isso que é índio. Hoje a gente tem grandes avanços. Então mostrar índio não é assim, índio tem aqui tem no nordeste... Se ele crescer com aquilo que não é só aquilo que as crianças imaginam e principalmente nas escolas; tem dia do índio todo mundo está lá pintadinho, bota a foto dos índios lá pelados... Não minha gente! Tem que mostrar, é um pouco diferente, é cada um com a sua especificidade. O índio no Amazonas no norte é de uma forma, no nordeste é outra pelo

fato da proximidade que tem com o não índio. Então tem que falar um pouco sobre isso mostrar que índio não é só do jeito que a mídia mostra.

**Eunike:** É porque o contato... Existem trezentas e cinco etnias no país, então será que essas trezentas e cinco etnias são todas iguais? Eu acho que vai muito variar da região que você é, vai variando a questão do tempo que você teve o contato com o branco, por exemplo, a minha aldeia teve há trezentos anos atrás, uma outra aldeia teve há cinquenta, então a probabilidade dela ter mais características é maior do que a minha. Existem aldeias que ainda não teve contato com o branco, então ela tem o fenótipo que fala que é o certo para o índio, ela fala o idioma dela, ela fala, ela anda nu, vive somente da caça e da pesca, então eu acho que isso aí é uma coisa que vai muito, assim, você tem que analisar... O índio do nordeste é de tal forma, cada um com sua especificidade de acordo com a região de acordo com o contato que eles tiveram com o branco.

**Daiana:** Tem que se analisar isso...

**Eunike:** então são vários fatores que tem que dizer, não somente “ah você não é indígena”, não é isso, você tem que saber o porquê você está dizendo que é indígena. Quem sou eu pra dizer que é mentira? Então contradizer isso e dizer “tenha calma”, ter uma palavra, ter um gingado de chegar e saber o que aconteceu com o povo dele, perguntar, mostrar quem é o povo dele, mostrar o sofrimento que aquele povo passou pra depois você mesmo ter como resposta e dizer “ah tá, entendi agora”. Primeiro a gente tem que analisar o histórico, todo o contexto pra você poder ter uma opinião, formar sua própria opinião. Acho que deve ser trabalhado por etapas e primeiramente ser trabalhado essa visão.

**Daiana:** Então, no seu caso chegar em sala de aula falar um pouco que no nordeste os índios perderam um pouco da sua cultura porque tem a aproximação muito grande com o não índio. Já no Amazonas eles são mais restritos, distante da cidade, então teve como preservar um pouco a cultura, porque lá no caso da gente está muito misturado, é muito próximo da cidade, então acontece casamento. Eu sou fruto de um caso desses porque meu pai não é índio e minha mãe é índia eu as vezes culpo ela por eu não parecer porque eu sinto na pele as pessoas dizerem que eu não pareço e eu queria parecer muito pra não estar falando “ah eu sou”. Então eu fico um pouco triste com isso. Então mostrar isso sabe, é importante mostrar pra esses alunos principalmente crianças que tem essa complicação nesse meio por causa da aproximação que tem com a cidade.

Mostrar que o índio não é só como o povo imagina. De início em sala de aula eu acho que é isso. Hoje os índios estão civilizados, a gente tem contato muito com o branco então não tem como evitar.

---

**PORAN:**

**Poran:** Eu sou Poran, eu nasci na Paraíba, no litoral norte, morei na aldeia até vir pra Brasília, então estudei lá sempre. Foi sempre na aldeia e teve um ano e meio na cidade, mas depois eu voltei pra aldeia novamente, porque ia contra os princípios da questão indígena. Eu sou liderança do povo Potiguara, da Paraíba. Tive uma atuação antes no movimento jovem, hoje eu participo da Rede de Juventude Indígena do Brasil, participo da Comissão Nacional de Estudantes Indígenas e sou vice-presidente da Associação Dos Acadêmicos aqui da UnB.

**Danielle:** Já tem quanto tempo que você esta aqui em Brasília?

**Poran:** Desde 2009.

**Danielle:** Você estudou então em escola indígena. Como foi essa experiência na escola da cidade? Como é o ensino da escola indígena e quais foram as dificuldades que você encontrou quando você estava fora dela?

**Poran:** Olha a maior dificuldade parte justamente do respeito. É até estranho porque na cidade tem em torno de 80% da população é indígena e os alunos eram em torno de 60% das escolas da cidade também eram indígenas, e assim não tinha reconhecimento. Então mesmo numa cidade praticamente indígena, o respeito dentro da escola pela questão indígena não existia. Existia o preconceito no sentido de dizer “ah os caboclinhos da aldeia, os índios e tal, etc... os arruaceiros...” então assim, mesmo sendo indígena era contraditório, não existia o respeito. Quanto à questão da dificuldade, digamos, essa seria a dificuldade maior né... mais assim o que eu pude perceber é que na aldeia eu aprendo a ser eu mesmo, a ser povo, aprendo a ser Potiguara. Além de todos os estudos, todas as matérias que são ensinadas na escola regular, digamos assim, eu aprendo ainda coisas que me tornam mais conhecedor da história do meu povo então tem um diferencial que no meu ponto de vista é um potencial válido né. É uma coisa necessária na verdade.

**Danielle:** Porque geralmente nas escolas que não são indígenas nem se trata das questões indígenas...

**Poran:** Não. Só se fala de índio no seguinte termo né, escambo, que fez escambo, trocou espelhinho por pau-brasil e ouro, etc. e que estavam aqui quando chegaram em 1500. Não retratam a imagem do índio cotidiano digamos assim né. Passam uma visão muitas vezes romântica do índio ou pejorativa. Que eram pessoas que andavam peladas, que comiam gente...

**Danielle:** Na escola indígena como vocês lidavam com a arte?

**Poran:** A arte? Olha só, tinha uma disciplina que chamava arte e cultura Potiguara. Tinha não, tem na verdade, até hoje. E a gente trabalhava justamente a tradição da arte Potiguara, baseado nos adereços, cestaria, no que mais? Mesclava junto com a música, porque assim, no nosso ritual é usado uma gaita, uma espécie de flauta com quatro furos e o bongo, então assim, tinham oficinas sempre de produção das coisas de música, de artes, de pintura corporal dos artesanatos, da cestaria e etc. então assim, o foco dessa disciplina era incentivar de fato, te ensinar a fazer as coisas Potiguara, os costumes Potiguara. E daí quase sempre quem dava aula não eram professores, mas gente da própria comunidade. Pegavam alguém que trabalhava com cestaria na comunidade pra passar uma semana na escola ensinando os alunos das turmas a fazer digamos um balaio, de fazer uma cesta. E aí outra semana era alguém que mexia com a produção de adereços feitos conchinhas encontradas na praia, então essa pessoa ia lá ficava uma semana. Eram aulas práticas e teóricas juntas, ao mesmo tempo. E quase sempre não existia teoria, a não ser história, a história do objeto. Isso aqui serve pra tal coisa que é feita assim tal e tal, mas sempre havia produção no final.

**Danielle:** Uma das coisas que eu percebo é que é diferente a forma que a gente se relaciona com a arte, muitas vezes a gente tem que ir ao museu e a arte é uma coisa que fica separada da vida, se eu tiver errada você me corrige, mas eu percebo isso diferente pra vocês, e como professora de artes a nossa intenção é tentar aproximar a arte do aluno e quando se trata das estéticas indígenas eu fico pensando como eu vou dar essa aula pra eles. Porque é diferente, se eu for fazer uma visita num museu eles vão ver o objeto que em sua origem é um sabedoria, um conhecimento, mas eles vão ver um objeto naquele espaço. Como você acha que eu poderia aproximar um pouco mais, sem

tentar sem pretenciosa, mostrar um pouco mais, diminuir um pouco mais essa segregação entre a estética indígena e os alunos não indígenas.

**Poran:** Olha eu acho que primeiro teria que passar a realidade, porque assim ainda hoje tem uma visão muito mística dos povos indígenas. O índio de olhinho puxado que anda pelado e tem o cabelinho redondinho e enfim. Eu acho que a primeira coisa que deveria ser feito hoje nas escolas não só nas artes mais no parâmetro geral seria de desmistificar essa visão ultrapassada e congelada da questão indígena. Segundo, a cultura indígena do Brasil são varias culturas, não é cultura, são várias culturas indígenas, então tem diversas formas de pintura, de crenças, de costumes. Dando um exemplo, quando a gente pega hoje o dia do índio nas escolas, você vai pegar uma coisa que nem é do Brasil, que é aquela peninha pra cima, pra trás muitas vezes, pintura verde e azul, amarelo e branco e são coisas que não são do Brasil, e é ensinado na escola brasileira como se fosse algo que remetesse a memória indígena do Brasil e não remete. A aproximação se daria justamente falando a realidade, e pegando diversos exemplos, ou diversas culturas, diversas músicas ou expressão. Que pra mim arte é expressão, não importa se ela vai ser do corpo, da fala, do gesto, enfim, da dança, ela é expressão. Eu acho que falta na verdade o ir em busca, porque muita gente não fala da questão indígena porque se acha incapaz de explicar o que seria ser indígena no país de hoje, ou por não ter formação também, mas ai nem vão atrás. Nem vão buscar o que existe de fato. A aproximação se daria tonando a vivência uma prática. Tudo bem, se não se consegue ter um indígena na sala, mas que se tenha a vivência de uma questão indígena. Pelo menos a explicação do que seria pintar o corpo para o indígena, não seria apenas... E ai pintar o corpo vai além da arte, não é só expressão cultural, mas uma proteção espiritual também, e dai muita gente não sabe disso, porque não conhece também, não tem a vivência tão próxima. Porque os livros não contam isso, porque a universidade não explica isso. Eu acho que parte dai.

**Danielle:** Você pode falar um pouco sobre essa espiritualidade...? Você falou que não é só arte, mais que a arte esta ligada a espiritualidade e o que eu tenho aprendido é que as coisas todas são muito conectadas. Você pode falar um pouco disso...?

**Poran:** Olha, não tem ser mais espiritual no mundo do que os indígenas, tudo está ligado à espiritualidade, desde a saúde, a doença, o bem estar, as tristezas, as proteções, a pintura corporal, o jeito de vestir, o cocar, o colar, o anel no dedo, tudo está ligado à

espiritualidade. A pintura seria uma espécie de capa, capa protetora de um determinado povo. Em alguns ela vai ser uma identificação de gênero, e por idade, mulheres se pintam desse jeito e aquela pintura vai dizer que aquela mulher tem de 20 a quarenta anos, é uma criança ou é alguém solteiro, ou é alguém que tem namorado ou é alguém casado. Em alguns povos a pintura vai conseguir identificar isso, mas pra muitos, e grande maioria dos povos, a pintura vem com o sentido de proteção, então pintar o corpo seria não apenas mostrar para o outro que eu estou pintado mais que eu estou protegido, que eu protejo o meu espírito de determinadas situações. Eu me pintar eu recebo uma força e essa força que vai me proteger e ser meu amuleto pra enfrentar qualquer coisa, por isso a importância de estar pintado em muitos movimentos indígenas. Então você vai ver índios que se pintam o corpo todo às vezes sem nenhuma forma né, digamos, tem um padrão, mas sem traços concretos, mas a pintura no rosto todo no braço vai dizer pra ele que ele está protegido, que ele pode enfrentar qualquer um, então isso remete a espiritualidade. Tem culturas também que não se expressam tanto, que são óleos, por exemplo, no meu corpo tem uma pintura com óleo que ai não é nada mais do que o óleo no corpo e que se você olhar, se você não conhecer você vai poder dizer “ah está só com um óleo ali, está só brilhando no sol”, mas ai é mais uma proteção espiritual mesmo, de uma pintura corporal.

**Danielle:** Você acha que se isso for trabalhado em sala de aula com os alunos não indígenas o que esse conhecimento pode proporcionar a eles?

**Poran:** Diz primeiro que, causa um certo choque né, impacto, e ai vai fazer enxergar outra visão que vai além da pintura que não é só arte, que não é só o expressivo mas o que está por trás daquele traço daquele corpo, digamos assim o corpo do indígena. O que seria algo mais de proteção. Muita gente não indígena se pinta pra dizer pro outro que eu estou pintado, ou pra expressar algo, eu vou pintar isso pra dizer pra ele o meu pensamento ou enfim, não pinta pelo sentido “estou me protegendo, estou criando uma barreira espiritual na minha vida”. Isso iria dizer um pouco do que seria o ser espiritual indígena através disso. Iria mudar a concepção de muita gente inclusive ao ver o índio pintado na rua, porque assusta. Porque assusta? Porque o índio pintado assusta e porque o índio não pintado assusta? Já parou pra pensar nisso? Remete justamente ao fato dele estar pintado, do significado dele se pintar; à força, espiritualidade, a proteção. Por isso que se assusta, por isso que se incomoda. [14:25]

**Danielle:** O que te deixaria incomodado numa abordagem numa aula que fosse tratar das estéticas indígenas?

**Poran:** Digamos que eu ia ter um certo... Que eu já tenho uma certa prática com isso né, de não me assustar mais com perguntas ou com atitudes, digamos, de menos conhecimento. Eu não trato como preconceito quando uma pessoa não conhece, quando você não conhece eu até observo e acho que é um desconhecimento e é de fato é desconhecimento. Você não conhece aquilo e você vai querer saber e às vezes esse seu querer saber vai se expressar de uma forma pejorativa ou discriminatória, mas pra mim não é discriminação. Agora quando você conhece da situação você estudou sobre aquilo, sabe sobre aquilo e mesmo assim ainda insiste em querer desqualificar determinada coisa aí isso sim te deixa um pouco indignado, mas grande parte das escolas hoje no Brasil, pra não dizer todas, não retrata a cultura indígena então, não seria estranho ter um “uh uhuhuh” em sala de aula, ou então que todo mundo anda pelado na aldeia, ou algo do tipo. Pra mim não seria assustador. Ou “você não parece com índio”, ou chegar “olha o índio”. Eu vejo isso como uma coisa normal, apesar de ser estranha é muita coisa normal pra uma educação que você não ensina nada sobre si. E aí não é só indígena, se a gente pensar o Brasil não ensina nada sobre o Brasil. Tem muitas cidades no Brasil que as pessoas nascem lá, vivem a vinte, trinta, quarenta anos e não sabem nem como nasceu aquela cidade. Aí a história que ele aprende na escola se ele passar dez, quinze, doze, anos na escola ele vai aprender tudo sobre os outros, sobre a Grécia Antiga o Império Romano, o Chinês, a reforma política da igreja, etc. mas não aprende nada sobre a própria realidade local de onde veio quem ele é, onde ele mora, por que o nome daquela cidade é esse. O estranhamento começa por aí, eu acho que a educação deveria mudar sim nesse sentido, falar mais de si mesmo.

**Danielle:** Uma das coisas que você tocou no assunto e que eu encontrei na minha pesquisa é que eu encontro com mais facilidade matérias relacionados às questões afro-brasileiras e quando eu converso com professores nas escolas eles parecem ter mais sensibilidade em relação aos afro-brasileiros do que em relação aos indígenas. Você acha que isso é devido a que?

**Poran:** Eu acho que primeiro isso é fruto de uma ideia de, como eu poderia dizer a palavra? No sentido de vamos tornar os índios cidadãos... Isso remete primeiro ao fruto do esquecimento colonial. Quando se fala de índio hoje no Brasil se acha que é

tudo igual, a primeira coisa é essa, índio é um ser que existia aqui antes e que conseguiram sobreviver alguns e muita gente acha que nem existe mais. Então tem esse esquecimento colonial. Essa vontade de integrar os povos indígenas de torná-los cidadãos acaba lhes roubando o direito de ser o... De ser o indígena. Então eu acho que primeiro assim, o desconhecimento. Não fala nada sobre índio em lugar nenhum a não ser que comiam gente, que comem gente, que viviam na floresta e etc. e aí o Brasil retrata os povos indígenas como um ser que está lá na floresta, que está na árvore, que vive lá no canto dele quieto e etc. Não existe pra sociedade brasileira, não seriam cidadãos brasileiros e isso é alimentado nas escolas. Quando você vem e daí eu tenho até meus receios em relação a isso, quando se fala da questão negra muita gente fala sobre o racismo, aí esquece toda a diversidade da questão negra, toda a cultura em si do que seriam um quilombo, o que seria uma casa de reza da cultura negra, o que seria uma casa de Oxum. Só retrata o negro na questão do racismo, como escravo, e que foram abolidos da escravidão pela princesa Isabel e etc. mas não retrata os heróis negros também e não vai muito longe. Eu fico pensando a lei existe, obriga e tem que se adequar a escola, ao ensino, mais que ensino? Como está essa qualidade do ensino, ou se está falando o que? Será que não está apenas... Será que não aumentaram o discurso preconceituoso das questões indígenas ou negras dentro das escolas? Ou dizer que os índios faziam escambo e aí aumentaram o texto de uma página pra cinco? Pegaram a questão negra e disseram que foram todos escravos trazidos, e que não tem religião e que a umbanda é satânica? Que cultuar Oxum, Nanã e Iansã seria algo satânico? Então assim você começa a pensar, se você bem avaliar não vai ter tanta diferença. Mas quando se remete a questão indígena as pessoas falam menos porque não tem o que se falar, as pessoas não sabem o que falar. Vou dar um exemplo, aqui em Brasília eu tenho uma amiga que a filha dela tem sete anos um dia conversando com ela, ela me falou assim “nossa a minha filha trouxe umas questões de mandarim pra responder em casa” e aí você pensa “caramba!” como é que uma escola ensina palavras em mandarim e não ensina nenhuma palavra indígena dentro de um país de tem 270 línguas indígenas faladas hoje, a gente começa a perceber por aí a diferença... O externo é mais bonito, o mandarim é mais bonito, o inglês é mais bonito, o espanhol é mais bonito, o francês é mais bonito, o alemão é mais bonito, mas o guarani não se ensina, também não se ensina o gê não se ensina; eu estou pegando os troncos né, os macros. Não se ensina. Então que valorização a gente tem na educação não só indígena mais se você pegar também as línguas de matrizes africanas que são usadas na umbanda e no candomblé,

por exemplo, também não existe. Não vai existir dentro das escolas porque não há o conhecimento, ou até há mais há invisibilidade. É melhor alimentar o discurso de que não existe mais isso do que eu querer dizer que existe e ter que garantir direitos. A escola ela precisa disso, precisa aprender.

**Danielle:** Sobre isso que você falou, uma das professoras que eu fui entrevistar falou exatamente isso, não vou dar aula sobre os indígenas porque ela viva muito mais necessidade dar aula sobre a cultura chinesa...

**Poran:** A você começa a perceber e de fato vem a pergunta do Renato Russo: que país é esse? Então fala muito sobre os outros. Hoje no Brasil não era pra se falar português, esse português que Portugal fala que é o português ralé, o resto do resto do português, a mistura de todas as outras coisas. Então se você vai no nordeste, você vai ter palavras de origem alemãs, espanhola... No nordeste vai tendo palavras de outras origens, de várias línguas da colonização, mas o Brasil era pra falar o nhangatu. O nhangatu era a língua geral que os jesuítas criaram baseado no tupi que era uma língua pra todo mundo se entender. Que seria traduzindo “língua boa”, gatu é bom e nhan é fala, fala boa, palavra boa. Eles falavam de língua geral porque queriam que todo o Brasil falasse o Nhangatu então ele começaram uma missão da própria igreja de que o país falasse essa língua e aí o Marquês de Pombal proibiu, então as línguas indígenas perderam muito a força depois dessa lei pombalina, do Marques de Pombal, que eu não consigo lembrar o nome agora. Ela proibia qualquer uso ou fala de qualquer língua indígena no país. Com isso ele não só proibiu o nhangatu como todas as línguas indígenas no Brasil, então onde tinham índios que falavam suas línguas foram obrigados a não falarem mais em público, aí começou a falar reservado em ambiente de aldeia, quando se falava em ambiente de aldeia. Então o nhangatu ele deu origens, deu força o projeto de que o Brasil falasse uma língua indígena.

**Danielle:** O que representa essa lei da educação pros povos indígenas?

**Poran:** Ela é uma fala de dois gumes, porque ela reconhece a existência. Obriga a ensinar sobre, mas vem um questionamento, como será esse ensino? Ou como esta sendo? Então ela é algo que de um lado incentiva que diz que existe que tem que ter, mas por outro lado preocupa porque você vai pegar professores que não sabem como fazer isso. Mesmo querendo saber ele não sabe como porque ele não teve uma formação, uma vivência mesmo, a aproximação que o torne qualificado pra ensinar

sobre aquela situação. Então ela vai ser pra todo esse reconhecimento, mas se torna preocupante ao mesmo tempo porque ela pode alimentar o discurso preconceituoso. Pode alimentar o errado que foi ensinado hoje sobre as questões indígenas e isso requer tempo, dedicação pra falar sobre.

**Danielle:** A mesma pergunta, mas a importância pra sociedade não indígena.

**Poran:** Eu vejo também como dois gumes. Eu vejo um desafio porque é muita coisa. Vai ter que destruir muitos conceitos que já são formados. Eu tenho amigos hoje que o pai deles falava assim “se tu passar dali os índios vão te comer”, isso há dez anos, oito anos atrás e hoje eles conversam comigo sobre, falam “poxa meu pai não deixava eu viver com você minha infância porque tinha esse discurso”. Muitas vezes esse discurso é passado em casa e quando chega nas escolas cria um conflito na mente da criança ou do jovem. Ai vai acreditar no que: no que meu pai fala sobre, ou a escola fala sobre? Ou então no que a televisão fala? O que está lá no site “o índio matou por questão fundiária, é preso cacique tal acusado de formação de quadrilha, acusado de invasão de privacidade...”. Então hoje tem cidades que se o cacique for na cidade o comércio fecha porque ele é tido como o lampião da cidade, como o pior traficante da cidade, ou como o homem mais perigoso. Como mudar essa cidade? Como mudar a percepção dessa cidade em relação aos povos indígenas? não a ele, mas em relação aos povos. Uma vez que ela vai achar que todo índio é perigoso, que todo índio tem quadrilha, anda armado... Se torna um desafio porque você vai trabalhar com a desconstrução de conceito isso confunde bastante não só à professora como os alunos também. Você vai pegar pessoas que de repente a família tenha tido um conflito com a população indígena e você vai ensinar na escola, qual a visão que você vai passar? O maior desafio é saber como será ensinado, não só pra questão indígena mais pro geral, falo pros negros também. No começo de abril eu estava dando uma palestra na pedagogia aqui da UnB e era bem perto do dia de Tiradentes e eu copieei no quadro alguns nomes como Marçal Tupai, Sepé Tieraju, Xicão Xucuru, Zumbi dos Palmares, Tiradentes, e eu perguntei a turma “e ai gente o que esses nomes tem em comum? Quem vocês conhecem aqui?” E ai alguns conheciam só Tiradentes, outros tinham ouvido falar de Lampião, mas a visão que tem nos livros que é de um cara super agressivo, impiedoso, assassino. Ah e também coloquei o Antônio Conselheiro lá de Canudos. E ai a gente vê até hoje o que se remete a esses líderes, a esses mártires? As pessoas que morreram por uma causa e que só um é tido como herói nacional. Porque só ele? Tem a revolução negra, a

inconfidência mineira, mas se você ver ele era dentista, na época dele ser dentista eram as elites que estudavam naquela época. Então tantos outros, tantas histórias maravilhosas, tantas lutas, bem mais intensas pela sua ideologia, pelo seu território e eu não vou pegar nem indígena, vou pegar o próprio Antônio Conselheiro que queria apenas viver, viver bem num vilarejo e a coroa da época entendia que o cara era um anarquista, como alguém perigoso. Canudos está lá até hoje submersa, onde era Canudos tem uma barragem, então em dia de seca você vê a cruz da igreja dentro da barragem, não mais que isso. É uma forma de apagar da memória e dizer que não existiu isso, ou só contar um lado da história. Esse é o maior risco. O maior risco que corremos é esse, é mais uma vez contar um único lado da história.

**Danielle:** Como você acha que está o estado da lei depois de 8 anos, você acha que alterou alguma coisa? Você consegue ver projetos pra implementação da lei, se teve alguma mudança?

**Poran:** Eu particularmente só conheço um projeto que é feito por indígenas que chama Séculos Indígenas no Brasil, e esse trabalho remete justamente a lei, ele faz formação de alguns professores em alguns estados do Brasil quando se consegue recursos, mas é pouco. Ainda é pouco. Eu vejo a lei como eu vejo a Constituição, é linda, maravilhosa, mas está parada lá. Não é posta em prática. De teoria há uma coisa absurda, mas a prática mesmo está distante de acontecer. Distante porque não há incentivos. A educação indígena hoje, a educação escolar indígena, tem um grande desafio, então quando você vai construir um material didático, algumas coisas pra todo mundo não consegue porque o MEC não consegue publicar trezentos livros iguais e diferentes ao mesmo tempo. Porque iguais e diferentes? Porque teria que ser na língua do meu povo, na língua de outro povo, de outro povo... E aí acaba sendo um empecilho. Então a gente percebe assim, se nas aldeias que eu estou falando de mim mesmo eu mal consigo executar as coisas, imagina quem está de fora pra trabalhar sobre o geral. E aí eu penso que talvez uma regionalização do ensino seria uma saída. O estado que têm povos indígenas, aquele estado no plano da educação básica do estado colocaria as questões indígenas daquele povo dentro do seu material didático pra ser estudado nas escolas do estado. Aí você reduziria o volume do que se falar e poderia até pincelar no geral mas cercar o povo do estado e dar reconhecimento àquele povo. Eu já vivi situações na Paraíba de ir pro sertão pra eventos e eu estar lá distraído e chegou uma menina e tocou nas minhas coisas e ficou “eu toquei num índio, eu toquei num índio!”, alimento

primeiro o discurso primeiro que não existe no estado, e ai também que não são indígenas, mas que são camponeses, ou então qualquer outra coisa menos índios, são caboclos, misturados. O fato de não morar em “oquinha”, de ter televisão de usar celular de falar no facebook, no computador, te torna menos índio dos que existiam a quinhentos anos atrás. Então esses discursos são alimentados e eu penso que regionalizando essa forma de ensino seria talvez uma possível solução. Porque ai se valorizava o povo que existe ali do seu lado e não valorizava os índios que estão lá isolados, nada contra, mas é uma forma de reconhecer que ao seu lado existe.

---

VALÉRIA:

**Valéria:** Meu nome é Valéria Paye, sou do povo Kaxuyana, a minha terra chama Parque Indígena do Tumucumaque, que fica entre o Pará e o Amapá na fronteira com o Suriname. O meu povo Kaxuyana vive junto com outro povo que é Tiriyo e como a gente mora na fronteira têm o parente no Brasil e no Suriname.

**Danielle:** Na sua aldeia você estudou em escola indígena?

**Valéria:** A primeira grande base que eu tive na questão da educação veio da minha família; a família, escola família, a escola o meu povo. A gente lá tem a primeira coisa que, eu acho que tem a diferença que pra mim, pra minha formação foi importante, é no sentido de separar a educação indígena e a educação escolar indígena.

**Danielle:** Qual seria a diferença?

**Valéria:** A educação indígena digamos... É o que o meu povo me dá, é o que minha família me dá, os meus, pais, os meus avós, essa é a educação indígena, que é a primeira coisa. O segundo é a educação escolar indígena, que essa é o que a gente aprende, o que a gente está nessa universidade... É uma escola, que é parte de uma estrutura. A questão da educação indígena é a educação nossa que é de família, de responsabilidade do nosso povo. Quando eu falo que essa foi a primeira fase de educação pra mim é porque ele serve, ele me deu a dimensão do que eu sou enquanto indígena. Isso eu trago até hoje, por exemplo, quando eu digo a importância de aprender a minha língua, português pra mim é a segunda língua, hoje muita gente fala pra mim que eu falo bem outros falam que não, mas é uma segunda língua porque a minha primeira língua foi a minha língua

indígena que eu aprendi a falar e falo até hoje. Isso foi a partir da língua às outras questões... A importância de participar das atividades do povo, coisa que só a educação indígena me permitiu fazer, vivenciar.

**Danielle:** Como essa educação estava vinculada a arte?

**Valéria:** Ao fazer artístico não, porque a questão da arte pra gente indígena ela faz parte da nossa vida, a gente não faz ela só pra apresentar, ela está incorporada na perspectiva do que a gente vive, por exemplo, quando a gente vai fazer uma festa que é da tradição do povo ela segue alguns ritmos ou alguns rituais e esses rituais estão precedidos de alguns passos que pro lado de cá você pode dizer que está identificado como uma arte. “Ah a plumagem é parte desse processo aqui” e ela acontece, mas pra gente ela é o conjunto desse viver. A arte é apenas pra demonstrar os passos que a gente tem que seguir nesse processo de rituais que faz parte da nossa vivência, da nossa cultura se a gente pode dizer. Por exemplo, quando na minha aldeia a gente tem o ritual da participação ou da preparação da menina, a menina quando tem o seu primeiro ciclo ela passa por um processo, é um ritual que a gente faz, então nesse processo desse ritual enquanto ela está se preparando ela tem uma reclusão onde ela vai aprender a fazer alguns tipos de artes que são importantes pra gente na nossa aldeia. Por exemplo, preparar o manuseio da fiação de fio, até então eu não sei fazer isso, eu só aprendo a fazer nesse momento que é um ritual, com meus avós, minha mãe, eles vão me ensinar a fazer esses instrumentos. Além de me ensinar a fazer esses instrumentos eu vou aprender a fiar o fio que vai ser importante pra fazer as nossas redes e daí eu já aprendo fazer nesse período de reclusão; eu aprendo sobre o grafismo, muitos grafismos que a gente usa que são desenvolvidos nesse processo de tecelagem. Eu faço isso vivendo a arte, e vivendo com alguma utilidade que ela tem pra gente, ela não é uma coisa solta nesse processo. Ela faz uma interligação nesse processo desse aprendizado nosso.

**Danielle:** Porque as coisas são interligadas e ela tem uma função... Uma das minhas questões é como a gente vai passar essa informação pra crianças não indígenas entenderem esse mundo? Porque na nossa sociedade as coisas são bem separadas, eu estou aqui falando “arte” porque eu cresço acreditando que arte é uma coisa, isso é uma coisa e aquilo é outra coisa. Como você acha que uma professora pode tentar trabalhar esses conteúdos diante dessas diferenças?

**Valéria:** Eu acho que a questão toda é que o contexto onde a gente está não permite fazer isso porque a gente já parte do pressuposto que as coisas estão divididas e é uma coisa muito do que é dessa sociedade; do que é da sociedade indígena é uma coisa mais profunda, assim eu posso dizer, dos dois lados. Então eu não sei assim... Eu fico pensando se isso é possível ensinar nessa sociedade aqui. Você pode dar a percepção de que existe outras possibilidades de vida, de pensar o modo de viver, de ver o mundo, mas daí trazer isso pra esta realidade que é uma coisa. Materializar isso é inclusive um desafio para o lado de cá. Eu enxergo isso porque eu vivi lá, eu cresci lá desde pequena. E se eu tivesse nascido aqui vamos dizer, se não tive vivenciado essas experiências todas dentro do meu povo eu fico pensando como é que eu seria hoje pra pensar essa questão do diferencial, do diferencial. Eu acho que são visões diferentes mesmo de ver o mundo, de vivenciar, de se relacionar com o espaço onde você vive. Por mais que a gente se esforce, que eu acho que tem que fazer, mas o mais importante é partir do pressuposto que existe isso, há outros modos de viver. Não é só o modo que a gente está aqui que é o cerne, a orientação da vida. Você vai, por exemplo, a questão de dizer assim “ah porque os índios vivem na pobreza?”, de que perspectiva de pobreza que nós estamos falando? Eu fico pensando do lado de cá porque eu vivi, eu que morei que vivi que tive essa educação lá dentro eu vejo que essa perspectiva de pobreza ela tem um outro sentido e ela se refere à outras coisas que não é meramente o material, o dinheiro, ela tem uma outra lógica; o conceito de dizer “lá não é nem de mais pobre”. Eu acho que tem a ver muito mais com as posições que as pessoas ocupam, por exemplo, vamos dizer, há uma liderança, um pajé, eles têm algumas posições que só eles têm, isso já os diferencia; não é porque ele tem mais. Não sei se eu consigo te explicar mas é a lógica de ver essa questão. Quando a gente vai dizer é muito mais no sentido de especificar “fulano de tal tem o que, tem a roca grande, tem número de roças, ou número de canoas que são produzidas?”, é isso que vai qualificar pessoa no sentido de dizer se ela tem mais, se ela tem menos, ou se essa posição que ela ocupa dentro da estrutura se ela é mais importante ou menos importante, mas muito menos essa questão do material. As pessoas quando vão fazer as pesquisas indígenas vão lá e dizem assim “ah tem banheiro, tem água encanada, tem quantas televisões?”, cara isso aqui é pro lado que cá! Então você leva esse pacote lá, não cabe, não dá pra comparar, não é possível né. Nesse sentido de mostrar mais claramente essa diferença de olhar, de olhar e de viver. Mais uma vez eu levo isso pra pergunta, pra essa perspectiva, de dizer assim que neste sentido a educação ela é diferenciada partindo desse pressuposto, ela é uma educação

diferenciada, mas quando você fala, quando a gente fala da questão da importância da educação diferenciada é nessa perspectiva de dizer que a educação que a gente olha não é da mesma perspectiva que a gente está olhando do lado de cá, não é a mesma coisa, ela é diferente porque ela pressupõe essa questão do aprendizado aonde o povo, a família tem muita responsabilidade nesse primeiro processo da vida, da construção desse ser indígena. Não é só porque eu tenho cabelo liso, que veem minha cara que dizem o que eu sou. Tem um monte de gente que é assim, mas o que me faz Kaxuyana? Porque eu sou Kaxuyana? Porque eu não sou qualquer uma? Eu vivo aqui, mas eu e você, entre mim e você há uma diferença, mas porque eu sou diferente? Porque eu sou melhor? Não é isso né, porque eu tenho uma outra concepção, um outro processo de educação anterior a que eu estou vivendo agora aonde eu estou inserida neste momento.

**Danielle:** A lei coloca que a gente tem que dar aula sobre história e cultura indígena e quando você está falando dessa primeira educação a primeira coisa que me veio a cabeça é que muitas vezes o que a gente aprende na nossas famílias são uma visão completamente distorcida. Qual a importância da lei pra desconstrução desse pensamento preconceituoso?

**Valéria:** Eu acho que o passo maior nesse processo da educação fora aqui, eu acho que o mais importante é esse mostrar uma outra perspectiva de história. Os nossos filhos, eu sou mãe, tenho um casal de filhos que estudam na escola aqui no Distrito Federal, mas quando você vê na educação o que é passado é exatamente o que você falou, os livros ainda são pensados assim, né? Eu acho que o tudo reflete o pensar e a construção do que é a nossa sociedade, do que nós somos, porque essa sociedade vive uma dualidade, bem e mal, preto e branco, não se permite o pensar, o considerar o outro. Quando eu falo assim, quer dizer, o índio só é índio quando ele é caracterizado, ele tem um tipo criado, o tipo do índio ideal porque se não, se ele não couber naquele tipo ideal que a gente criou, a nossa escola criou, ele não é índio mais. Como que aquele tipo, o tipo ideal é só o que identifica o que é índio e o que não é? Eu fico pensando o tanto de estudantes que estão aqui na universidade, principalmente os do nordeste, não tem uma característica indígena, então isso já te leva a condição de dizer “ele não é mais índio”, e a vivência, a história dele não importa pra ninguém, o que importa é o tipo que se apresenta como ele é. A nossa contribuição neste sentido é dessa desconstrução dessa história, apesar de que, por exemplo, na história como a gente fala os estudantes das ciências sócias quem

fala são os vencedores, quem perdeu não vai falar. Então a nossa história foi inventada, alguém criou essa perspectiva que até hoje é colocada, mas eu acho que o nosso papel é exatamente a desconstrução disso e pesquisar essas histórias. Eu acho que quando a gente está aqui a universidade permite, permitiria em termo fazer isso, pesquisar pra que de fato a história ela seja contada considerando a perspectiva de todo mundo porque é isso que ele está dizendo, o que a gente aprende é que o índio é o selvagem, é o bravo que matou, ninguém fala quantos milhões de índios foram mortos, ninguém fala porque os índios nesse processo de luta, porque que eles foram pra esses embates. São muito mais questões de interrogações que a gente tem que refletir e aí quando eu leio algumas coisas daqui da UnB eu fico até pensando assim: meu, a gente pelo menos nas ciências sociais, a gente é permitido a pensar sobre isso. Outro dia eu estava lendo o texto exatamente de desconstrução disso, mas eu tive que vir pra universidade pra saber disso porque o nível médio da escola não me permitiu conhecer esse outro lado da história; me permitiu conhecer o que a gente está falando aqui, desse índio do tipo ideal, bravo, o selvagem, mas, por exemplo, o porque disso tudo eu só vim descobrir agora, e aí a gente fica nessa inquietação de dizer que caminhos são esses. Porque que na nossa história a gente tem que continuar repetindo essas histórias pros nossos filhos? Então agora eu vou pro real, pro concreto da minha realidade, vivendo agora em Brasília, tendo dois filhos que estudam em escolas aqui no Distrito Federal; a primeira coisa que eu sempre falo nas escolas é que e meus filhos são índios “esses meninos aqui são todos índios” aí de dizer assim “olha eu sou índia e quando se tratar desses temas eu queria poder participar e eu queria poder dialogar com a escola sobre isso”.

**Danielle:** E como é que a escola te recebe?

**Valéria:** Por incrível que pareça as escolas recebem, mas por incrível que pareça quando eu venho acompanhando as questões em geral aqui o que eu percebo é assim... ela me recebe porque já me olha assim, eu já falo bem português, eu já estou articulada, já tenho algumas qualificações que talvez quando eu vou conversar com as pessoas eles observam e dizem “ah ela é índia mas ela é diferenciada, ela tem o conhecimento e ela vem pra um debate aqui com alguma qualificação” então eu nunca me senti rejeitada. Primeiro que eu acho que tem essa postura de dizer que eu estou aqui, esses meninos aqui são índios e quando tratar desse tema eu estou bem disposta, eu venho a gente dialoga, vamos conversar e aí eu e o meu marido a gente tem dito assim, o que a gente observa são exatamente alguns cuidados em relação aos textos e aos livros que são

apresentados. Eu não sei se quando eu dialogo com outras pessoas, outros indígenas aqui não é bem isso que acontece nas escolas em geral, porque as crianças são marginalizadas, de fato tem o preconceito em relação às crianças, coisas que eu não consegui vivenciar, eu na minha vivencia aqui em Brasília, mas talvez tenha a ver com essa história do que eu estou colocando pano de fundo pra você, em quais condições com que você esta dialogando.

**Danielle:** Os seus filhos estudam onde?

**Valéria:** Os meus filhos hoje estudam no Colégio do Sol, escola particular, mas eles estudaram nas escolas públicas da asa norte, 312, 113, 215... Foram essas as escolas onde os meninos rodaram e ai é no sentido de dizer também quando a gente ia nas apresentações “ah tem a semana do índio” então a gente já parte do pressuposto que não é só aquela semana do índio, que eu não quero os meus filhos pintados e enfeitados só pra dizer que eles são, eles são índios, eles não precisam estar pintados, eles não precisam do cocarzinho pra dizer que eles são índios, então “escola, que questões que a gente vai levantar pra discutir esse tema na semana indígena?” não precisa ser esse enfeitezinho bonitinho que se faz na semana do índio. Eu acho que essa é uma experiência minha aqui em Brasília como mãe nesse diálogo aberto, eu acho mais do que importe e na medida do possível a gente disponibiliza, por exemplo, material pra educação, ai tem vários materiais super legais produzidos pelo MEC, com os índios, com a participação dos índios que fizeram o processo de construção desse material e ai a gente leva vídeo. Leva, por exemplo, pras escolas o material produzido pelos indígenas sobre as suas histórias, então é a perspectiva de ver, talvez seja por isso. A perspectiva de criação do mundo seja o começo pra gente entender, quem que criou o mundo? Na perspectiva de quem nós estamos falando? Então a gente junta esses livros e onde os meninos estudam a gente disponibiliza. Então é a contribuição que eu acho que eu posso, se eu quero que meu filho tenha, como é que eu digo... Uma educação que não seja isso que a gente sempre vem repetido. A desconstrução é super legal ver porque quando a gente conversa com os professores eles sempre falam “cara esses meninos tem muita experiência”, experiência porque vive aqui, mas vai pra realidade indígena, vai pra aldeia vivencia os processos dentro da aldeia. Então quer dizer assim, ele tem essa oportunidade, coisa que você jamais vai ter por mais que você queira porque eu acho que é o espaço da família que permite isso, se eles não fossem meus filhos eles não iam

ter, tem outros colegas deles que eles convivem, mas que jamais vai ter essa oportunidade de ter essa experiência, então é um desafio mesmo.

**Danielle:** Nessa escola da 316 norte, eu pude perceber que de certa forma eles já são mais mobilizados porque essas escolas da asa norte geralmente são as escolas que recebem os alunos indígenas, mas em geral nas outras escolas não há um debate sobre isso, até porque os professores tem pouco interesse e porque eles acham que o único momento que se deve falar sobre isso é se tem um aluno indígena na sala. Você acha que esse desinteresse dos professores, essa falta de conhecimento é devido a que?

**Valéria:** A primeira grande coisa pra mim é que é o resultado da nossa própria formação desde pequeno, então mesmo no espaço onde a gente está na universidade, que a gente acabou de falar não permite discutir isso. Um dia desses eu fui pra um debate lá na faculdade de educação e isso se refere em termos gerais só a educação, mas em termos gerais para as políticas públicas, porque o que acontece, o nosso sistema trata o indígena enquanto um marginal, “ele é isso ele está marginalizado” porque a gente tem o tratamento todo universalizado. Não é que eu não sou... Eu não sou contra a universalização, mas eu parto do pressuposto de dizer “eu sou diferente”, porque eu sou diferente? Então voltando pra essa questão da diferença, eu sou diferente não é porque eu sou melhor não, nem mais bonita, nem... Tem algo em mim que é diferente, então quando a gente vai pra essa questão das políticas públicas na questão da educação indígena ou educação escolar que a gente está conversando, por exemplo, nesse processo da educação a questão da educação indígena ela é um processo e parte dessa complexa rede de educação que é a educação no nosso país. A educação primeira, segunda, o nível superior, pós, essa coisa toda, público, privado, toda essa coisa; a educação indígena é parte, ela existe, esse sistema existe, os distritos de educação indígena no país, é um decreto, é uma lei. Quando isso é parte de um processo maior, mas ao mesmo tempo ela não é considerada porque quando você vai pro processo de formação nos espaços de formação essa questão ela nem é tratada. Como se ela fosse... Ela é parte, mas não é parte, ela não nos interessa, então desde o início há um processo de desqualificação disso. Só vai entrar nesse tema quem quiser, mas a universidade não vai provocar pra que isso aconteça, ela não tem dentro de sua estrutura, temas, pra tratar dessa educação. Que educação é essa? Inclusive pra ela entender: ela é parte, não é parte; ela existe não existe? Não, eu acho que só algumas pessoas que tem interesse, daí é por fora que vai correr, então eu acho assim, não é uma questão de culpabilizar as

peessoas, os professores... Isso é resultado do sistema onde a gente está inserido. E ai se a gente não reverte isso desde cá, a gente vai continuar, a gente não vai conseguir mudar esse processo porque as pessoas saem de uma qualificação com uma perspectiva aonde a questão indígena é zero, não é tratada, não vai. Então como é que você quer que essas pessoas mudem quando elas assumem as posições numa escola como professora como diretora? Ai eu retorno a pergunta pra você nesse sentido, como é que muda isso lá? E ai no sentido de dizer que eu acho que a gente não pode culpabilizar essas pessoas, mas por outro lado eu acho que por ai é que ao invés das leis virem e as ações de capacitação desses profissionais, pra mim ela deveria ser algo apenas complementar, porque você já vem com uma formação, mas a gente não tem essa formação. Como é que você vai capacitar uma pessoa que não tem nem formação pra lidar com esse tema? Eu acho que esse é o grande desfaio no sentido de aplicação dessa lei nesses espaços públicos, públicos não, nesses espaços de educação no nosso país. Esse de fato é um processo de construção, mas é um processo que começa pra mim aqui.

**Danielle:** Como você avalia esse processo depois de oito anos de existência da lei? Você conhece projetos ou alguma mudança na educação?

**Valéria:** De fato ela não existe, ela existe há oito anos no papel porque eu acho que na prática só é agora, eu acho que de uns dois ou três anos pra cá você pode começar a ver uma preocupação, mas eu acho que isso se torna em função muito da provocação da presença. Então ela não é uma ação ainda desenvolvida pelos governos, ela é provocada pela presença indígena que começa a aparecer, que começa a se posicionar, que conhece isso e traz pro debate, então elas são muito iniciativas pontuais de algumas escolas, que começam a receber esses alunos que estão ali, que tem pessoas que vão, que provocam essa discussão. Ai se retoma isso, mas então ela não está no âmbito maior da abrangência do poder público, do governo, do estado enquanto uma política que de fato deva constar dentro dos currículos. Eu acho que isso não é só é uma questão indígena para os indígenas, no movimento negro é exatamente a mesma coisa apesar de que eu ache que na questão do negro eu tendo a perceber que ele esta mais presente já nesse processo de implementação, mas na questão indígena de fato são experiências pontuais de alguns lugares muito provocado por essa presença indígena, dos alunos indígenas dentro desses espaços. É uma luta ainda muito longa pra se fazer até porque isso é o inverso do que a gente estava falando pra você dentro da escola indígena, enquanto que aqui a luta pra colocar nos espaços de escolas indígenas é o contrário, porque lá a lei

garante que a escola tem que ter um planejamento diferenciado. Nos últimos anos o que a gente vê é a mudança disso, é o levar daqui, o mais importante esse aprendizado que eu tenho da minha família não importa muito não, importa a minha presença na sala de escola que eu tenho que ter porque no processo anterior disso a gente colocava na formação que a escola é apenas o complemento da nossa formação, então ela tem que acompanhar a nossa agenda indígena, ela não pode impor, só pra te dizer que agora é exatamente o contrário a escola chega com a perspectiva dela que é ela a conhecedora e é ela que dita as regras, então nos espaços das aldeias o que a gente tem vivenciado é exatamente isso né, a imposição do calendário escolar daqui pra lá.

**Danielle:** Esse foi um dos problemas que um dos professores me relatou, que ele tem uma aluna indígena que ficou três meses fora da aula, quando ela voltou já era período de férias e que a escola realmente não é preparada pra esse tipo de coisa e o aluno fica desfalcado porque a escola não tem esse acompanhamento.

**Valéria:** Não vai suprir isso que ela foi fazer lá e ao mesmo tempo do lado de cá a experiência dela não conta aqui. E ai como que é que faz com isso? Ai são questões que acontece, mas uma experiência é essa daqui a outra é a de lá, a posição disso lá dentro. Eu acho que a gente está nesse processo de dizer que a escola chega lá pra impondo seu jeito de ser, mas o seu jeito de ser é daqui. Aqui a gente acorda sete horas da manhã seis horas e essa coisa que a gente sabe, se faltou, se já levou falta e depois vai ser reprovado. Essa coisa de seguir etapas... Então o desafios são lá e cá. No lado de cá na perspectiva de inserir essa especificidade indígenas nas escolas aqui e ao mesmo tempo no lado de lá na manutenção do que é a nossa perspectiva de ver essa escola lá, de continuar seguindo um calendário que a gente tem e não o calendário que é formulado nos espaços urbanos e levado pra aldeias indígenas. É onde nesse processo de educação talvez seja um caminho pra gente começar a enxergar o diálogo desse processo da construção, da importância de dizer, é ali que a gente consegue mostrar a importância de dizer, mas porque este calendário aqui na aldeia tem que ser diferenciado? Porque é muito fácil a gente fazer um calendário aqui que seja determinado pelo MEC que coloca lá pra ser seguindo, e ai como é que faz essas outras especificidades que estão lá colocadas né? Essa coisa de dizer, por exemplo, menos esse pessoal que vem aqui, tem determinadas atividades que só acontecem uma vez e ai tem todo o processo que tem que estar lá e como é que a gente faz essa interlocução entre isso, essa atividade que tem que acontecer lá e o calendário nosso que a gente tem que executar aqui, fazer? Eu acho

que ali então, nesse sentido, que eu acho que essa questão do pensar a educação como uma educação não apenas que me leva a esse caminho de etapa que tem que seguir, de desafio, porque de fato eu tenho que me preparar pra ocupar um espaço de, sei lá, ser uma profissional que ocupa um espaço nesse mercado porque a outra perspectiva de enxergar isso no sentido de dizer que eu estou me formando aqui, mas eu de repente nem quero concorrer a isso, estou me preparando com uma outra perspectiva. Pensar como é que eu posso contribuir na medida do possível junto ao meu povo, mas sem que eu tenha que levar que o que eu aprendi aqui na universidade é a coisa certa, é a mais correta, é o que a gente tem que seguir. São esses os dilemas enquanto eu indígena vivencio nesse espaço da universidade, quando eu estou aqui aprendendo isso e de pensar um pouco essa realidade de onde eu vim, a educação que eu recebi desde lá não se aplica, não tem condições de levar isso aqui pronto, chegar lá e é isso aqui que a gente tem que seguir. No fundo profundo é o que tem levado a questão da desestruturação geral dos povos, porque você deslegitima tudo aquilo que é deles que eles sabem fazer, que sempre fizeram pra dizer que está tudo errado e que o correto é isso aqui, o correto é aquilo que ele não conhece que não faz parte da vida dela que ele não vivencia, como que esse negócio é o mais correto? São as reflexões pra se pensar nessa questão da educação.

**Danielle:** Como você acha que eu como professora devo falar sobre as temáticas indígenas? Como uma pessoa que não tem essa vivência como eu, como professora, vou fazer isso com os meus alunos?

**Valéria:** Ai eu acho que é a curiosidade mesmo, hoje já existem materiais produzidos primeiramente pelos pesquisadores, mas hoje há uma produção dos próprios professores e alunos indígenas desses espaços. Eu acho que é poder você incrementar isso quando você ocupa um espaço, não se contentar com apenas o programa que foi dito pra você que você tem que seguir, a gente sempre pode colocar uma coisinha nesse programa. Quando você está numa posição sempre tem a oportunidade de fazer isso, então as pessoas só vão conseguir fazer algo se forem essas pessoas mais inquietas que vão atrás desses materiais e eu penso que são as pessoas normalmente que estão mais dispostas a dialogar porque tem gente que não vai fazer e a maioria das pessoas não fazem isso porque o material vem pronto, você recebeu e é muito mais cômodo você fazer isso. Sendo que na sala você tem essas oportunidades de poder renovar trazer outras experiência e isso no espaço no mundo que a gente está é muito fácil, que como eu falei

pra você tem vídeos produzidos por esses alunos, pelos professores indígenas que são super legais pra começo de conversa e aí o próprio MEC já tem várias produções indígenas de livro, de histórias que a gente está falando e muitos deles já estão disponíveis pra acesso comum como material pra ser utilizado. Eu acho que o caminho é esse, ser essa pessoa inquieta que vai procurar, que não vai se contentar somente com aquilo que é colocado pra você na sua frente.

**Danielle:** O que você acha importante que os professores de arte falem sobre as estéticas indígenas?

**Valéria:** Essa questão também de dizer, ter a preocupação sempre não de generalizar. Eu acho que o grande passo é isso, de dizer “isto aqui é uma arte indígena”, sim isso aqui é uma arte indígena, mas esse aqui é Guajajara, Guajajara é do Maranhão, de dizer assim. Porque o grafismo, a pintura tem um sentido, ela não é uma coisa solta, ela faz parte da vivência de cada povo. Esse desenho pode ser a mesma coisa na sua perspectiva, um desenho indígena vai ser igual pra todos, mas não é igual pra todos, ela tem um significado pro meu povo, tem um outro significado pros Guajararas... Eu acho que isso é uma questão muito importante da gente começar a refletir pra dizer de fato o enxergar o diferenciado, de dizer que Guajajara é um povo que fala na língua Jê; que eu sou índia, mas eu não entendo nada de Guajajara se for falar da língua Jê eu não sei nem por onde começa... Eu falo uma outra língua, além do português eu tenho uma outra língua. Então eu acho que são esses os diferenciais que é importante a gente, quando vai fazer os trabalhos de arte, começar a mostrar. Porque normalmente é essa coisa de dizer de todo mundo é indo colocar tudo num saco só e não é isso. Então o cuidado nesse trabalho de identificar de onde que vem os sentidos dessa produção artística que é feita pro lado de cá... Porque se não a gente também vai banalizar como é banalizado até hoje esse processo de construção dos saberes em relação a questão indígena mesmo.